



JBS S.A.
Demonstrações contábeis intermediárias
acompanhadas do Relatório de Revisão Especial
dos Auditores Independentes
ITR - Informações Trimestrais
31 de Março de 2012 e 2011





KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório de revisão dos auditores independentes

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
JBS S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da JBS S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2012, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2012, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes do período anterior

A KPMG Auditores Associados (incorporada em 2 de dezembro pela KPMG Auditores Independentes) revisou as informações contábeis intermediárias do período findo em 31 de março de 2011, tendo emitido relatório datada de 9 de maio de 2011, que não conteve modificação.

São Paulo, 14 de maio de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Orlando Octávio de Freitas Júnior
Contador CRC 1SP178871/O-4

**JBS S.A.****Balanços patrimoniais
(Em milhares de reais)**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.03.12	31.12.11	31.03.12	31.12.11
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.177.231	3.612.867	5.150.828	5.288.194
Contas a receber de clientes	5	1.840.663	1.883.093	4.431.010	4.679.846
Estoques	6	1.691.558	1.544.261	5.594.857	5.405.705
Ativos biológicos	7	-	-	171.295	209.543
Impostos a recuperar	8	1.421.441	1.330.609	1.916.537	1.690.311
Despesas antecipadas		13.099	8.148	138.013	131.033
Outros ativos circulantes		219.142	256.225	467.021	526.649
TOTAL DO CIRCULANTE		8.363.134	8.635.203	17.869.561	17.931.281
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Créditos com empresas ligadas	9	611.629	88.505	498.069	552.197
Depósitos, cauções e outros		167.347	104.207	411.653	389.947
Impostos a recuperar	8	560.558	562.027	622.664	626.126
Total do Realizável a Longo Prazo		1.339.534	754.739	1.532.386	1.568.270
Investimentos em controladas	10	6.254.220	7.561.574	-	-
Imobilizado	11	8.057.574	7.803.582	15.364.157	15.378.714
Intangível	12	9.531.393	9.531.506	12.478.965	12.532.619
		23.843.187	24.896.662	27.843.122	27.911.333
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		25.182.721	25.651.401	29.375.508	29.479.603
TOTAL DO ATIVO		33.545.855	34.286.604	47.245.069	47.410.884

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



JBS S.A.

**Balanços patrimoniais
(Em milhares de reais)**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.03.12	31.12.11	31.03.12	31.12.11
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	13	838.313	666.375	3.193.850	3.323.886
Empréstimos e financiamentos	14/15	4.226.873	4.574.702	5.018.748	5.339.433
Imposto de renda e contribuição social a pagar	17	-	-	10.193	211.528
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	17	429.565	347.863	1.182.422	1.167.163
Débito com terceiros para investimentos	19	136.040	10.589	136.040	10.589
Outros passivos circulantes		443.724	466.402	423.232	343.100
TOTAL DO CIRCULANTE		6.074.515	6.065.931	9.964.485	10.395.699
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	14/15	6.210.233	7.095.193	13.667.344	13.532.761
Debêntures conversíveis	16	1.283	1.283	1.283	1.283
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	17	-	-	673.041	683.812
Débito com terceiros para investimentos	19	48.881	2.048	48.881	2.048
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	413.298	289.798	797.598	678.372
Provisão para riscos processuais	18	142.325	140.975	197.295	251.560
Outros passivos não circulantes		26.412	27.554	243.696	266.161
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		6.842.432	7.556.851	15.629.138	15.415.997
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	21				
Capital social		21.506.247	21.506.247	21.506.247	21.506.247
Transações de capital		(10.127)	(10.212)	(10.127)	(10.212)
Reserva de capital		373.366	985.944	373.366	985.944
Reserva de reavaliação		100.100	101.556	100.100	101.556
Reservas de lucros		1.440.799	1.440.799	1.440.799	1.440.799
Ações em tesouraria		-	(610.550)	-	(610.550)
Ajustes de avaliação patrimonial		126.972	127.071	126.972	127.071
Ajustes acumulados de conversão		(3.025.984)	(2.877.033)	(3.025.984)	(2.877.033)
Lucros acumulados		117.535	-	117.535	-
Atribuído à participação dos acionistas controladores		20.628.908	20.663.822	20.628.908	20.663.822
Participação dos acionistas não controladores		-	-	1.022.538	935.366
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		20.628.908	20.663.822	21.651.446	21.599.188
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		33.545.855	34.286.604	47.245.069	47.410.884

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**JBS S.A.****Demonstrações do resultado para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	22	3.350.379	3.172.007	16.011.080	14.672.740
Custo dos produtos vendidos		<u>(2.451.641)</u>	<u>(2.493.902)</u>	<u>(14.357.175)</u>	<u>(12.984.313)</u>
LUCRO BRUTO		898.738	678.105	1.653.905	1.688.427
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Administrativas e gerais		(162.472)	(145.423)	(427.891)	(418.917)
Com vendas		(327.025)	(298.505)	(816.404)	(737.451)
Resultado financeiro líquido	25	(38.775)	(303.081)	(155.821)	(351.130)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(130.962)	195.505	-	-
Outras receitas (despesas)	26	75	2.894	(12.185)	(8.769)
		<u>(659.159)</u>	<u>(548.610)</u>	<u>(1.412.301)</u>	<u>(1.516.267)</u>
RESULTADO ANTES DA PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO		239.579	129.495	241.604	172.160
Imposto de renda e contribuição social do período	20	750	748	16.643	(194.595)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	(124.250)	16.725	(128.728)	112.360
		<u>(123.500)</u>	<u>17.473</u>	<u>(112.085)</u>	<u>(82.235)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		116.079	146.968	129.519	89.925
ATRIBUÍDO A:					
Participação dos acionistas controladores				116.079	146.968
Participação dos acionistas não controladores				13.440	(57.043)
				<u>129.519</u>	<u>89.925</u>
Resultado básico por lote de mil ações no final do período- em reais	23	39,16	59,17	39,16	59,17

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JBS S.A.

Demonstrações dos resultados abrangente para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro líquido do período	116.079	146.968	129.519	89.925
Outros resultados abrangentes				
Ajuste de avaliação patrimonial em controladas	(99)	(98)	(99)	(98)
Ajuste acumulado de conversão em controladas	(558)	17.336	(558)	17.336
Varição cambial sobre investimentos no exterior	(148.393)	(185.973)	(148.393)	(185.973)
Total do resultado abrangente do período	(32.971)	(21.767)	(19.531)	(78.810)
Total do resultado abrangente do período atribuível a:				
Acionistas da Companhia	(32.971)	(21.767)	(17.504)	(48.221)
Não controladores	-	-	(2.027)	(30.589)
	(32.971)	(21.767)	(19.531)	(78.810)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JBS S.A.

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)**

	Capital social	Transações de capital	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros		Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Lucros (prejuízos) acumulados	Total	Participação não controladores	Total do Patrimônio Líquido
					Legal	Para expansão							
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	18.046.067	(9.949)	985.944	106.814	7.768	1.329.796	(485.169)	(1.719)	(2.385.181)	-	17.594.371	1.100.478	18.694.849
Transações de capital	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2
Ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	(55.398)	-	-	-	(55.398)	-	(55.398)
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(1.452)	-	-	-	-	-	1.452	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial em controladas	-	-	-	-	-	-	-	(98)	-	-	(98)	-	(98)
Ajustes acumulados de conversão em controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	17.336	-	17.336	-	17.336
Variação cambial de investimentos líquidos	-	-	-	-	-	-	-	-	(185.973)	-	(185.973)	-	(185.973)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	146.968	146.968	(57.043)	89.925
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(26.216)	(26.216)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2011	18.046.067	(9.947)	985.944	105.362	7.768	1.329.796	(540.567)	(1.817)	(2.553.818)	148.420	17.517.208	1.017.219	18.534.427
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	21.506.247	(10.212)	985.944	101.556	7.768	1.433.031	(610.550)	127.071	(2.877.033)	-	20.663.822	935.366	21.599.188
Transações de capital	-	85	-	-	-	-	-	-	-	-	85	-	85
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	(2.028)	-	-	-	(2.028)	-	(2.028)
Cancelamento de ações em tesouraria	-	-	(612.578)	-	-	-	612.578	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(1.456)	-	-	-	-	-	1.456	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial em controladas	-	-	-	-	-	-	-	(99)	-	-	(99)	-	(99)
Ajustes acumulados de conversão em controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	(558)	-	(558)	-	(558)
Variação cambial de investimentos líquidos	-	-	-	-	-	-	-	-	(148.393)	-	(148.393)	-	(148.393)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	116.079	116.079	13.440	129.519
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	73.732	73.732
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012	21.506.247	(10.127)	373.366	100.100	7.768	1.433.031	-	126.972	(3.025.984)	117.535	20.628.908	1.022.538	21.651.446

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	116.079	146.968	116.079	146.968
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
. Depreciação e amortização	105.084	97.270	285.043	311.161
. Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	-	1.128	(2.086)	7.851
. Resultado de equivalência patrimonial	130.962	(195.505)	-	-
. Resultado na venda de imobilizado	(75)	(1.525)	6.114	(1.863)
. Imposto de renda e contribuição social diferidos	124.251	(16.725)	128.728	(112.360)
. Encargos financeiros circulantes e não circulantes	(297.993)	86.527	(219.501)	164.524
. Provisão para riscos processuais	1.350	2.108	(15)	2.692
. Redução ao valor recuperável de ativo	-	-	4.144	-
	179.658	120.246	318.506	518.973
Redução (aumento) em ativos				
Contas a receber	43.934	33.627	210.061	31.632
Estoques	(147.297)	44.596	(273.759)	(105.371)
Impostos a recuperar	(44.593)	(76.027)	(225.116)	(84.412)
Outros ativos circulantes e não circulantes	(31.007)	(46.039)	2.440	(90.819)
Créditos com empresas ligadas	(347.365)	(87.495)	44.691	68.268
Ativos biológicos	-	-	33.374	(10.642)
Aumento (redução) em passivos				
Fornecedores	167.155	(33.372)	(104.951)	(430.175)
Outros passivos circulantes e não circulantes	100.559	(217.471)	21.961	(264.225)
Lucro atribuído aos acionistas não controladores	-	-	13.440	(57.043)
Ajustes de avaliação patrimonial e acumulados de conversão	-	-	(77.156)	(72.655)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(78.956)	(261.935)	(36.509)	(496.469)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições no ativo imobilizado e intangível	(226.991)	(104.355)	(291.965)	(315.305)
Adições nos investimentos em controladas	-	(552.356)	-	-
Baixas nos investimentos em controladas	871.887	-	-	-
Recebimento pelo distrato Inalca JBS	-	504.002	-	504.002
Efeito líquido do capital de giro de empresa baixada	-	-	151	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	644.896	(152.709)	(291.814)	188.697
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos captados	453.764	1.381.281	4.421.162	2.727.498
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(1.453.397)	(1.739.270)	(4.211.525)	(2.860.053)
Transações de capital	85	-	(263)	-
Aquisição de ações de emissão própria	(2.028)	(55.398)	(1.680)	(55.398)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(1.001.576)	(413.387)	207.694	(187.953)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes	-	-	(16.737)	(21.573)
Variação líquida no período	(435.636)	(828.031)	(137.366)	(517.298)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3.612.867	3.000.649	5.288.194	4.074.574
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	3.177.231	2.172.618	5.150.828	3.557.276

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do valor adicionado para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	3.583.442	3.372.684	16.328.561	15.186.861
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	2.798	2.159	(1.142)	(6.034)
Recuperação (perda) estimada com crédito de liquidação duvidosa	-	(1.128)	2.086	(7.851)
	3.586.240	3.373.715	16.329.505	15.172.976
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.939.996)	(1.868.575)	(11.170.260)	(7.919.552)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(536.984)	(539.505)	(2.374.063)	(4.730.729)
Perda / Recuperação de valores ativos	-	-	(92)	22.969
Outras	-	-	-	1.456
	(2.476.980)	(2.408.080)	(13.544.415)	(12.625.856)
Valor adicionado bruto	1.109.260	965.635	2.785.090	2.547.120
Depreciação e Amortização	(105.084)	(97.270)	(285.043)	(311.161)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	1.004.176	868.365	2.500.047	2.235.959
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(130.962)	195.505	-	-
Receitas financeiras	449.591	694.388	567.038	821.970
Outras	597	1.879	7.184	908
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	1.323.402	1.760.137	3.074.269	3.058.837
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal				
Remuneração direta	283.829	255.194	1.400.705	1.195.235
Benefícios	32.155	47.246	320.106	83.718
FGTS	14.326	18.293	17.147	20.181
	330.310	320.733	1.737.958	1.299.134
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	185.040	113.597	203.845	238.886
Estaduais	190.978	177.119	212.123	246.144
Municipais	4.559	552	4.931	788
	380.577	291.268	420.899	485.818
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	456.846	973.333	684.887	1.160.128
Aluguéis	13.150	14.388	64.734	19.170
Outras	26.440	13.447	36.272	4.662
	496.436	1.001.168	785.893	1.183.960
Remuneração de capitais próprios				
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	116.079	146.968	116.079	146.968
Participação de minoritários nos lucros (prejuízos) retidos	-	-	13.440	(57.043)
	116.079	146.968	129.519	89.925
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	1.323.402	1.760.137	3.074.269	3.058.837

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A JBS S.A. ("JBS", "Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade anônima de capital aberto listada no nível "Novo Mercado" de governança corporativa, com sede na cidade de São Paulo, Brasil, e tem suas ações negociadas na BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuro.

A Companhia e suas controladas desenvolvem as seguintes atividades operacionais:

a) Atividades no Brasil

Na Controladora

A Companhia explora o ramo de abatedouro, frigorificação de carne bovina, industrialização de carnes, sub-produtos de carnes e conservas, com quarenta e três unidades industriais localizadas nos Estados do Acre, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Rio de Janeiro, Rondônia e São Paulo.

A Companhia distribui seus produtos através de nove centros de distribuição, localizados nos Estados do Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, e São Paulo.

A Companhia tem forte atuação na atividade de curtimento de couro, destinando a maior parte de sua produção à exportação nos segmentos de couro moveleiro, automotivo, calçadista e artefatos, nos estágios de "Wet Blue", Semi Acabado e Acabado. A estrutura é composta de quatorze unidades industriais localizadas nos Estados de Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rio Grande do Sul, Rondônia, São Paulo e Tocantins. Possui um centro de distribuição localizado no Mato Grosso do Sul.

Adicionalmente, a Companhia explora os ramos de produção de latas de alumínio; gerenciamento de resíduos industriais e produção de resinas plásticas; produção de sabão em barra e sabonetes para marcas próprias de grandes empresas de higiene e limpeza; produção de biodiesel, glicerina, oleína e ácido graxo; compra e venda de grãos de soja, sebo, óleo de palma, soda cáustica, estearina; industrialização e comercialização de tripas; operações próprias de transporte para vendas no varejo, de bovinos para abate e de produtos destinados à exportação; possui lojas com o nome "Beef Shopping" para venda de carnes e itens correlatos para churrasco diretamente ao consumidor. Com a incorporação da Biolins, a Companhia opera também na produção e comercialização de energia elétrica, cogeração de energia e armazenamento de água quente para calefação, com autorização do Poder Público competente.

Em Controladas

A JBS Embalagens Metálicas Ltda. (JBS Embalagens), confecciona embalagens metálicas em unidade fabril no Estado de São Paulo, que são utilizadas pela Companhia.

A JBS Confinamento Ltda. (JBS Confinamento), localizada nos municípios de Castilho e Guaiçara - Estado de São Paulo, Nazário e Aruanã - Estado de Goiás e Lucas do Rio Verde - Estado do Mato Grosso, explora a atividade de compra e engorda para revenda de bovinos para corte e de prestação de serviço de engorda de bovinos próprios e de terceiros para abate.

A Novaprom Food Ingredients Ltda. (Novaprom), localizada no município de Guaiçara - Estado de São Paulo, tem como atividades a exploração, industrialização, comercialização, exportação e importação de ingredientes e produtos para alimentos. É pioneira na produção de fibra natural de colágeno, proteína de colágeno na sua forma pura, extraída das camadas internas da pele bovina e com teor proteico mínimo de 99%, sendo a maior empresa do mundo em produção e venda de fibra natural de colágeno. A Novaprom comercializa seus produtos em todo o Brasil e exporta para Europa, América Latina, Ásia e Oceania.

A controlada indireta S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor (Vigor) com sede na cidade de São Paulo tem como objetivo industrializar e comercializar laticínios em geral, leite "in natura" e derivados e também no refino, na industrialização e na comercialização de óleos, derivados de origem vegetal, macarrão instantâneo e iogurte. A Vigor, mediante concessão de registro pelo "Foods and Drug Administration - FDA", está credenciada a exportar para os Estados Unidos da América, sendo que esse registro autoriza a exportação de toda a sua linha de produção.

A controlada indireta Meat Snacks Partner do Brasil Ltda (Meat Snacks), "joint venture" de controle compartilhado entre a subsidiária JBS Handels GMBH e a empresa Jack Link Beef Jerky, está localizada no Município de Santo Antônio de Posse, Estado de São Paulo, e explora desde maio de 2011 o ramo de fabricação de Beef Jerky, comprando carne "in natura" no mercado interno e exportando o produto industrializado para os Estados Unidos da América. Em março de 2012, a Meat Snacks inaugurou uma unidade na cidade de Lins, também no Estado de São Paulo, no intuito de ampliar suas operações.

A Cascavel Couros Ltda. (Cascavel), localizada no Município de Cascavel, Estado do Ceará, tem por atividade industrialização, comercialização, exportação e importação de couros, peles e seus derivados, preparo, acabamento e industrialização de estofamento e outros artefatos de couros. É especializada no beneficiamento de couros bovinos e subprodutos, dedicando-se à produção de couros nos estágios "Wet Blue", Semi-Acabado e Acabado. A Cascavel compra o couro das unidades frigoríficas do Grupo JBS e concentra suas vendas no mercado externo, principalmente para Europa e Estados Unidos da América.

b) Atividades no Exterior

A controlada indireta JBS Argentina S.A. (JBS Argentina), localizada na Argentina, se dedica à exploração do ramo de abatedouro e frigorificação de carne bovina, industrialização de carnes, conservas, gorduras, rações e produtos derivados, com sete unidades industriais localizadas nas Províncias de Buenos Aires, Entre Rios, Santa Fé e Córdoba.

Em função do cenário desfavorável que a indústria frigorífica vem atravessando na Argentina desde o exercício de 2008, a Companhia decidiu suspender temporariamente as operações das unidades produtivas de: San Jose (Província de Entre Rios) no exercício de 2009, Colonia Caroya (Província de Córdoba), Consignaciones Rurales (Província de Buenos Aires) no exercício de 2010 e definitivamente em Venado Tuerto (Província de Santa Fé) no final do exercício de 2011.

A JBS USA Holdings, Inc. (JBS USA) e suas controladas, abate, processa, embala e entrega carnes "in natura" de origem bovina, suína, ovina e de frango com clientes nos Estados Unidos da América e no mercado internacional. Os produtos preparados pela JBS USA incluem carnes resfriadas em cortes com padrões industriais específicos.

A JBS USA nos Estados Unidos da América opera com oito frigoríficos de bovinos, três de suínos, um de carneiro, uma fábrica de beneficiamento de cortes bovinos e suínos, e doze confinamentos. Na Austrália opera com onze frigoríficos, duas fábricas de beneficiamento de bovinos e cinco confinamentos de bovinos.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

A JBS USA divide a sua operação em três segmentos: Gado, operando o negócio de origem bovina; Porco, operando o negócio de origem suína e ovina; e Frango, operando o negócio de aves por meio da subsidiária Pilgrim's Pride (PPC).

Na JBS USA, a subsidiária JBS Trading USA, Inc também localizada nos Estados Unidos da América vende produtos industrializados de carne bovina, principalmente, no mercado norte-americano.

Na JBS USA, a subsidiária Pilgrim's Pride - PPC é uma empresa sediada em Greeley, Colorado, Estados Unidos da América, sendo uma das maiores empresas de processamento de frango nos Estados Unidos da América, com operação também no México e em Porto Rico. Exporta commodities de frango para mais de 90 países; os principais produtos são "in-natura", refrigerados inteiros ou em pedaços. Os principais clientes são cadeias de restaurantes, processadores de alimentos, distribuidores, supermercados, atacadistas e outros distribuidores de varejo, além de exportação para a Europa oriental (incluindo a Rússia), extremo oriente (incluindo a China), México e outros mercados mundiais. Opera vinte e nove instalações para abate de frango, apoiadas por trinta e uma fábricas de rações, trinta e sete incubadoras, nove instalações de processamento, oito instalações de processamento adicional e três instalações de fábrica de produtos pet nos Estados Unidos da América e México.

Na JBS USA, a subsidiária Sampco, Inc. (Sampco), localizada em Chicago, nos Estados Unidos da América, tem como principal operação a importação de carne processada da América do Sul, e a revenda desse produto para os Estados Unidos da América, Canadá e Caribe. A Sampco atua também em importações de outros alimentos como conservas, frutas e legumes de outras regiões, incluindo o Extremo Oriente, para venda na América do Norte e Europa.

A controlada indireta Global Beef Trading Sociedade Unipessoal Lda (Global Beef Trading), localizada na Ilha da Madeira, Portugal, vende produtos alimentícios como carne bovina, ovina, suína e de aves. A Global Beef Trading importa os produtos da América Latina e exporta para diversos países na Europa, África e Ásia.

A controlada indireta Toledo International NV (Toledo), localizada na Bélgica, exerce basicamente operações de trading para os Mercados Europeu, Africano, Sul Americano, Holandês e Belga, comercializando carne cozida, dentre outros produtos. Adicionalmente desenvolve operações de logística, armazenagem, customização e desenvolvimento de novos produtos.

A CJSC Prodcontract (Prodcontract) é uma empresa localizada na Rússia, importadora e distribuidora de carne "in natura", resfriada e congelada para o mercado Russo, figura entre as três maiores importadoras de carne do mercado Russo.

A LLC Lesstor é um armazém localizado na Rússia cuja atividade é a armazenagem de produtos próprios e de terceiros através de contratos de locação de espaço e serviços de estocagem.

A controlada indireta JBS Paraguay S.A (JBS Paraguay), localizada em Assunção, possuindo outra planta em San Antonio, ambas no Paraguai, abate e processa carne bovina congelada, resfriada e couro verde. A maior parte de sua produção é dedicada à exportação para outras subsidiárias do Grupo. Possui licença para exportar para a União Européia, Chile, Rússia e outros mercados.

A JBS Leather Paraguay, localizada na cidade de Assunção, Paraguai, atua no segmento de couros, comprando couro fresco do mercado local e industrializando e comercializando no mercado Externo, no estágio Wet-Blue

A controlada indireta Frigorífico Canelones S.A (Frigorífico Canelones), localizada na cidade de Canelones, Uruguai, abate e processa carne bovina "in natura" para exportação e venda local. Também vende cortes de carnes com osso e miúdos, principalmente para o mercado local.

A controlada indireta Egygate Distribution (Egygate), localizada no Egito, é uma distribuidora de produtos alimentícios.

A controlada indireta Misr Cold Centers and Storage (Misr Cold), localizada no Egito, é uma empresa de armazenamento, resfriamento e congelamento de frutas e carnes.

A controlada indireta Rigamonti Salumificio SpA (Rigamonti), localizada na Itália, é líder no mercado italiano em produção e vendas de Bresaola (carne bovina curada). Adicionalmente, a Rigamonti produz e vende beef jerky, bacon e presunto.

A controlada indireta Trump Asia Enterprises Limited (Trump), localizada na China, possui uma planta de processamento de couros, cuja atividade consiste na industrialização até o acabamento do couro para ser vendido, principalmente, ao mercado local de produção de bolsas e sapatos. Ainda possui três escritórios comerciais em Hong Kong, focados no mercado asiático, comprando grande parte de seus produtos do Grupo JBS e parte de terceiros.

A controlada indireta JBS Leather Europe s.r.o. (JBS Leather), possui um escritório administrativo e comercial localizado na cidade de Praga, e um armazém localizado na cidade de Borsov, todos na República Tcheca. A JBS Leather compra couro do Grupo JBS e comercializa couros acabados no mercado externo, com foco no leste europeu, sendo a Polônia e Alemanha os principais países consumidores

A controlada indireta JBS Middle East FZE (Middle East) localizada em Dubai nos Emirados Árabes Unidos, e sua subsidiária Sanaye Ghazaei Saeid Taam Co.(Sanaye) localizada na cidade de Teerã no Irã, comercializam produtos alimentícios de origem bovina, adquiridos do Grupo JBS para o mercado do Oriente Médio.

A JBS Itália s.r.l. (JBS Itália), localizada na cidade de Arzignano, e sua subsidiária JBS Matera s.r.l. (Matera), localizada na cidade de Matera, ambas na Itália, atuam no segmento de couros, comprando couro do Grupo JBS e comercializando no mercado interno italiano e no mercado europeu, produzindo couros nos estágios Semi Acabado e Acabado.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia incluem:

- As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com o International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM

- As demonstrações contábeis individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância à Lei das Sociedades por Ações - Lei das SAs, considerando as alterações introduzidas através das Leis 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

JBS S.A.**Notas explicativas às demonstrações contábeis para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011**

(Em milhares de reais)

As demonstrações contábeis individuais apresentam a avaliação de investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, as demonstrações contábeis divergem nessa avaliação em relação ao IFRS, que exige que a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora sejam avaliados pelo seu valor justo ou pelo custo.

As demonstrações contábeis das controladas existentes antes à adoção inicial do IFRS são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às políticas adotadas pelo Grupo JBS - práticas contábeis internacionais (IFRS). Sendo assim, os respectivos balanços das subsidiárias foram elaborados com políticas e práticas contábeis internacionais uniformes. Da mesma forma, para novas aquisições de investimentos após a adoção ao IFRS é aplicado o IFRS 3(R)/CPC 15 - Combinações de Negócios, que traz os investimentos a valor justo, posteriormente efetuando as equivalências patrimoniais mensais desses investimentos.

Contudo, não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora constantes nas demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as normas do IFRSs e as práticas adotadas no Brasil (BR GAAP), e o patrimônio líquido e resultado da Controladora constantes nas demonstrações contábeis individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), a Companhia optou por apresentar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Companhia aplicou as práticas contábeis definidas na Nota 3 em todos os períodos apresentados. Embora considere os termos do CPC 21 (R1) / IAS 34 – Demonstrações intermediárias, a Companhia está divulgando o conjunto completo de demonstrações contábeis em suas demonstrações intermediárias trimestrais, em conformidade com os requisitos do CPC 26 / IAS 1 – Apresentação das demonstrações contábeis.

Regime Tributário Transitório (RTT) - Os valores apresentados nas demonstrações contábeis em 31 de março de 2012 consideram a adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) pela Companhia e suas controladas, conforme facultado pela Lei nº 11.941/09, que tem por objetivo manter a neutralidade fiscal das alterações ocorridas na legislação Brasileira, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela própria Lei nº 11.941/09.

A aprovação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de maio de 2012.

Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em reais, o qual é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas.

Nas demonstrações do resultado a receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas do grupo, na nota explicativa 22 apresentamos a conciliação da receita líquida.

Em conformidade com o IAS 18/CPC 30 - Receitas, a Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando, e somente quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade do bem;
- (iii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e suas controladas;
- (iv) a entidade não mantenha envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem efetivo controle de tais bens;
- (v) as despesas incorridas ou a serem incorridas, referentes à transação, possam ser confiavelmente mensuradas.

As despesas são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência.

b) Estimativas contábeis

No processo das aplicações das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos, o que eventualmente pode ter impacto material nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis:

- perda no valor recuperável de ativos não financeiros;
- perdas na redução de impostos a recuperar;
- benefícios de aposentadoria;
- mensuração a valor justo de itens relacionados a combinações de negócios
- valor justo instrumento financeiro;
- provisões para passivos tributários, cíveis e trabalhista;
- perda estimada com crédito de liquidação duvidosa;
- ativo biológico; e
- vida útil do ativo imobilizado.

A Companhia revisa as estimativas e as premissas contábeis utilizadas trimestralmente. Revisões das estimativas contábeis são reconhecidas nas demonstrações contábeis do período em que ocorrer a revisão.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados decorrentes de possíveis imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

d) Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores devidos pelos clientes no curso normal dos negócios da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizável, menos a eventual perda estimada com crédito de liquidação duvidosa (PECLD). Ou seja, na prática, são reconhecidas pelo valor faturado, ajustado pela eventual perda estimada com crédito de liquidação duvidosa.

e) Perda estimada de créditos de liquidação duvidosa

As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são calculadas com base na análise do "aging list", provisionando os itens de longa data, mas também considerando as perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado pela Administração da Companhia como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber.

As despesas com a constituição da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa são registradas na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado consolidado. Quando não existe expectativa de recuperação destes créditos, os valores creditados na rubrica "Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa" são revertidos contra a baixa definitiva do título ao resultado do exercício.

f) Estoques

De acordo com o IAS 2/CPC 16 - Estoques, os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques são reconhecidos no resultado quando da venda.

g) Ativo biológico

De acordo com o IAS 41/CPC 29 – Ativo Biológico, empresas que possuem atividades agrícolas, tais como cultivo de grãos, aumento de rebanho (operações de confinamento de gado ou gado a pasto), e cultivos de agriculturas diversas estão sujeitas a realizar a valorização de seus ativos, a fim de se determinar o valor justo dos mesmos, baseando-se no conceito de valor a mercado cujo efeito deve ser registrado no resultado do exercício.

A avaliação dos ativos biológicos é feita trimestralmente pela Companhia, sendo que o ganho, ou perda, na variação do valor justo dos ativos biológicos é reconhecido no resultado no período em que ocorre, em linha específica da demonstração do resultado, como receita bruta.

O registro do custo dos ativos biológicos é feito através do conceito de valor a mercado.

h) Investimentos em controladas e controladas em conjunto ("joint ventures")

De acordo com os requerimentos do IAS 31/CPC 19 - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture), "Joint ventures" são aquelas entidades nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios. Os investimentos em "joint ventures" são reconhecidos pelo método de consolidação proporcional, a partir da data em que o controle conjunto é adquirido. De acordo com esse método, os componentes do ativo e passivo e as receitas e despesas das "joint ventures" são somados às posições contábeis consolidadas, na proporção da participação do investidor em seu capital social, conforme descrito na nota 11.

Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia, as participações em entidades controladas em conjunto e as participações de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As variações cambiais de investimentos em moeda estrangeira são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica de ajustes acumulado de conversão.

i) Imobilizado

De acordo com o IFRS 1/CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, uma entidade pode optar por mensurar um item do imobilizado na data de transição para o IFRS pelo seu valor justo e usar esse valor justo como seu custo presumido nessa data.

Dessa forma, o ativo imobilizado está registrado ao valor justo, demonstrado ao custo histórico de aquisição, acrescido de reavaliações espontâneas realizadas em diferentes datas até 31 de dezembro de 2007 para parte significativa dos bens constantes do ativo imobilizado, baseadas em laudos de empresa especializada.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, que sejam direta ou indiretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos, são capitalizados como parte dos custos desses ativos. Os custos de empréstimos que não estejam diretamente relacionados aos ativos são capitalizados com base em taxa média de captação sobre o saldo de obras em andamento. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos relacionados.

A depreciação é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada de cada ativo, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após a vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados quando da elaboração balanço patrimonial, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo e são reconhecidos no resultado.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

j) Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais, e os ativos arrendados não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia, sendo registrados na Demonstração de resultado como despesa de acordo com os pagamentos efetuados. A Companhia possui em suas operações apenas arrendamentos operacionais.

k) Intangível

É composto, em sua maior parte, por ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura, registrado de acordo com o IAS 38/CPC 4 - Ativos intangíveis pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas (perda no valor recuperável). A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ágio decorrente de combinação de negócios

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Os ágios são submetidos anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que poderão apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é registrada. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Quando da alienação de determinado ativo com respectivo ágio alocado, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

Os itens do ativo imobilizado, intangível com vida útil definida e outros ativos (circulantes e não circulantes), quando aplicável, têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor econômico testada quando há indicadores potenciais de redução ao valor recuperável ou anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, nos termos do IAS 38/CPC 4 - Ativos intangíveis.

Ao fim de cada exercício, é feita revisão do valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado e é revertida caso haja mudanças nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil como se nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em períodos anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida diretamente no resultado.

l) Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao valor de custo ou realização incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

m) Fornecedores

Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal do negócio da Companhia. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os saldos de fornecedores são classificados no ativo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no ativo não circulante. Quando aplicável, são acrescidos encargos, variações monetárias ou cambiais.

n) Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos captados, líquidos dos custos de transação, nos casos aplicáveis, e acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na nota explicativa 14.

o) Imposto de renda e contribuição social**Impostos correntes**

São registrados com base no lucro tributável, de acordo com a legislação e alíquotas vigentes.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (impostos diferidos) são calculados sobre as reservas de reavaliação, diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. Os impostos diferidos são determinados usando as alíquotas de imposto vigentes nas datas dos balanços e que devem ser aplicadas quando os respectivos impostos diferidos ativos forem realizados ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos forem liquidados.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias, despesas tributárias e créditos tributários possam ser usados

JBS S.A.**Notas explicativas às demonstrações contábeis para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011**

(Em milhares de reais)

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

p) Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos, quando incorridos, efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório de 25%, é registrada como passivo na rubrica "Dividendos declarados", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia. Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada após o período contábil a que se referem as demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis é registrada na rubrica "Dividendo adicional proposto", no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados em nota explicativa.

q) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias ou cambiais.

r) Participação de não controladores

De acordo com os requerimentos do IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a participação de não controladores (Minoritários) deve ser apresentada nas demonstrações contábeis consolidadas, como parte integrante do patrimônio líquido, assim como, serão destacados os resultados atribuíveis aos mesmos na demonstração de resultado.

s) Ativos e passivos contingentes

De acordo com os requerimentos do IAS 37/CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, os ativos contingentes são reconhecidos somente quando é "praticamente certo" seu êxito, ou com base em decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

t) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

A Companhia apresenta, quando aplicável, ativos e passivos a valor presente, de acordo com o CPC 12 – Ajuste a valor presente. Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, no entanto o ajuste sobre o saldos de curto prazo ocorrem quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

No cálculo do ajuste a valor presente a Companhia considera as seguintes premissas: (i) o montante a ser descontado; (ii) as datas de realização e liquidação; e (iii) a taxa de desconto.

A taxa de desconto utilizada pela Companhia considerou as atuais avaliações de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para cada ativo e passivo.

u) Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Controladora. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo JBS são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas. A relação das controladas que a Companhia consolida está descrita na nota explicativa 11.

As demonstrações contábeis das controladas sediadas no exterior são elaboradas, originalmente, em moeda local, e para fins de cálculo da equivalência patrimonial e consolidação, são convertidas às práticas contábeis - IFRS e para Reais pela taxa cambial correspondente à data de encerramento do balanço para ativos e passivos, pela taxa histórica para as movimentações ocorridas no patrimônio líquido e pela taxa cambial média do período para as contas de receitas e despesas. Os ganhos e perdas decorrentes das movimentações do patrimônio líquido e reconhecimento do resultado pela taxa cambial média, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, na conta de ajustes acumulados de conversão, nos termos definidos pelo IAS 21/CPC 2 - Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras.

v) Conversão de moedas estrangeiras**Moeda funcional e de apresentação**

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para suas respectivas moedas funcionais de cada uma das empresas controladas. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira na data das demonstrações contábeis são convertidos para a moeda funcional pela taxa cambial correspondente à data de encerramento do balanço. As variações cambiais positivas e negativas dos itens monetários é a diferença entre custo amortizado em moeda estrangeira convertidos à taxa de câmbio no final do período.

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"), sendo convertidas às práticas contábeis - IFRS e para Reais pela taxa cambial correspondente à data de encerramento do balanço para ativos e passivos, pela taxa histórica para as movimentações ocorridas no patrimônio líquido e pela taxa cambial média do período para as contas de receitas e despesas, quando aplicável. Com o registro no resultado dos efeitos da variação cambial.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

w) Resultado por ação

De acordo com o IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, a Companhia apresenta o cálculo do resultado por ação segregado da seguinte forma:

Básico: Calculado através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Diluído: Calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

x) Instrumentos financeiros

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

• Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como "mantido para negociação" e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria são "Caixa e Equivalente de caixa" e "Derivativos a pagar".

• Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os principais ativos que a Companhia possui classificados nesta categoria são "Contas a receber" e "Créditos com empresas ligadas".

• Mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. A Companhia não possui instrumentos financeiros nesta categoria.

• Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou quitadas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores, débitos com empresas ligadas e outras contas a pagar.

• Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

• Derivativos

A Companhia e suas controladas registram e divulgam seus instrumentos financeiros e derivativos de acordo com o IAS 39/CPC 38 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração, IFRIC 9 - Reavaliação de derivativos embutidos e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros Divulgações. Os instrumentos financeiros são reconhecidos apenas a partir do momento em que a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Baseada em uma política de gerenciamento de risco do Grupo JBS, a Companhia e/ou suas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos para minimizar o risco de perda com exposição, principalmente, de riscos de variações de taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de commodities, riscos de créditos e risco de liquidez, entre outros, que podem afetar negativamente o valor dos ativos e passivos financeiros ou fluxos de caixa futuros e lucros.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela tesouraria com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações contábeis, tais como taxas de juros e câmbio

y) Combinação de negócios

De acordo com o IFRS 3/CPC 15 - Combinações de Negócios, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a avaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida, o excesso é reconhecido imediatamente no resultado como ganho.

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do período no qual essa combinação ocorreu, é feito o registro dos valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração (que não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição), ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

z) Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Planos de benefício definido

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos.

A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações contábeis para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da controlada indireta PPC e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado.

Quando o cálculo resulta em um benefício para a controlada indireta, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na controlada indireta. Um benefício econômico está disponível a controlada indireta se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecido no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (vested). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

Todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido são registrados em outros resultados abrangentes.

aa) Apresentação de relatórios por segmentos

De acordo com o IFRS 8/CPC 22 - Informações por segmento - O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho por segmento operacional e pela tomada de decisões estratégicas, estando de acordo com o modelo de organização vigente.

ab) Demonstrações dos fluxos de caixa

De acordo com o IAS 7/CPC 3 - Demonstração dos fluxos de caixa, as demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas pelo método indireto partindo das informações contábeis.

ac) Demonstração do resultado abrangente

De acordo com o IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a demonstração do resultado abrangente é composta pela conversão de taxa de moeda estrangeira e avaliação patrimonial em investimentos.

ad) Demonstrações do valor adicionado

Conforme requerido pelo CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado a Companhia incluiu na divulgação das suas demonstrações contábeis individuais a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A Demonstração do Valor Adicionado, tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia e suas controladas, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

ae) Operação descontinuada

Uma operação descontinuada é um componente de grupo de negócios que representa a maior parte do negócio ou área geográfica que foi baixado ou mantido para venda, ou casos de subsidiárias adquiridas exclusivamente para revenda.

A classificação como operação atinge os critérios para ser classificados como mantido para venda quando a operação é classificada como descontinuada, a demonstração comparativa é representada como se a operação tivesse sido descontinuada no início do período comparativo.

af) Novos Pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações emitidas pelo IASB aplicável às demonstrações financeiras consolidadas

Novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e / ou revisados e têm a adoção opcional em 31 de março de 2012. A administração avaliou o impacto desses novos pronunciamentos e interpretações e decidiu não antecipar a adoção pois não terá um impacto significativo sobre as informações anuais da Companhia e sua controlada no ano da adoção inicial. Os principais pronunciamentos e interpretações são apresentados a seguir:

Não vigente:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros - Classificação e mensuração - Reflete a primeira fase do trabalho IASB sobre a substituição da IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. IFRS 9 usa uma abordagem simplificada para determinar se um ativo financeiro deve ser mensurado pelo custo amortizado ou valor justo, baseado na maneira pela qual uma entidade gere os seus instrumentos financeiros (modelo de negócio) e do fluxo de caixa contratuais típicas de ativos financeiros. A norma também exige a adoção de apenas um método para determinação das perdas no valor recuperável de ativos. A norma é vigente para períodos anuais com início em/ou após 1 de Janeiro de 2015. A Companhia irá quantificar o efeito em conjunto com as outras fases, quando emitido, para apresentar um quadro abrangente.
- IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas - IFRS 10 como princípios emitidos estabelece para a apresentação e preparação das demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades. IFRS 10 substitui as exigências de consolidação na "SIC-12 Consolidação Sociedades de Propósito Especial" e "IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas". É vigente para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2013. Aplicação antecipada é permitida. A Companhia está analisando os eventuais efeitos decorrentes da adoção do IFRS 10.
- IFRS 11 Acordos conjuntos - IFRS 11 prevê uma reflexão mais realista de entidades controladas em conjunto, focando nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma jurídica. A norma aborda inconsistências na divulgação de entidades controladas em conjunto, exigindo um único método de contabilização de investimentos semelhantes. IFRS 13 substitui a IAS 31 Investimentos em "joint ventures" e "SIC-13 Entidades Conjuntamente Controladas" - Contribuições Não Monetárias por "joint ventures", e é vigente para períodos anuais com início em/ou após 1 de Janeiro de 2013. Aplicação antecipada é permitida. A Companhia está analisando os eventuais efeitos decorrentes da adoção do IFRS 11.
- IFRS 12 Divulgações de participação em outras entidades - IFRS 12 é um padrão novo e abrangente sobre os requisitos de divulgação de todas as formas de participações em outras entidades, incluindo as filiais, acordos conjuntos, associados e entidades não consolidadas. O IFRS 12 é vigente para períodos anuais com início em/ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação antecipada é permitida. A Companhia está analisando os impactos em suas divulgações resultantes da adoção do IFRS 12.
- IFRS 13 Mensuração do valor justo - IFRS 13 estabelece novos requisitos sobre como mensurar o valor justo e as divulgações relacionadas entre o IFRS e demais princípios contábeis geralmente aceitos. O padrão é vigente para períodos anuais com início em/ou após 1 de Janeiro de 2013. Aplicação antecipada é permitida. A Companhia está analisando os eventuais efeitos decorrentes da adoção do IFRS 13.
- IFRIC 20 Stripping Costs in the Production Phase of a Surface Mine (custos de exploração em fase de produção de mineradoras) - A IFRIC 20 trata das questões quanto ao reconhecimento dos *production stripping costs* (custos de exploração em fase de produção) como um ativo; mensuração inicial dos ativos da atividade de remoção; e mensuração subsequente dos ativos da atividade de remoção. É vigente para exercícios com início em/ou após 1 de Janeiro de 2013. Até o presente momento a Companhia não prevê qualquer impacto em decorrência do mesmo.
- IAS 32 Instrumentos financeiros - As alterações do pronunciamento tem o objetivo de esclarecer os requerimentos de compensação de instrumentos financeiros. Estas alterações endereçam as inconsistências encontradas na prática quando aplicados os critérios de compensação no "IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação". As alterações são vigentes para exercícios com início em/ou após 1 de Janeiro de 2014. Aplicação antecipada é permitida.

Outras melhorias para pronunciamentos existentes :

- IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações (exercícios iniciados em/ou após 01.07.2011).
- IAS 1 - Apresentação do resultados abrangentes (exercícios iniciados em/ou após 01.07.2012).
- IAS 12 - Impostos Diferidos: Recuperação de Ativos Subjacentes (exercícios iniciados em/ou após 01.01.2012).
- IAS 19 - Benefícios a empregados (exercícios iniciados em/ou após 01.01.2013)
- IAS 27 - Demonstrações Financeiras consolidadas e separadas (exercícios iniciados em/ou após 01.01.2013).
- IAS 28 - Investimentos em coligadas (exercícios iniciados em/ou após 01.01.2013).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) ainda não emitiu essas normas ou alterações equivalente a todos os pronunciamentos acima mencionados. A Companhia esta em processo de avaliação dos impactos das referidas normas em suas demonstrações financeiras.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa, bancos e aplicações financeiras são os itens do balanço patrimonial apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.12.11	31.03.2012	31.12.11
Caixa e bancos	1.252.331	1.483.479	2.456.479	2.247.919
CDB - DI	1.240.844	1.928.422	1.486.016	2.155.037
Fundos de investimentos	-	494	524.277	554.523
LCA-DI	-	200.472	-	330.715
Aplicações em debêntures	632.492	-	632.492	-
Títulos públicos - LFT	51.564	-	51.564	-
	3.177.231	3.612.867	5.150.828	5.288.194

Os Certificados de Depósitos Bancários - CDB-DI, são aplicações realizadas junto à instituições financeiras de primeira linha, são pós-fixados e rendem em média 100% do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

As Letras de Crédito do Agronegócio (LCA - DI) são aplicações remuneradas por percentual do CDI, sendo um título de crédito nominativo, lastreado por direitos creditórios originários do agronegócio e emitido exclusivamente por instituições financeiras públicas ou privadas. A LCA é emitida sob a forma escritural na CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação. As referidas aplicações rendem em média 100% do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

As Aplicações em debêntures, são aplicações remuneradas pelo CDI. As referidas aplicações rendem em média 98% do CDI e tem liquidez diária.

Títulos públicos – LFT, são aplicações de rentabilidade diária pós-fixada, vinculada à taxa SELIC.

Fundo de investimentos - Consolidado

Está composto principalmente por aplicações da controlada direta JBS Project Management GMBH (subsidiária da JBS Holding GMBH) em fundo de investimento mútuo, cuja administração e gestão é realizada pelo JP Morgan.

5 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.12.11	31.03.2012	31.12.11
Duplicatas a vencer	1.704.251	1.729.425	3.849.236	3.939.255
Duplicatas vencidas:				
De 1 a 30 dias	107.433	120.142	432.045	569.126
De 31 a 60 dias	18.203	23.297	58.141	91.406
De 61 a 90 dias	12.007	20.755	32.706	44.389
Acima de 90 dias	107.927	102.656	195.089	185.589
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa - PECLD	(109.158)	(113.182)	(136.207)	(149.919)
	136.412	153.668	581.774	740.591
	1.840.663	1.883.093	4.431.010	4.679.846

Conforme IFRS 7/CPC 39 Instrumento Financeiros, segue a movimentação da PECLD:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.12.11	31.03.2012	31.12.11
Saldo inicial	(113.182)	(109.497)	(149.919)	(142.074)
Adições	-	(10.020)	(2.086)	(16.390)
Variação	-	-	124	225
Baixas	4.024	6.335	15.674	8.320
Saldo final	(109.158)	(113.182)	(136.207)	(149.919)

6 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.12.11	31.03.2012	31.12.11
Produtos acabados	1.317.515	1.161.418	3.593.057	3.332.844
Produtos em processo	53.474	53.879	914.258	900.597
Matéria-prima	203.856	188.722	522.567	527.046
Almoxarifado	116.713	140.242	564.975	645.218
	1.691.558	1.544.261	5.594.857	5.405.705

7 Ativos biológicos

	Consolidado	
	31.03.2012	31.12.11
Gado	62.368	83.978
Porco e Cordeiro	57.292	73.790
Frango	49.355	49.489
Culturas temporárias em formação	2.280	2.286
	171.295	209.543

Movimentação ativo biológico no período

Saldo em 31 de dezembro de 2011	209.543
Nascimento	1.605
Morte	(1.402)
Fair value (marcação a mercado)	24.991
Venda	(125.411)
Compra	63.441
Variação cambial	(3.751)
Apropriação de custos das culturas temporárias	3.731
Consumo interno das culturas temporárias (ração)	(1.452)
Saldo em 31 de março de 2012	171.295

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

Os ativos biológicos são compostos basicamente por animais vivos, em sua maioria em confinamento, os quais permanecem durante um período de 90 a 120 dias confinados até atingir a maturidade e conseqüentemente, envio para as unidades de abate. Por este motivo são classificados no grupo de conta de ativos circulantes.

De acordo com os requerimentos do IAS 41/CPC 29 – Ativo Biológico, empresas que possuem atividades agrícolas e agropecuárias, tais como: cultivo de grãos, engorda de rebanho (operações de confinamento de gado ou gado a pasto), e cultivos de agriculturas diversas estão sujeitas a realizar a valorização de seus ativos, a fim de determinar o valor justo dos mesmos, baseando-se no conceito de valor a mercado, no mínimo durante os encerramentos trimestrais e de exercício, reconhecendo os efeitos destas valorizações diretamente no resultado do período ou exercício.

No entanto, a norma evidencia que, para os casos em que não há mercado ativo, como os apresentados pela empresa JBS USA, uma ou mais das seguintes alternativas para a determinação do valor justo deverá ser adotada:

a) o preço de mercado da transação mais recente, considerando que não tenha havido nenhuma mudança significativa nas circunstâncias econômicas entre a data da transação e a de encerramento das demonstrações contábeis;

b) preços de mercado de ativos similares com ajustes para refletir diferenças;

c) padrões do setor, tais como o valor de pomar expresso pelo valor de embalagem padrão de exportação, alqueires ou hectares, e o valor de gado expresso por quilograma ou arroba de carne.

Embora a norma descreva essas três opções, há uma premissa de que o valor justo dos ativos biológicos pode ser mensurado de forma confiável, contudo, tal premissa pode ser rejeitada no caso de ativo biológico cujo valor deveria ser determinado pelo mercado, porém, este não o tem disponível e as alternativas para estimá-los não são claramente confiáveis. Em tais situações, o ativo biológico deve ser mensurado ao custo, como os apresentados pela controlada JBS USA, menos qualquer depreciação e perda por irrecuperabilidade acumuladas.

EMPRESAS NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	31.03.12	31.12.11
Gado	35.591	46.954
Porco e Cordeiro	57.292	73.790
Frango	49.355	49.489
Total de ativo biológico avaliado a custo	142.238	170.233

Conforme mencionado na premissa acima, os ativos biológicos da empresa JBS USA não são valorizados a mercado, adotando-se os procedimentos de valorização pelo custeio por absorção.

Gado Bovino – A controlada da JBS USA na Austrália mantém gado bovino em sistema de confinamento, não existe mercado ativo para gado bovino em confinamento entre o período de (75 - 100 dias) apenas acima de 180 dias (item 30 CPC 29 Ativo Biológico).

Porco e Cordeiro – A controlada JBS USA mantém porcos e cordeiros em sistema de confinamento; Para os ativos biológicos porco e cordeiro, não há mercado ativo independente, pois existem poucos concorrentes no mercado (item 30 CPC 29 Ativo Biológico).

Frangos – A PPC possui atividade de criação de frango, no entanto, em virtude do período de “maturação”, que compreende o período entre o ovo até o momento do abate, ser inferior a 45 dias, o custo se aproxima do valor justo (item 24 CPC 29 Ativo Biológico).

EMPRESAS NO BRASIL	31.03.2012	31.12.11
Gado	26.777	37.024
Culturas temporárias em formação	2.280	2.286
Total de ativo biológico avaliado a mercado	29.057	39.310

As operações relativas aos ativos biológicos das atividades no Brasil são representadas, principalmente, por gado bovino em sistema de confinamento (intensivo) e gado bovino a pasto (extensivo), cuja valorização a mercado é mensurada de forma confiável em virtude da existência de mercados ativos.

Os saldos de culturas temporárias em formação são compostos por milho, soja e capim, os quais serão utilizados no processo de elaboração dos insumos para bovinos. A administração optou por manter a mensuração destes ativos biológicos aos seus valores de custo, devido a imaterialidade dos saldos, uma vez que os esforços necessários para a elaboração e mensuração destes ativos aos seus valores justos superam os benefícios esperados pela Administração.

8 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.12.11	31.03.2012	31.12.11
ICMS / IVA / VAT/ GST	1.084.987	1.075.566	1.280.251	1.264.118
IPI	60.354	59.772	125.364	124.459
PIS e COFINS	660.129	616.957	785.935	745.376
IRRF a recuperar	138.391	90.826	270.796	96.840
Outros	38.138	49.515	76.855	85.644
	1.981.999	1.892.636	2.539.201	2.316.437
Desmembramento:				
Ativo circulante	1.421.441	1.330.609	1.916.537	1.690.311
Ativo não circulante	560.558	562.027	622.664	626.126
	1.981.999	1.892.636	2.539.201	2.316.437

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

ICMS

O saldo de ICMS a recuperar na Companhia, advém da obtenção de créditos por compras de matérias-primas, materiais de embalagem e secundários em volume superior aos débitos gerados nas vendas locais, uma vez que as exportações são isentas.

A Companhia tem expectativa de recuperação integral, inclusive do crédito outorgado de ICMS (compreende a diferença percentual entre a alíquota nominal de escrituração nos livros fiscais e a taxa efetiva de arrecadação do ICMS vigente no Estado de origem).

Anualmente a Administração da Companhia, amparada por seus assessores jurídicos, avalia a segregação entre circulante e não circulante, dos referidos créditos de ICMS de acordo com à sua realização.

PIS e COFINS

Refere-se a crédito não cumulativo de PIS e COFINS, apurados pela Companhia, incidentes sobre as aquisições de matérias-primas, materiais de embalagem e materiais secundários utilizados nos produtos vendidos no mercado externo.

IRRF

Corresponde basicamente ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e retenções sobre remessa de dividendos da subsidiária JBS USA, realizável mediante compensação com imposto de renda e contribuição social a pagar sobre lucros.

GERAL

A Companhia e sua controlada JBS Embalagens, registraram a atualização monetária com base na SELIC incidente sobre créditos extemporâneos de PIS, COFINS e IPI a recuperar no valor de R\$ 151.608. Desse total foram recebidos até o momento o montante de R\$ 28.987 permanecendo um saldo remanescente de R\$ 122.621.

9 Transações com partes relacionadas

Contratos de mútuo entre partes relacionadas registrados no balanço patrimonial como créditos e débitos com partes relacionadas:

CONTROLADORA	Moeda	Vencimento	Taxa anual	31.03.12	31.12.11
				Contratos de mútuo	Contratos de mútuo
Controladas diretas					
Mouran Alimentos Ltda.	R\$	13/9/2012	CDI	54.494	53.207
JBS Confinamento Ltda.	R\$	1/4/2012	CDI + 4%	76.577	87.528
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	R\$	16/8/2012	CDI + 12%	56.301	58.936
JBS USA, Inc	US\$	16/8/2012	Libor + 2,5% a 3%	271.762	(97.606)
JBS Slovakia Holdings s.r.o.	US\$	12/3/2013	4,50%	(42.501)	(43.284)
JBS Holding International	R\$	-	-	15.861	-
Cascavel Couros Ltda	R\$	31/12/2012	CDI + 12%	56.724	29.300
Novaprom Food Ingredients Ltda	R\$	31/12/2012	CDI + 6%	14.069	12.115
Controladas indiretas					
Beef Snacks Brasil Ind.Com. Ltda.	R\$	24/1/2013	CDI	97.812	96.761
Beef Snacks International BV	US\$	31/12/2012	Libor + 2% a 3%	4.310	4.371
JBS HU Ltd	US\$	19/5/2012	12%	-	(119.117)
JBS Paraguay	US\$	24/8/2014	Libor + 5%	6.220	6.294
				611.629	88.505

Transações comerciais entre partes relacionadas registradas no balanço como clientes e fornecedores:

CONTROLADORA	31.03.12		31.12.11	
	Contas a receber de clientes	Fornecedores	Contas a receber de clientes	Fornecedores
Controladas diretas				
JBS Confinamento Ltda.	624	7.426	252	33.384
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	-	-	-	94
JBS USA, Inc	15.361	-	13.521	-
JBS Itália SRL	20.212	-	7.268	-
S.A. Fábrica de Prod. Alimentícios Vigor	26	-	17.538	3.431
Cascavel Couros Ltda	17.266	942	16.917	2.704
Novaprom Food Ingredients Ltda	1.399	425	1.661	681
Controladas indiretas				
JBS Global (UK) Limited	24.340	-	32.149	4
JBS Argentina S.A.	-	923	-	2.017
Global Beef Trading SU Lda.	473	-	715	-
Austrália Meat	-	1.568	-	741
Toledo International NV	9.762	1	6.360	319
Weddel Limited	3.580	-	-	-
Sampco Inc.	4.682	-	1.655	-
Frigorífico Canelones S.A.	-	1.021	-	7
Rigamonti Salumificio Spa	8.365	19	10.334	19
Itaholb International	-	375	1.414	1.192
Wonder Best Holding Company	15.043	-	11.929	-

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

Trump Asia Enterprise Ltd	12.008	-	20.070	-
Trustful Leather	6.451	-	4.203	-
JBS Paraguay	24	8.784	24	-
Outras partes relacionadas				
JBS Agropecuária Ltda.	36	243	178	2.984
Flora Produtos de Hig. Limp. S.A.	7.830	109	682	1
Flora Dist. Produtos de Hig. Limp. S.A.	25.901	256	18.439	190
	173.383	22.092	165.309	47.768

Impactos das transações entre partes relacionadas nas contas de resultado:

	31.03.12			31.03.11		
	Receita (Despesa) Financeira	Compras de mercadorias	Receitas de vendas	Receita (Despesa) Financeira	Compras de mercadorias	Receitas de vendas
Controladas diretas						
Mouran Alimentos Ltda.	1.288	-	-	2.064	-	-
JBS Confinamento Ltda.	3.576	29.046	739	4.469	78.351	397
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	2.498	2.354	-	2.503	7.630	710
JBS USA, Inc	(527)	-	73.270	(10.691)	-	4.189
JBS Slovakia Holdings s.r.o.	(441)	-	-	(410)	-	-
JBS Itália SRL	-	2.330	14.477	-	-	12.268
S.A. Fábrica de Prod. Alimentícios Vigor	-	-	81	(9.067)	36	22.062
Cascavel Couros Ltda	607	2.492	19.855	(1.473)	574	60.358
Novaprom Food Ingredients Ltda	416	1.338	1.921	448	548	2.499
Controladas indiretas						
JBS Global (UK) Limited	-	-	18.792	-	-	25.705
JBS Argentina S.A	-	5.083	-	-	2.783	-
Global Beef Trading SU Lda.	-	-	1.862	-	-	37.964
Beef Snacks Brasil Ind.Com. Ltda.	2.311	-	-	2.969	-	-
Beef Snacks International	18	-	-	1	-	-
JBS HU Ltd	(868)	-	-	(14)	-	-
Australia Meat	-	5.341	-	-	3.514	-
Toledo International BV	-	-	25.595	-	-	28.399
JBS Leather Europe	-	-	3.040	-	-	1.807
Weddel Limited	-	-	4.374	-	-	2.409
Sampco Inc.	-	-	29.362	-	-	8.746
Frigorífico Canelones S.A.	-	1.010	-	-	1.952	-
Rigamonti Salumificio Spa	-	-	8.584	-	-	8.219
Wonder Best Holding Company	-	-	12.516	-	-	6.817
Trump Asia Enterprise Ltd	-	-	12.074	-	-	5.806
Trustful Leather	-	-	9.391	-	-	9.393
JBS Paraguay	103	5.341	3	48	-	2
Itaholb International	-	-	104	-	-	422
Outras partes relacionadas						
JBS Agropecuária Ltda.	-	271	-	-	705	467
Flora Produtos de Hig. Limp. S.A.	-	109	16.724	-	-	12.160
Flora Dist. Produtos de Hig. Limp. S.A.	-	-	54.639	-	2	704
	8.981	54.715	307.403	(9.153)	96.095	251.503

Garantias prestadas e/ou recebidas

A Companhia é garantidora da operação de captação de US Bonds da controlada JBS USA, no montante de US\$ 700 milhões com vencimento em 2014.

A JBS USA em conjunto com suas subsidiárias, JBS USA, LLC e Swift Beef Company, garantem, de forma quirografária, US\$ 300 milhões das Notas 2016 emitidas pela Companhia, em consequência de compromisso contido na escritura de emissão que rege tais notas.

Detalhamento das transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do período relativas a operações entre partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e suas controladas, as quais a Administração considera que foram realizadas em condições aproximadas com as captações similares de recursos em instituições financeiras.

Dentre as operações entre partes relacionadas de maior representatividade, ressaltam-se a compra de gado de abate entre a Companhia e a controlada JBS Confinamento e empresa ligada JBS Agropecuária, e a operação de venda de couro entre a Companhia e a controlada Cascavel. Tais compras são realizadas a preços e condições regulares de mercado, na respectiva região pois toma como referência os preços vigentes no mercado e praticado com outros fornecedores que não têm quaisquer vínculos com a Companhia. A quantidade de gado fornecido por essas partes relacionadas é irrelevante dentro do volume demandado pela Companhia.

Nos contratos de mútuo incidem juros e variação cambial, quando aplicável.

Durante o período findo em 31 de março de 2012 e exercício findo em 31 de dezembro de 2011, não foram registradas quaisquer perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, assim como não foram reconhecidas quaisquer despesas de dívidas incobráveis relacionadas às transações com partes relacionadas.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

Em 23 dezembro de 2010 a Companhia recebeu um adiantamento de sua subsidiária indireta Sampco Inc no montante de US\$ 135,0 milhões (R\$ 224.937) referente a um contrato de venda futura de carne com previsão de entrega em até três anos. O adiantamento está registrado sobre a rubrica de "outros passivos" nas demonstrações contábeis da controladora, sendo eliminado na consolidação.

O saldo não amortizado em 31 de março de 2012 e 31 dezembro de 2011 foi de aproximadamente US\$ 77.270 (R\$ 140.793) e US\$ 94,3 milhões (R\$ 176.888)

Consolidado - Créditos com empresas ligadas

O saldo consolidado de créditos com empresas ligadas, no montante de R\$ 498.069 em 31 de março de 2012 (R\$ 552.197 em 31 de dezembro de 2011), possui a seguinte composição:

a) Empresas não consolidadas

A Companhia, através de sua subsidiária JBS USA, possui o montante a receber de R\$ 437.011 (R\$ 491.465 em 31 de dezembro de 2011) referente a utilização da linha de crédito de até US\$ 375 milhões, sobre a qual incide juros, entre a subsidiária indireta JBS Five Rivers e a J&F Oklahoma, subsidiária da controladora J&F Participações S.A., não consolidada, onde a J&F Oklahoma se utiliza desse crédito para aquisição de gado para engorda que são colocados nos confinamentos da JBS Five Rivers para serem aprontados para o abate.

A J&F Oklahoma possui ainda 2 acordos comerciais com subsidiárias da Companhia:

- i) Contrato de fornecimento de gado e acordo de alimentação com a JBS Five Rivers, onde esta se responsabiliza pelo gado pertencente à J&F Oklahoma e cobra os custos medicinais e de engorda, além de uma taxa diária de aluguel;
- ii) Contrato de compra e venda de gado com a JBS USA de ao menos 500.000 cabeça ao ano, a partir de 2009 até 2016.

A JBS Five Rivers é também garantidora em terceiro grau, após garantia de ativos da própria J&F Oklahoma e sua controladora, de até US\$ 250 milhões em uma linha de crédito da J&F Oklahoma.

Em junho de 2011, a J&F Australia firmou contrato de compra e venda de gado com a JBS Australia, conforme esse contrato, a J&F Australia deve vender para a JBS Austrália e esta deve comprar no mínimo 200.000 cabeças de gado da J&F Austrália por ano.

b) Empresas consolidadas parcialmente

O montante de R\$ 61.058 (R\$ 60.732 em 31 de dezembro de 2011) referente a créditos de subsidiárias consolidadas parcialmente, conforme detalhamento abaixo:

	31.03.12	31.12.11
Beef Snacks do Brasil Ltda.	48.906	48.396
Beef Snacks International BV.	4.285	4.306
Jerky Snack Brands, Inc.	7.867	8.030
	61.058	60.732

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da Administração da Companhia inclui a Diretoria Executiva e Conselho de Administração. O valor agregado das remunerações recebidas por esses administradores da Companhia, por serviços nas respectivas áreas de competência, no trimestre findo em 31 de março de 2012 e exercício findo em 31 de dezembro de 2011:

	Membros	31.03.12	31.12.11
Diretoria Executiva e Conselho de Administração	15	1.797	6.791
	15	1.797	6.791

Os membros suplentes do Conselho de Administração são remunerados por reunião de Conselho em que comparecem.

O Diretor Executivo de Relações Institucionais, o Diretor de Administração e Controle e o Diretor de Relação com Investidores são parte de contrato de trabalho no regime CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), onde seguem todas as prerrogativas legais de remunerações e benefícios. Não contemplam as remunerações quaisquer participações nos resultados da Companhia, ou outros benefícios corporativos adicionais aos empregados ou que se estendam aos familiares.

De acordo com o IAS 24 (alterações)/CPC 05 (R1) – Apresentação de Partes Relacionadas, com exceção aos descritos acima, os demais membros da Diretoria Executiva e Conselho de Administração não são partes de contrato de trabalho ou outros contratos que prevejam benefícios corporativos adicionais, tais como benefício pós-emprego ou quaisquer outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de trabalho que não estejam de acordo com os requeridos pela CLT, quando aplicável, ou remuneração com base em ações.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

10 Investimentos em controladas e controladas em conjunto “Joint ventures”

	Controladora	
	31.03.12	31.12.11
Investimentos em controladas	5.548.750	5.995.157
Ágio em subsidiárias	705.470	1.566.417
	6.254.220	7.561.574

Informações relevantes sobre as controladas nos períodos findos em 31 de março de 2012:

	Participação percentual	Total de ativos	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo)
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	99,00%	83.344	2	22.996	1.713	(6.838)
JBS Global Investments S.A.	100,00%	40.617	169.455	40.617	-	(1.685)
JBS Holding Internacional S.A.	100,00%	523.939	1.108.467	257.177	159.464	(48.667)
JBS Global A/S (Dinamarca)	100,00%	231.877	489.409	67.498	111.751	(1.409)
Mouran Alimentos Ltda.	100,00%	7.058	120	(47.711)	-	(1.288)
JBS USA, Inc.	99,96%	15.585.500	1.824.968	2.219.919	11.844.652	(100.890)
JBS Confinamento Ltda.	100,00%	510.008	467.401	416.857	26.856	(7.666)
JBS Slovakia Holdings, s.r.o.	100,00%	135.861	159.474	64.167	11.860	524
JBS Italia S.R.L.	100,00%	89.701	19.642	11.647	35.508	338
CJSC Prodcontract	70,00%	8.137	1	(20.442)	25.209	2.919
LLC Lesstor	70,00%	39.888	9	39.643	1.119	(151)
JBS Middle East	100,00%	118	456	83	109	(90)
JBS Leather Paraguay	97,50%	740	17	23	83	4
JBS Holding GMBH	100,00%	1.375.930	85	374.096	321.390	15.519
Novaprom Foods e Ingredientes Ltda	60,00%	31.688	792	(2.805)	7.692	(270)
Cascavel Couros Ltda	100,00%	407.563	240.861	302.215	89.493	(3.046)
Vigor Alimentos S.A.	100,00%	1.982.453	1.191.378	1.213.082	314.176	22.348

Ágio: Conforme interpretação técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, no balanço consolidado o ágio (goodwill) fica registrado no subgrupo do Ativo Intangível por se referir à expectativa de rentabilidade da controlada adquirida, cujos ativos e passivos estão consolidados na controladora. Já no balanço individual da controladora, esse ágio fica no seu subgrupo de Investimentos, do mesmo grupo de Ativos Não Circulantes, porque, para a investidora, faz parte do seu investimento na aquisição da controlada, não sendo ativo intangível seu (como dito atrás, a expectativa de rentabilidade futura – o genuíno intangível – é da controlada).

Sendo assim, na controladora encontra-se como intangível apenas o ágio proveniente da incorporação da Bertin, sendo os demais alocados como investimentos. Para detalhamento dos ágios, vide nota explicativa 12 - Intangível.

	Saldo em 31.12.2011	Adição (Baixa)	Variação Cambial (i)	Equivalência patrimonial		31.03.2012
				No Patrimônio Líquido (ii)	No Resultado do Período	
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	29.536	-	-	-	(6.769)	22.767
JBS Global Investments S.A.	43.602	-	(1.300)	-	(1.685)	40.617
JBS Holding Internacional S.A.	320.912	-	-	(15.068)	(48.667)	257.177
JBS Global A/S (Dinamarca)	68.677	-	(187)	417	(1.409)	67.498
Mouran Alimentos Ltda.	(46.423)	-	-	-	(1.288)	(47.711)
JBS USA, Inc. ⁽¹⁾	3.356.247	(917.332)	(140.885)	21.849	(100.850)	2.219.029
JBS Confinamento Ltda.	424.523	-	-	-	(7.666)	416.857
JBS Slovakia Holdings, s.r.o. ⁽²⁾	184.829	(111.304)	(7.025)	(2.858)	524	64.166
JBS Italia S.R.L.	11.312	-	(3)	-	338	11.647
CJSC Prodcontract	(15.492)	-	(860)	-	2.043	(14.309)
LLC Lesstor	26.203	-	1.653	-	(106)	27.750
JBS Middle East	44	130	(1)	-	(90)	83
JBS Leather Paraguay	16	-	2	-	4	22
JBS Holding GMBH	893.569	893	213	(4.353)	15.519	905.841
Novaprom Foods e Ingredientes Ltda	(1.521)	-	-	-	(162)	(1.683)
S.A.Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor ⁽³⁾	330.427	(330.427)	-	-	-	-
Cascavel Couros Ltda	305.261	-	-	-	(3.046)	302.215
Vigor Alimentos S.A. ⁽⁴⁾	-	1.191.378	-	(644)	22.348	1.213.082
Transf. para Outros passivos circulantes (Passivo a descoberto)	63.435	-	-	-	-	63.702
Total	5.995.157	(166.662)	(148.393)	(657)	(130.962)	5.548.750

(i) - Conforme definido no CPC 2/IAS 21- Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis, refere-se à variação cambial dos investimentos em moeda estrangeira e que são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP), a qual foi lançada diretamente no patrimônio líquido da Companhia sobre a rubrica de "Ajustes acumulados de conversão".

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

A "joint venture" Beef Snacks International possui em sua consolidação as subsidiárias Beef Snacks e Jerky Snack. O investimento da "joint venture" Beef Snacks International é consolidado proporcionalmente na JBS Global A/S, subsidiária direta, integral da Companhia.

A "joint venture" Meat Snacks USA possui em sua consolidação a subsidiária Meat Snacks. O investimento da "joint venture" Meat Snacks USA é consolidado proporcionalmente na JBS Holding GMBH, subsidiária direta, integral da Companhia.

O investimento na "joint venture" Dan Vigor é consolidado proporcionalmente na Vigor, subsidiária indireta integral da Companhia.

11 Imobilizado

Controladora	Custo	Reavaliação	Depreciação acumulada	Líquido	
				31.03.12	31.12.11
Imóveis	2.757.407	116.615	(312.842)	2.561.180	2.557.025
Terra nua e terrenos	914.579	9.305	-	923.884	953.614
Máquinas e equipamentos	3.585.219	44.938	(684.382)	2.945.775	2.983.112
Instalações	791.195	21.815	(145.153)	667.857	641.365
Equipamentos de informática	190.092	721	(56.059)	134.754	139.685
Veículos	374.660	63	(183.034)	191.689	183.941
Obras em andamento	507.454	-	-	507.454	238.236
Outros	147.594	1.254	(23.867)	124.981	106.604
	9.268.200	194.711	(1.405.337)	8.057.574	7.803.582

Consolidado	Custo	Reavaliação	Depreciação acumulada	Líquido	
				31.03.12	31.12.11
Imóveis	5.870.023	116.615	(734.784)	5.251.854	5.278.135
Terra nua e terrenos	2.329.467	9.305	(107.987)	2.230.785	2.270.694
Máquinas e equipamentos	7.901.199	44.938	(2.375.536)	5.570.601	5.684.510
Instalações	883.572	21.815	(194.415)	710.972	682.273
Equipamentos de informática	338.972	721	(132.074)	207.619	208.511
Veículos	594.647	63	(335.411)	259.299	253.133
Obras em andamento	924.724	-	(12)	924.712	808.045
Outros	247.984	1.254	(40.923)	208.315	193.413
	19.090.588	194.711	(3.921.142)	15.364.157	15.378.714

De acordo com IAS 16/CPC 27 - Ativo Imobilizado, em 31 de março de 2012 a Companhia efetuou a revisão das vidas úteis dos ativos imobilizados, resultando em diferentes taxas de depreciação para cada ativo, o que dificulta a divulgação da taxa de depreciação anual para cada grupo de ativo. Devido ao exposto, para fins de divulgação e para prover informações adicionais aos leitores, a Companhia efetua o cálculo e divulga a média ponderada das taxas de depreciação dos ativos que compõe cada grupo.

	Taxas ponderadas anuais de depreciação em 31 de março de 2012	
	Controladora	Consolidado
Imóveis	3,00%	3,66%
Terra nua e terrenos	0,00%	1,57%
Máquinas e equipamentos	6,19%	8,17%
Instalações	5,13%	5,14%
Equipamentos de informática	11,57%	13,98%
Veículos	10,86%	10,95%
Outros	2,88%	5,44%

Movimentação do ativo imobilizado

Controladora	31.12.11	Adições	Baixas	Depreciação	Capitalização de custo de empréstimos	31.03.12
Imóveis	2.557.025	26.492	(750)	(21.587)	-	2.561.180
Terra nua e terrenos	953.614	1.138	(30.868)	-	-	923.884
Máquinas e equipamentos	2.983.112	29.937	(11.087)	(56.187)	-	2.945.775
Instalações	641.365	36.921	-	(10.429)	-	667.857
Equipamentos de informática	139.685	620	(30)	(5.521)	-	134.754
Veículos	183.941	24.683	(6.763)	(10.172)	-	191.689
Obras em andamento	238.236	265.846	(46)	-	3.418	507.454
Outros	106.604	19.552	(103)	(1.072)	-	124.981
	7.803.582	405.189	(49.647)	(104.968)	3.418	8.057.574

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

Consolidado						Capitalização de	31.03.12
	31.12.11	Adições	Baixas	Depreciação	Varição Cambial	custo de empréstimos	
Imóveis	5.278.135	93.762	(3.744)	(54.760)	(61.539)	-	5.251.854
Terra nua e terrenos	2.270.694	16.796	(32.023)	(9.198)	(15.484)	-	2.230.785
Máquinas e equipamentos	5.684.510	129.483	(13.160)	(162.307)	(67.925)	-	5.570.601
Instalações	682.273	40.611	-	(11.626)	(286)	-	710.972
Equipamentos de informática	208.511	12.952	(44)	(11.870)	(1.930)	-	207.619
Veículos	253.133	31.127	(7.006)	(16.284)	(1.671)	-	259.299
Obras em andamento	808.045	121.168	(46)	-	(12.406)	7.951	924.712
Outros	193.413	23.192	(2.904)	(3.395)	(1.991)	-	208.315
	15.378.714	469.091	(58.927)	(269.440)	(163.232)	7.951	15.364.157

O aumento em obras em andamento na controladora, com reflexo no consolidado, é decorrente, principalmente, das recentes aquisições de ativos pela Companhia, os ativos são registrados como obras em andamento e no decorrer do exercício de 2012 serão transferidos para as respectivas contas de patrimônio a que se refere, vide nota 19.

As despesas com depreciação são contabilizadas nas contas de "Custo dos produtos vendidos" e "Despesas gerais e administrativas"

O saldo de obras em andamento representa os investimentos com ampliação, modernização e adequação das unidades industriais frigoríficas visando a manutenção, maior produtividade e obtenção de novas certificações exigidas pelo mercado. Quando da conclusão e início da operação desses ativos, os mesmos são transferidos para a adequada conta do ativo imobilizado, sendo reconhecida a partir desse momento a depreciação dos bens.

Até dezembro de 2007 foi efetuada reavaliação espontânea de bens do ativo imobilizado, de grande parte das unidades industriais da Companhia acrescida aos saldos do ativo imobilizado em contrapartida à rubrica reserva de reavaliação e da provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos. O método e premissa aplicado à estimativa do valor justo dos itens, foi determinado diretamente a partir de preços observáveis em mercado ativo. Em 31 de março de 2012, o saldo de reavaliações no ativo imobilizado é de R\$ 194.711 a reserva de reavaliação é de R\$ 100.100 e a provisão para imposto de renda e contribuição social é de R\$ 46.992. Para as reavaliações acrescidas ao ativo imobilizado foi registrada depreciação acumulada no montante de R\$ 47.619.

A Companhia e suas controladas efetuaram a revisão da vida útil dos ativos imobilizados, através da contratação de empresa especializada, onde não foram identificadas divergências relevantes se comparadas as vidas úteis adotadas até 31 de dezembro de 2009. A partir de 1 de janeiro de 2010 as novas aquisições são registradas com vida útil estimada dos ativos e anualmente todas as vidas úteis dos ativos imobilizados são devidamente revisadas e, quando aplicável alteradas.

Capitalização de juros - Custos dos empréstimos

De acordo com as premissas estabelecidas pelo IAS 23/CPC 20 – Custos dos empréstimos, a Companhia realizou a capitalização dos custos de empréstimos direta e indiretamente atribuíveis à construção de ativos qualificáveis, os quais estão representados exclusivamente por obras em andamento. Os custos de empréstimos alocados aos ativos qualificáveis, em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, encontram-se apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.12	31.12.11	31.03.12	31.12.11
Imobilizado em andamento	467.868	199.441	874.902	762.645
(+) custos de empréstimos capitalizados	39.586	38.795	49.810	45.400
	507.454	238.236	924.712	808.045

Teste de valor recuperável dos ativos imobilizados

Em atendimento as exigências do IAS 36/CPC 01 - Redução do Valor Recuperável de Ativos, a Companhia efetuou o teste anual de recuperação de seus ativos tangíveis e intangíveis em 31 de março de 2012, os quais foram estimados com base nos valores em uso utilizando os fluxos de caixa descontados, e evidenciaram que o valor estimado de mercado é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação, assim como, no decorrer do exercício não houve quaisquer evidências de perda de valor de ativos individuais ou grupo de ativos relevantes. Eventuais impactos de perda de recuperabilidade são destacados em nota explicativa, quando relevantes. As premissas do teste anual de recuperação estão descritas na nota explicativa 12.

12 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	31.03.12	31.12.11	31.03.12	31.12.11
Ágio de incorporadas	9.069.926	9.069.926	11.176.928	11.189.867
Marcas e patentes	452.575	452.575	658.965	665.005
Softwares	8.892	9.005	15.788	16.406
Direito de exploração do uso da água	-	-	59.254	60.840
Carteira de clientes	-	-	564.962	597.016
Outros intangíveis	-	-	3.068	3.485
	9.531.393	9.531.506	12.478.965	12.532.619

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

Movimentação do Intangível

Controladora	31.12.2011	Amortização	31.03.2012
Ágio de incorporadas	9.069.926	-	9.069.926
Marcas e patentes	452.575	-	452.575
Softwares	9.005	(113)	8.892
	9.531.506	(113)	9.531.393

Consolidado	31.12.2011	Adição	Amortização	Variação Cambial	31.03.2012
Ágio de incorporadas	11.189.867	-	(65)	(12.874)	11.176.928
Marcas e patentes	665.005	-	(210)	(5.830)	658.965
Softwares	16.406	20	(401)	(237)	15.788
Direito de exploração do uso da água	60.840	-	(19)	(1.567)	59.254
Carteira de clientes	597.016	-	(14.600)	(17.454)	564.962
Outros intangíveis	3.485	-	(308)	(109)	3.068
	12.532.619	20	(15.603)	(38.071)	12.478.965

(1) - Referente a amortização de intangíveis com vida útil definida em combinações de negócios.

As marcas e patentes, direito de exploração da água e o ágio possuem vida útil indefinida e o seus valores recuperáveis são testados anualmente pelo teste de valor recuperável.

As despesas com amortização são contabilizadas nas contas de "Custo dos produtos vendidos" e "Despesas gerais e administrativas"

Ágio: Conforme interpretação técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, no balanço consolidado o ágio (goodwill) fica registrado no subgrupo do Ativo Intangível por se referir à expectativa de rentabilidade da controlada adquirida, cujos ativos e passivos estão consolidados nos da controladora. Já no balanço individual da controladora, esse ágio fica no seu subgrupo de Investimentos, do mesmo grupo de Ativos Não Circulantes, porque, para a investidora, faz parte do seu investimento na aquisição da controlada, não sendo ativo intangível seu (como dito atrás, a expectativa de rentabilidade futura – o genuíno intangível – é da controlada).

Sendo assim, na controladora encontra-se como intangível apenas o ágio proveniente da incorporação da Bertin, sendo os demais alocados como investimentos. No consolidado todos os ágios são registrados como intangível.

Detalhamento do Ágio
Na Companhia - Registrados como intangível

Em dezembro de 2009 a Companhia incorporou a Bertin, tendo sido essa operação realizada com base no valor de mercado da Bertin, suportado por laudo de avaliação econômica elaborado por empresa especializada. O valor base da operação de troca de ações entre as empresas, foi no montante de R\$ 11.987.963, o que gerou um ágio na aquisição da Bertin de R\$ 9.069.926 o qual, de acordo com o IFRS 3 (R)/CPC 15 - Combinações de negócios, foi alocado no exercício de 2010 às respectivas contas do ativo que determinaram essa mais valia.

Na Companhia - Registrados como investimento

Em julho de 2007 a Companhia adquiriu 100% do capital social da Swift Foods Company, a qual passou a se chamar JBS USA, tendo apurado um ágio no valor de R\$ 906.481, fundamentado por expectativa de rentabilidade futura, que estava sendo amortizado no prazo de 5 anos. A amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008 é de R\$ 248.655, apresentando um valor líquido de R\$ 657.826 em 31 de março de 2012.

Em julho de 2010 a Companhia adquiriu 70% do capital social da CJSC Prodcontract, tendo apurado um ágio de R\$ 18.140, fundamentado por expectativa de rentabilidade futura.

Em abril de 2011 a Companhia adquiriu 70% do capital social da LLC Lesstor tendo apurado um ágio de R\$ 13.461, fundamentado por expectativa de rentabilidade futura.

A Companhia, através de sua incorporada Bertin, possui outros ágios de menor representatividade decorrente de aquisição de empresas, fundamentado por expectativa de rentabilidade futura no montante de R\$ 16.044, sendo referente os seguintes investimentos:

- i) Novaprom Foods Ingredients - R\$ 12.000
- ii) Phitoderm - R\$ 4.044

No consolidado - Registrados como ágio de incorporadas

A JBS USA possui ágio no montante de US\$ 224.923 mil, que corresponde em 31 de março de 2012 a R\$ 409.832 proveniente, principalmente, da aquisição em 2008 da Smithfield Beef, Tasman e Five Rivers.

Em 2007, a JBS Holding Internacional S.A., através de suas subsidiárias indiretas JBS Argentina S.A. e JBS Mendoza S.A., adquiriu 100% do capital social da Consignaciones Rurales S.A. e da Argenvases S.A.I.C. e em 2008, através das mesmas subsidiárias indiretas adquiriu 100% do capital social da Colcar S.A., tendo apurado um ágio total de \$31.796 mil pesos, que corresponde em 31 de março de 2012 a R\$ 13.240. Os ágios estão fundamentados pela expectativa de rentabilidade futura.

A JBS Global A/S possui ágio no montante de EUR 5.188 mil, que corresponde em 31 de março de 2012 a R\$ 12.607 proveniente da aquisição do Grupo Toledo, fundamentado na mais valia de ativos.

Em janeiro de 2012, a Companhia transferiu o ágio apurado, através de sua incorporada Bertin que adquiriu 99,06% do capital social da S.A. Fabrica de Produtos Alimentícios Vigor, no valor de R\$ 860.943, fundamentado por expectativa de rentabilidade futura, a título de aumento de capital em sua subsidiária Vigor Alimentos S.A.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

As subsidiárias da Companhia possuem outros ágios de menor representatividade decorrente de aquisição de empresas, fundamentado por expectativa de rentabilidade futura no montante de R\$ 104.909, referentes aos seguintes investimentos:

- i) JBS Holding Inc - R\$ 20.310
- ii) Misr Cold - R\$ 20.770
- iii) Rigamonti - R\$ 56.220
- iv) Serrabella - R\$ 1.459
- v) Wonder Best - R\$ 1.793
- vi) IFPSA - R\$ 4.357

A Companhia, conforme orientação expressa na Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, e Deliberação CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, se adequou ao critério de não mais amortizar o ágio por expectativa de rentabilidade futura a partir do exercício social iniciado em 1 de janeiro de 2009, o que está em linha com o IFRS 3 (R)/CPC 15 Combinações de Negócios. Cabe ressaltar que os ativos intangíveis com vida útil indefinida não mais podem ser amortizados conforme orientação dessas deliberações e as práticas contábeis internacionais - IFRS.

O ágio e os ativos intangíveis sem vida útil estimada são testados no mínimo anualmente quanto a sua recuperabilidade, nos termos do IFRS 3 (R)/CPC 15 - Combinações de negócios.

Teste do ágio para verificação de perda do valor recuperável

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do “valor em uso”, por meio de modelos de fluxo de caixa descontado, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda de produtos aos seus clientes.

O processo de determinação do Valor em Uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas nas melhores estimativas da Administração, bem como em dados comparáveis de mercado, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica do conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital (WACC).

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 10 anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. A Administração julgou apropriada a utilização do período de 10 anos com base em sua experiência passada em elaborar com acurácia projeções de seu fluxo de caixa. Tal entendimento está de acordo com o parágrafo 35 do IAS 36/CPC 01 (R)- Redução do Valor Recuperável de Ativos.

As taxas de crescimento utilizadas para extrapolar as projeções além do período de 10 anos variaram de 3% a 4% ao ano em valores nominais. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxas de desconto que variam de 8,9 % a 10,6% ao ano, também em valores nominais. As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

- Receitas de vendas – As receitas foram projetadas entre 2012 e 2021 considerando os crescimentos do volume dos diferentes produtos das Unidades Geradoras de Caixa.
- Custos e despesas operacionais – Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas. Além disso, foram considerados ganhos de eficiência derivados de sinergias de combinações de negócios e melhorias de processos.
- Investimentos de capital – Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a manutenção da infra-estrutura existente e as expectativas necessárias para viabilizar a oferta dos produtos.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia

Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia, elaborado sobre as projeções realizadas sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, perspectivas de crescimento a época e acompanhamento das projeções e dos resultados operacionais durante o período findo em 31 de março de 2012, não foram identificadas possíveis perdas ou indicativos de perdas, visto que o valor em uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

13 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31.03.12	31.12.11	31.03.12	31.12.11
Commodities - Compra de gado	427.990	358.129	1.154.308	1.237.805
Materiais e serviços	368.384	293.258	1.710.561	1.830.650
Produtos acabados	41.939	14.988	328.981	255.431
	838.313	666.375	3.193.850	3.323.886

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

14 Empréstimos e financiamentos

A Companhia segregou as operações em moeda estrangeira e moeda nacional, considerando a moeda funcional de cada controlada que captou o empréstimo e/ou financiamento em relação à moeda funcional do referido país de origem.

Passivo Circulante

Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	Controladora	
		31.03.12	31.12.11
Em moeda estrangeira			
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	Variação cambial e juros de 2,5% a 5,10%	2.078.824	2.078.290
Euro Bonds	Variação cambial e juros de 10,25%	32.684	16.637
Pré-pagamento	Variação cambial, Libor e juros de 0,7% a 6%	737.023	824.925
144-A	Variação cambial e juros de 8,25% a 10,50%	29.109	82.161
Nota de credito - exportação	Variação cambial e juros de 6,3% a 7,85%	37.423	36.648
Resolução 63	Variação cambial e juros de 2,5% + Libor 6 meses	10.533	10.859
		2.925.596	3.049.520
Em moeda nacional			
FINAME	TJLP e juros de 1,26% a 8,5%	68.838	80.853
EXIM - fomento à exportação	TJLP e juros de 5,19% a 5,81%	114.484	225.926
BNDES automático	TJLP + Juros de 3,1% a 5,44%	125.102	153.456
BNDES automático	Cestas moeda + juros de 2% a 3,1%	6.282	6.308
Capital de Giro - Reais	Juros de 11,25% ou 100% a 114,4% do CDI	92.057	257.186
Nota de crédito exportação	Juros de 1,2% a 14% ou 100% a 125% do CDI	887.720	796.672
FCO - Fundo do Centro Oeste	Juros de 10,00%	609	612
FNO - Fundo do Norte	Juros de 10,00%	4.179	4.150
CDC	TJLP e juros de 2,11% a 6,82%	2.006	-
Outros		-	19
		1.301.277	1.525.182
		4.226.873	4.574.702

Passivo Não Circulante

Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	Controladora	
		31.03.12	31.12.11
Em moeda estrangeira			
Euro Bonds	Variação cambial e juros de 10,25%	637.735	656.530
Pré-pagamento	Variação cambial, Libor e juros de 0,7% a 6%	712.496	894.849
144-A	Variação cambial e juros de 8,25% a 10,50%	2.174.782	2.238.629
Nota de credito - exportação	Variação cambial e juros de 6,3% a 7,85%	15.456	15.912
		3.540.469	3.805.920
Em moeda nacional			
FINAME	TJLP e juros de 1,26% a 8,5%	131.960	132.854
EXIM - fomento à exportação	TJLP e juros de 5,19% a 5,81%	58.333	83.333
BNDES automático	TJLP + Juros de 3,1% a 5,44%	21.256	33.755
BNDES automático	Cestas moeda + juros de 2% a 3,1%	2.561	4.329
Capital de Giro - Reais	Juros de 11,25% ou 100% a 114,4% do CDI	1.702.653	1.842.188
Nota de Crédito - exportação	Juros de 1,2% a 14% ou 100% a 125% do CDI	731.984	1.171.540
FCO - Fundo do Centro Oeste	Juros de 10,00%	500	650
FNO - Fundo do Norte	Juros de 10,00%	19.628	20.624
CDC	TJLP e juros de 2,11% a 6,82%	889	-
		2.669.764	3.289.273
		6.210.233	7.095.193
Desmembramento:			
Passivo circulante		4.226.873	4.574.702
Passivo não circulante		6.210.233	7.095.193
		10.437.106	11.669.895

O vencimento do exigível a longo prazo compõe-se:

2013	1.069.451	1.883.106
2014	1.170.589	1.163.976
2015	945.100	945.160
2016	1.364.611	1.394.493
2017	7.521	7.318
2018	1.648.846	1.697.233
2019	2.880	2.689
2020	1.046	1.045
2021	189	173
	6.210.233	7.095.193

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

Passivo Circulante

Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	Consolidado	
		31.03.12	31.12.11
Em moeda estrangeira			
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	Variação cambial e juros de 2,5% a 5,10%	2.201.150	2.216.128
Euro Bonds	Variação cambial e juros de 10,25%	34.500	22.758
Pré-pagamento	Variação cambial, Libor e juros de 0,7% a 6%	748.092	836.276
144-A	Variação cambial e juros de 8,25% a 10,50%	29.109	82.161
Nota de Crédito - Importação	Variação cambial e juros de 11,25%	7.186	7.110
Nota de Crédito - Exportação	Variação cambial e juros de 6,3% a 7,85%	37.423	36.648
PPC - México revolver	TIIE+2,25%, Taxa Overnight +4,5%	93	54
Tasman Government Loan	Variação cambial e Juros de 0% até o ano de 2013	1.578	1.249
Resolução 63	Variação cambial e juros de 2,5% + Libor 6 meses	10.533	10.859
		3.069.664	3.213.243
Em moeda nacional			
FINAME	TJLP e juros de 1,26% a 8,5%	69.021	81.037
FINAME	Juros de 4,5% a 10%	241	152
Installment note corp aircraft (Notas a Pagar)	Libor e juros de 1,75%	1.676	1.726
JBS Mortgage	Juros de 5,75% a 8,35%	2.974	3.001
EXIM - fomento à exportação	TJLP e juros de 5,19% a 5,81%	114.484	225.926
EXIM - fomento à exportação	Juros de 7% a 11,19%	67.269	92.495
BNDES automático	TJLP + Juros de 3,1% a 5,44%	125.102	153.456
BNDES automático	Cestas moeda + juros de 2% a 3,1%	6.282	6.308
US revolver	Libor ou Prime e taxa estabelecida	2.724	2.339
JBS Term Loan	Alternate Base Rate (ABR) ou Eurodolar	16.889	17.514
Five Rivers term loan	Libor + juros de 2,75%	10.592	11.816
Senior note vencimento 2014	Juros de 11,625%	59.721	23.318
Senior note vencimento 2020	Juros de 8,25%	16.368	-
Senior note vencimento 2021	Juros de 7,25%	27.430	6.139
PPC - US Senior note vencimento 2018	Juros de 7,875%	20.129	2.257
PPC - US credit facility - revolving credit facility	Juros de 4,3% a 6,3%	849	1.780
PPC - US credit facility - term loans	Juros de 4,8% a 9,0%	41.393	42.931
PPC - US bonds	Juros de 7,625% a 9,25%	397	229
Plainwell Bond	Juros de 4,39%	3.441	3.554
Capital de Giro - Reais	Juros 11,25% ou 100% a 114,4% do CDI	99.083	264.107
Capital de giro - Dólares Americanos	Libor e juros 1,10% a 3,20%	122.479	133.462
Capital de giro - Euros	Euribor e juros 0,15% a 1,75%	58.709	28.305
Nota de Crédito - exportação	Juros de 1,2% a 14% ou 100% a 125% do CDI	887.720	796.672
FCO - Fundo do Centro Oeste	Juros de 10,00%	1.551	1.362
FNO - Fundo do Norte	Juros de 10,00%	4.179	4.150
Capital de Giro - Libras Egípcias	Libor + Juros de 2% e 0,1% de comissão	15.861	17.168
EGF	Juros de 6,75%	30.849	30.351
Nota de crédito - importação	Juros de 4,44% (Libor e Juros 2,80%)	72.154	108.056
Finep	Juros de 4,5%	23	24
CDC	TJLP e juros de 2,11% a 6,82%	2.006	-
Outros		67.488	66.555
		1.949.084	2.126.190
		5.018.748	5.339.433

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

Passivo Não Circulante

Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	Consolidado	
		31.03.12	31.12.11
Em moeda estrangeira			
Euro Bonds	Variação cambial e juros de 10,25%	819.945	844.110
Pré-pagamento	Variação cambial, Libor e juros de 0,7% a 6%	712.496	894.849
144-A	Variação cambial e juros de 8,25% a 10,50%	2.174.782	2.238.629
Nota de Crédito - Exportação	Variação cambial e juros de 6,3% a 7,85%	15.456	15.912
Tasman Government Loan	Variação cambial e Juros de 0% até o ano de 2013	22.880	22.851
		3.745.559	4.016.351
Em moeda nacional			
FINAME	TJLP e juros de 1,26% a 8,5%	132.227	133.138
FINAME	Juros de 4,5% a 10%	1.091	1.172
Installment note corp aircraft (Notas a Pagar)	Libor e juros de 1,75%	11.630	12.405
JBS Mortgage	Juros de 5,75% a 8,35%	30.134	31.812
EXIM - fomento à exportação	TJLP e juros de 5,19% a 5,81%	58.333	83.333
BNDES automático	TJLP + Juros de 3,1% a 5,44%	21.256	33.755
BNDES automático	Cestas moeda + juros de 2% a 3,1%	2.561	4.329
US revolver	Libor ou Prime e taxa estabelecida	299.510	50.450
JBS Term Loan	Alternate Base Rate (ABR) ou Eurodolar	836.639	865.534
Five Rivers term loan	Libor + juros de 2,75%	137.942	144.590
Senior note vencimento 2014	Juros de 11,625%	1.234.150	1.265.417
Senior note vencimento 2020	Juros de 8,25%	1.241.716	-
Senior note vencimento 2021	Juros de 7,25%	1.149.076	1.182.157
PPC - US Senior note vencimento em 2018	Juros de 7,875%	888.594	913.999
PPC - US credit facility - revolving credit facility	Juros de 4,3% a 6,3%	332.854	631.389
PPC - US credit facility - term loans	Juros de 4,8% a 9,0%	987.939	1.022.148
PPC - US bonds	Juros de 7,625% a 9,25%	7.101	7.310
Plainwell Bond	Juros de 4,39%	24.538	26.059
Marshalltown	Juros de 2,34%	17.401	17.891
Capital de Giro - Reais	Juros 11,25% ou 100% a 114,4% do CDI	1.702.653	1.842.188
Capital de giro - Dólares Americanos	Libor e juros 1,10% a 3,20%	29.806	32.187
Capital de giro - Euros	Euribor e juros 0,15% a 1,75%	1.657	2.071
Nota de Crédito - exportação	Juros de 1,2% a 14% ou 100% a 125% do CDI	731.984	1.171.540
FCO - Fundo do Centro Oeste	Juros de 10,00%	1.358	1.693
FNO - Fundo do Norte	Juros de 10,00%	19.628	20.624
Finep	Juros de 4,5%	11.680	11.680
CDC	TJLP e juros de 2,11% a 6,82%	889	-
Outros		7.438	7.539
		9.921.785	9.516.410
		13.667.344	13.532.761
Passivo circulante		5.018.748	5.339.433
Passivo não circulante		13.667.344	13.532.761
		18.686.092	18.872.194
O vencimento			
2013		1.087.474	1.949.326
2014		3.772.537	4.136.914
2015		985.760	980.346
2016		1.792.870	1.572.683
2017		201.041	199.347
2018		3.359.557	3.449.587
2019		3.004	4.148
2020		1.259.722	1.936
2021		1.149.265	1.182.330
Vencimentos após 2021		56.114	56.144
		13.667.344	13.532.761

ACC – Adiantamentos de Contratos de Câmbio, são créditos tomados junto às instituições financeiras pela Companhia e pela controlada JBS Argentina S.A. e representam US\$ 1.208.030 em 31 de março de 2012 (US\$1.016.367 em 31 de dezembro de 2011), destinados a financiamento das operações de exportações.

EUROBONDS - Saldo em 31 de março de 2012 referente a incorporada Bertin, operação realizada em 13 de outubro de 2006, no montante de US\$ 350 milhões, com cupom de 10,25% a.a., sem garantia.

CDC – Contrato de Financiamento de Capital de Giro, crédito tomado junto a instituições financeiras pela JBS S/A, para financiamento da frota de caminhões na JBS Transporte.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

US BONDS - Em 27 de abril 2009, a subsidiária JBS USA efetuou uma captação de US\$ 700 milhões por meio de US\$ Bonds com prazo de 5 anos para pagamento e cupom de 11,625% ao ano, com desconto de US\$ 48,7 que deverá ser acrescido ao empréstimo de acordo com sua vida útil. A operação está garantida pela Companhia e pela controlada JBS USA e subsidiárias, como avalistas.

144-A – Refere-se a duas operações de captação através da emissão de notas sob a regra 144-A, no mercado internacional, com prazo de 10 anos para pagamento, sendo na Companhia a operação realizada em 28 de julho de 2006, no montante de US\$ 300 milhões, com cupom de 10,5% a.a., garantida por aval da própria Companhia; e a operação realizada em 29 de julho de 2010 no montante de US\$ 900 milhões, com cupom de 8,25% a.a, garantida por aval da própria Companhia.

FINAME / FINEM - Os contratos de financiamento com o BNDES estão garantidos pelos próprios bens objetos do financiamento.

ABL (Asset Based Loan) – Em 12 de maio de 2011 a subsidiária JBS USA, LLC efetuou a captação de US\$ 850 milhões, com uma taxa de LIBOR + 1,75% ao ano e vencimento em 5 anos.

Term Loan B - Em 27 de maio de 2011 a subsidiária JBS USA, LLC efetuou a captação de US\$ 475 milhões com prazo de 7 anos e custo de LIBOR + 3% ao ano

Term Loan A - Em 14 de junho de 2011 a subsidiária indireta JBS Five Rivers efetuou a captação de US\$ 85 milhões com prazo de 5 anos e custo de LIBOR + 2,75% ao ano

15 Operações de Créditos, garantias e restrições contratuais ("covenants")

Em 31 de março de 2012, todos os covenants foram cumpridos. A seguir, segue breve comentário sobre as principais operações de créditos, garantias e restrições contratuais ("covenants") da controladora e de suas subsidiárias.

Notas 2016 - JBS S.A. - Em 4 de agosto de 2006, a Companhia emitiu notas com vencimento em 2016, com valor principal total de US\$ 300 milhões. Os juros incidentes sobre as Notas 2016 são de 10,50% ao ano e são devidos semestralmente em 4 de fevereiro e 4 de agosto de cada ano, a partir de 4 de fevereiro de 2007. O valor principal das Notas 2016 será integralmente devido em 4 de agosto de 2016. Conforme a primeira escritura suplementar, de 31 de janeiro de 2007, a JBS Finance Ltd. é co-emissora.

Garantias: A escritura de emissão que rege as Notas 2016 exige que qualquer subsidiária significativa (conforme definida na escritura de emissão que rege as Notas 2016) garanta a totalidade das obrigações da Companhia previstas nas Notas 2016, sujeita a determinadas exceções. As Notas 2016 são garantidas pela JBS Hungary Holdings Kft. (subsidiária integral indireta da Companhia), pela JBS USA Holdings, JBS USA, LLC e Swift Beef Company. Outras subsidiárias da Companhia poderão ser requeridas a garantir as Notas 2016 no futuro.

Compromissos Restritivos (covenants): A escritura de emissão das Notas 2016 contém restrições contratuais de praxe quanto a capacidade da Companhia e a capacidade de algumas das subsidiárias que, entre outras coisas, limitam:

- incorrer em endividamento adicional, caso a relação dívida líquida/EBITDA seja superior a um determinado índice;
- criar ônus;
- vender ou alienar ativos;
- pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos a seus acionistas;
- de forma geral, permitir restrições a dividendos ou outros pagamentos a acionistas por suas subsidiárias restritas;
- celebrar transações com partes relacionadas;
- consolidar ou celebrar fusão ou alienar todos os ativos a outra sociedade;
- celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (sale leaseback); e
- alterar o controle sem efetuar uma oferta de compra das Notas 2016.

Como indicado acima, os termos e condições das Notas 2016 incluem restrições contratuais que limitam a Companhia e suas subsidiárias, inclusive a JBS USA, de incorrer em qualquer dívida (observadas certas exceções permitidas) a menos que a relação dívida líquida /EBITDA pro forma da Companhia (termos esses definidos na escritura das Notas 2016) na data em que for incorrida a dívida seja menor do que 4,75/1,0.

Ainda conforme indicado acima, as Notas 2016 estabelecem restrições à Companhia e suas subsidiárias de realizar certos atos, tais como: (i) pagar dividendos ou realizar quaisquer outros pagamentos sobre valores mobiliários; (ii) pagar dívidas ou outras obrigações; (iii) realizar empréstimos ou adiantamentos; ou (iv) transferir suas propriedades ou ativos. Não obstante, tais pagamentos poderão ser realizados em determinadas situações, tais como, (a) quando a existência de determinada obrigação for prévia à emissão das Notas 2016; (b) forem oriundas de lei; (c) quando a transferência de ativos ocorrer no curso natural dos negócios da Companhia e/ou suas subsidiárias, ou oriundas de cláusulas costumeiramente aceitas em contratos de joint venture firmados pelas subsidiárias; ou (d) for imposição de documentos padrões do BNDES.

Além disso, de acordo com as Notas 2016, a Companhia somente poderá, direta ou indiretamente, declarar ou pagar quaisquer dividendos ou fazer quaisquer distribuições relacionadas a valores mobiliários de emissão da Companhia (com a exclusão de instrumento de dívida conversíveis ou permutáveis por tais valores), se (i) não tiver ocorrido evento de inadimplemento das Notas 2016; (ii) a Companhia possa incorrer em pelo menos US\$ 1,00 de dívida nos termos do teste de dívida líquida/EBITDA estabelecida na escritura das Notas 2016; e (iii) o valor total a ser pago não exceda 50% do lucro líquido agregado apurado em determinado exercício social ou quando em determinado exercício social em que for apurado prejuízos, o valor do pagamento não exceda US\$ 30 milhões.

Eventos de inadimplemento: A escritura das Notas 2016 prevê os eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuais ou outras avenças previstos em referida escritura, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento perdoado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos eventos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das notas à época pendentes poderão declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as notas.

Notas 2016 da Bertin - a Bertin S.A., sociedade da qual a Companhia é sucessora por incorporação, emitiu as Notas 2016 da Bertin, no valor principal total de US\$ 350 milhões, em 9 de novembro de 2006 (ainda sob a denominação social de Bertin Ltda.). Os juros sobre as Notas 2016 da Bertin S.A. são de 10,25% ao ano, pagos semestralmente em 5 de abril e 5 de outubro de cada ano, com início em 5 de abril de 2007. O valor principal das Notas 2016 da Bertin será devido integralmente em 5 de outubro de 2016.

JBS S.A.**Notas explicativas às demonstrações contábeis para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011****(Em milhares de reais)**

Em 14 de dezembro de 2009, a Bertin concluiu o processo de solicitação de consentimento relativa às Notas 2016 da Bertin. A solicitação de consentimento (1) alterou algumas disposições do contrato que rege as Notas 2016 da Bertin a conformar as disposições do contrato que rege as Notas 2016 (2) alterou as disposições sobre mudança de controle para excluir a incorporação da Bertin como um evento que provocaria uma mudança de controle nos termos das Notas 2016 da Bertin. A escritura de emissão complementar implementando estas alterações das Notas 2016 da Bertin foi assinada em 22 de dezembro de 2009.

Garantias: A escritura de emissão que rege as Notas 2016 da Bertin exige que qualquer "subsidiária material" (como definido no prospecto de emissão das Notas 2016 da Bertin) garanta a totalidade das obrigações da Companhia previstas nas Notas 2016 da Bertin. As Notas 2016 da Bertin são garantidas pela JBS Hungary Holdings Kft. (subsidiária integral indireta da Companhia). Outras subsidiárias da Companhia poderão ser requeridas a garantir as Notas 2016 da Bertin no futuro.

Restrições Contratuais (covenants): A escritura de emissão das Notas 2016 da Bertin contém restrições contratuais de praxe quanto a capacidade da Companhia e a capacidade de algumas das suas subsidiárias que, entre outras coisas, limitam:

- incorrer em endividamento adicional, caso a relação dívida líquida/EBITDA seja superior a um determinado índice;
- criar ônus;
- pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos a acionistas;
- vender ou alienar ativos;
- celebrar certas transações com partes relacionadas;
- dissolver, consolidar, incorporar ou adquirir o negócio ou ativos de outras entidades;
- celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (sale leaseback);
- alterar o controle sem efetuar uma oferta de compra das Notas 2016 da Bertin; e
- de forma geral, permitir restrições a dividendos ou outros pagamentos a acionistas por subsidiárias restritas.

Como indicado acima, os termos e condições das Notas 2016 da Bertin incluem restrições contratuais que limitam a Companhia (na qualidade de sucessora legal da Bertin por incorporação) e suas subsidiárias de incorrer em qualquer dívida (observadas certas exceções permitidas) a menos que a relação dívida líquida/EBITDA pro forma da Companhia (termos esses definidos na escritura das Notas 2016 da Bertin) na data em que for incorrida a dívida seja menor do que 4,75/1,0.

Ainda conforme indicado acima, as Notas 2016 da Bertin estabelecem restrições à Companhia e suas subsidiárias de realizar certos atos, tais como: (i) pagar dividendos ou realizar quaisquer outros pagamentos sobre valores mobiliários; (ii) pagar dívidas ou outras obrigações; (iii) realizar empréstimos ou adiantamentos; ou (iv) transferir suas propriedades ou ativos. Não obstante, tais pagamentos poderão ser realizados em determinadas situações, tais como, (a) quando a existência de determinada obrigação for prévia à emissão das Notas 2016 da Bertin; (b) forem oriundas de lei; (c) quando a transferência de ativos ocorrer no curso natural dos negócios da Companhia e/ou suas subsidiárias, ou oriundas de cláusulas costumeiramente aceitas em contratos de joint venture firmados pelas subsidiárias; ou (d) for imposição de documentos padrões do BNDES ou da Corporação Financeira Internacional ou outras agências governamentais ou internacionais.

Além disso, de acordo com as Notas 2016 da Bertin, a Companhia somente poderá, direta ou indiretamente, declarar ou pagar quaisquer dividendos ou fazer quaisquer distribuições relacionadas a valores mobiliários de emissão da Companhia (com a exclusão de instrumento de dívida conversíveis ou permutáveis por tais valores), se (i) não tiver ocorrido evento de inadimplemento das Notas 2016 da Bertin; (ii) a Companhia possa incorrer em pelo menos US\$ 1,00 de dívida nos termos do teste de dívida líquida/EBITDA estabelecida na escritura das Notas 2016 da Bertin; e (iii) o valor total a ser pago não exceda 50% do lucro líquido agregado apurado em determinado exercício social ou quando em determinado exercício social em que for apurado prejuízos, o valor do pagamento não exceda US\$ 30 milhões.

Eventos de inadimplemento: A escritura de emissão das Notas 2016 da Bertin prevê, ainda, eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuais ou outras avenças contidos na escritura de emissão, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento perdoado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos acontecimentos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das Notas 2016 da Bertin à época poderão declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as Notas 2016 da Bertin.

Notas 2017 da Vigor - A Vigor, uma subsidiária da Companhia após a fusão com a Bertin, emitiu as Notas 2017 da Vigor, em um montante principal de US\$100,0 milhões em 23 de fevereiro de 2007. Os juros das Notas 2017 da Vigor acumulam a uma taxa (i) de 9,25% ao ano entre a data de emissão da Escritura e 23 de fevereiro de 2012 e (ii) de 10,25% entre 23 de fevereiro de 2012 e 23 de fevereiro de 2017 e são devidos semestralmente em 23 de fevereiro e 23 de agosto de cada ano, começando em 23 de agosto de 2007. O montante principal das Notas 2017 da Vigor será integralmente devido em 23 de fevereiro de 2017.

Em 24 de setembro de 2010, a Companhia concluiu a solicitação de consentimento relativo às Notas 2017 da Vigor. A solicitação de consentimento (i) alterou algumas disposições do contrato que rege as Notas 2017 da Vigor para configurá-la com as mesmas condições que regem as Notas 2018 da JBS S.A. e (ii) alterou as definições de "Mudança de Controle" e "Detentores Permitidos" (entre outras) na escritura; e (iii) proporcionar a capacidade da Vigor (ou seus sucessores) a serem substituídos como emissores das notas, após o cumprimento de certas condições. A Vigor não caracterizou-se em uma alteração de controle.

Compromissos Restritivos (covenants): A escritura de emissão das Notas 2017 contém restrições contratuais de praxe quanto a capacidade da Vigor e a capacidade de algumas de suas subsidiárias que, entre outras coisas, limitam:

- incorrer em endividamento adicional, caso a relação dívida líquida/EBITDA seja superior a um determinado índice;
- criar ônus;
- vender ou alienar ativos;
- pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos a seus acionistas;
- de forma geral, permitir restrições a dividendos ou outros pagamentos a acionistas por suas subsidiárias restritas;
- celebrar transações com partes relacionadas;
- celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (sale leaseback); e
- alterar o controle sem efetuar uma oferta de compra das Notas 2017 da Vigor.

A escritura que rege as Notas 2017 da Vigor limita a capacidade da Vigor e suas subsidiárias de incorrer qualquer dívida (observadas certas exceções) a menos que a relação dívida líquida /EBITDA pro forma da Vigor (termos esses definidos na escritura das Notas 2017 da Vigor) na data em que for incorrida a dívida seja menor do que 4,75/1,0.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

Além disso, de acordo com as Notas 2017 da Vigor, a Vigor somente poderá, direta ou indiretamente, declarar ou pagar quaisquer dividendos ou fazer quaisquer distribuições relacionadas a valores mobiliários de emissão da Vigor (com a exclusão de instrumento de dívida conversíveis ou permutáveis por tais valores), se (1) não tiver ocorrido evento de inadimplemento das Notas 2017 da Vigor; (2) a Vigor possa incorrer em pelo menos US\$ 1,00 de dívida nos termos do teste de dívida líquida/EBITDA estabelecida na escritura das Notas 2017 da Vigor; e (3) o valor total a ser pago não exceda 50% do lucro líquido agregado apurado em determinado exercício social ou quando em determinado exercício social em que for apurado prejuízos, diminuído de 100% do total do prejuízo.

Eventos de inadimplemento: A escritura prevê os eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuais ou outras avenças previstos em referida escritura, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento perdoado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos eventos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das notas à época pendentes poderão declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as notas.

Notas 2018 - JBS S.A. - Em 29 de julho de 2010, a JBS Finance II Ltd., uma subsidiária integral da Companhia, emitiu notas seniores com vencimento em 2018, com valor principal total de US\$ 700 milhões e em 10 de setembro de 2010 a Companhia emitiu notas adicionais com valor principal de US\$ 200 milhões nos termos da escritura que rege as Notas 2018. Os juros incidentes sobre as Notas 2018 são de 8,25% ao ano e devidos semestralmente em 29 de janeiro e 29 de julho de cada ano, com início em 29 de janeiro de 2011. O valor principal das Notas 2018 será integralmente devido em 29 de janeiro de 2018.

As Notas 2018 são garantidas pela JBS Hungary Holdings Kft. (subsidiária integral indireta da Companhia), e JBS S.A..

Compromissos Restritivos (covenants): A escritura de emissão das Notas 2018 contém restrições contratuais de praxe quanto a capacidade da Companhia e a capacidade de algumas das subsidiárias que, entre outras coisas, limitam:

- incorrer em endividamento adicional, caso a relação dívida líquida/EBITDA seja superior a um determinado índice;
- criar ônus;
- vender ou alienar ativos;
- pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos a seus acionistas;
- de forma geral, permitir restrições a dividendos ou outros pagamentos a acionistas por suas subsidiárias restritas;
- celebrar transações com partes relacionadas;
- celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (sale leaseback); e
- alterar o controle sem efetuar uma oferta de compra das Notas 2018.

Como indicado acima, os termos e condições das Notas 2018 incluem restrições contratuais que limitam a Companhia e suas subsidiárias, inclusive a JBS USA, de incorrer em qualquer dívida (observadas certas exceções permitidas) a menos que a relação dívida líquida /EBITDA pro forma da Companhia (termos esses definidos na escritura das Notas 2018) na data em que for incorrida a dívida seja menor do que 4,75/1,0.

Ainda conforme indicado acima, as Notas 2018 estabelecem restrições à Companhia e suas subsidiárias de realizar certos atos, tais como: (i) pagar dividendos ou realizar quaisquer outros pagamentos sobre valores mobiliários; (ii) pagar dívidas ou outras obrigações; (iii) realizar empréstimos ou adiantamentos; ou (iv) transferir suas propriedades ou ativos. Não obstante, tais pagamentos poderão ser realizados em determinadas situações, tais como, (a) quando a existência de determinada obrigação for prévia à emissão das Notas 2018; (b) forem oriundas de lei; (c) quando a transferência de ativos ocorrer no curso natural dos negócios da Companhia e/ou suas subsidiárias, ou oriundas de cláusulas costumeiramente aceitas em contratos de joint venture firmados pelas subsidiárias; ou (d) for imposição de documentos padrões do BNDES.

Além disso, de acordo com as Notas 2018, a Companhia somente poderá, direta ou indiretamente, declarar ou pagar quaisquer dividendos ou fazer quaisquer distribuições relacionadas a valores mobiliários de emissão da Companhia (com a exclusão de instrumento de dívida conversíveis ou permutáveis por tais valores), se (i) não tiver ocorrido evento de inadimplemento das Notas 2018; (ii) a Companhia possa incorrer em pelo menos US\$ 1,00 de dívida nos termos do teste de dívida líquida/EBITDA estabelecida na escritura das Notas 2018; e (iii) o valor total a ser pago não exceda 50% do lucro líquido agregado apurado em determinado exercício social ou quando em determinado exercício social em que for apurado prejuízos, diminuído de 100% do total do prejuízo.

Eventos de inadimplemento: A escritura das Notas 2018 prevê os eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuais ou outras avenças previstos em referida escritura, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento perdoado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos eventos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das notas à época pendentes poderão declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as notas.

Garantia da linha de crédito da J&F Oklahoma - Em 07 de outubro de 2008, a J&F Oklahoma celebrou uma linha de crédito rotativo garantido no montante de US\$600 milhões. Essa linha de crédito e as respectivas garantias são respaldadas pelos ativos da J&F Oklahoma e pelos ativos líquidos da JBS Five Rivers. A linha de crédito é utilizada para financiar a obtenção de gado pela J&F Oklahoma, que é então alimentado nos confinamentos da JBS Five Rivers de acordo com contratos de fornecimento e alimentação de gado. O gado é vendido à JBS USA, LLC de acordo com o contrato de compra e venda de gado. Esta linha de crédito foi aditada em 10 de setembro de 2010. A nova linha de crédito após o aditamento tem um montante disponível de US\$800 milhões com vencimento em 23 de setembro de 2014.

Em 14 de junho de 2011, a J&F Oklahoma e a JBS Five Rivers firmaram um terceiro aditamento do contrato de crédito afim de estender o limite para US\$1,0 bilhão e para adicionar a J&F Austrália como mutuário da linha. A nova linha de crédito após o aditamento possui vencimento em 14 de Junho de 2015. Em 6 de março de 2012 a J&F Oklahoma e a JBS Five Rivers assinaram uma alteração ao terceiro aditamento do contrato de crédito afim de estender o limite para US\$ 1,2 bilhões. Empréstimos nesta linha de crédito incorrem juros em taxas variáveis com base na LIBOR aplicável mais 2,25%, ou com base na taxa prime mais 1%. A taxa de juros em 31 de dezembro de 2011 era de 2,73%. Em 31 de dezembro de 2011, US\$1,9 milhões era utilizada como letras de crédito e a disponibilidade de empréstimos era de US\$54,8 milhões. Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de março de 2012, a J&F Oklahoma tinha US\$915,2 milhões e US\$1,0 bilhão, respectivamente, como saldos dos empréstimos desta linha de crédito.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

O contrato de crédito é caucionado pelas contas recebíveis e estoques da J&F Oklahoma e também por certos ativos fixos, recebíveis e estoques da JBS Five Rivers. Entre outras exigências, a linha de crédito exige que a J&F Oklahoma mantenha certas razões financeiras, níveis mínimos de valor líquido e estabelecer limites em certos tipos de pagamentos, incluindo dividendos, investimentos e dispêndios de capital. Na maioria dos casos, o banco considera a posição e os resultados da J&F Oklahoma juntamente com os da JBS Five Rivers. A controladora da J&F Oklahoma celebrou um acordo keep-well no qual deverá fazer contribuições a J&F Oklahoma se a mesma não estiver em conformidade com os covenants contidas nesta linha de crédito. Se a J&F Oklahoma inadimplir com suas obrigações sob a linha de crédito e tal inadimplemento não for solvido pela controladora sob o acordo keepwell, a JBS Five River fica responsável por até US\$250,0 milhões dos empréstimos garantidos somados a certas outras obrigações e custos sob esta linha de crédito. Em 31 de março de 2012, a J&F Oklahoma estava em conformidade com as restrições financeiras (covenants) desta linha de crédito.

Linha de crédito para a J&F Oklahoma - A JBS Five Rivers é parte de contrato com a J&F Oklahoma, de acordo com o qual a JBS Five Rivers se comprometeu a conceder até US\$200 milhões em empréstimos rotativos à J&F Oklahoma. Os empréstimos são usados pela J&F Oklahoma na aquisição de animais a serem alojados nos confinamentos de gado da Five Rivers para engorda. Sobre os empréstimos incidem juros à taxa LIBOR anual acrescida de 2,25% sendo os juros devidos pelo menos trimestralmente. Em 26 de setembro de 2011, esta linha foi aditada e os juros passaram a incidir à taxa LIBOR anual acrescida de 2,75%. A taxa de juros em 31 de março de 2012 era de 3,32%. Esta linha de crédito foi aditada em 10 de setembro de 2010 para que seu vencimento passasse a ser em 11 de setembro de 2016. Em 14 de junho de 2011, a linha de crédito foi novamente aditada, desta vez com o fim de aumentar o limite de crédito para US\$375,0 milhões. Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de março de 2012, os saldos da linha de crédito eram US\$262,0 milhões e US\$239,8 milhões, respectivamente.

Descrição dos empréstimos da JBS USA

Linha de Crédito ANZ — Em 02 de Março de 2011, a JBS Australia celebrou uma linha de crédito de A\$35,0 milhões com o fim de financiar suas necessidades de capital de giro. A linha de crédito tinha taxa de juros igual a Bank Bill Swap Bid Rate ("BBSY") adicionada uma margem de 2%. A linha de crédito foi cancelada em 10 de fevereiro de 2012.

Linha de Crédito Sênior Garantida — Em 5 de Novembro de 2008, a JBS USA celebrou uma linha de Crédito Rotativo Sênior com Garantia ("Contrato de Crédito") que permite a tomada de empréstimos de até US\$400,0 milhões. Cerca de US\$75,0 milhões do Contrato de Crédito estão disponíveis para a emissão de Cartas de Crédito.

Em 30 de junho de 2011, a JBS USA e a JBS Austrália emitiram o Contrato de Crédito Rotativo Sindicado ("Crédito Rotativo") afim de aditar o Contrato de Crédito A linha de crédito fornece uma disponibilidade máxima de US\$850,0 milhões, disponível em três tranches de US\$625,0 milhões, US\$150,0 milhões e US\$75,0 milhões. A linha de crédito tem vencimento de 30 de Junho de 2016. Até US\$250,0 milhões do Contrato de Crédito Rotativo está disponível para a emissão de Cartas de Crédito. Em 26 de janeiro de 2012, a JBS USA e a JBS Austrália assinaram a primeira alteração do contrato de Crédito Rotativo para, principalmente, incluir um sub-crédito de US\$35,0 milhões para empréstimos de curto prazo de emergência para a JBS Austrália, que permitirá à JBS Austrália obter financiamentos no mesmo dia sob a linha de Crédito Rotativo. Os empréstimos incorrem juros com base na taxa LIBOR aplicável ou na taxa prime adicionada das margens aplicáveis, que são baseadas na utilização da linha.

Disponibilidade. A disponibilidade do Crédito Rotativo é sujeita à base de empréstimos. Esta se baseia em determinados ativos das subsidiárias integrais nacionais da JBS USA, à exceção da JBS Five Rivers. A base de empréstimos corresponde a porcentagens de contas a receber, estoques e suprimentos, excluindo-se determinadas reservas de qualificação e disponibilidades. Em 31 de março de 2012 havia um saldo de US\$87,8 milhões em letras de crédito e a disponibilidade de empréstimos era de US\$497,4 milhões.

Garantias e Cauções. Os empréstimos feitos pela JBS USA sob o Crédito Rotativo Sindicado são garantidos pela Companhia, JBS Hungary Holdings, Kft., pela JBS USA Holdings e todas as subsidiárias nacionais da JBS USA, à exceção da JBS Five Rivers. Além disso, os empréstimos são caucionados por juros incidentes sobre contas a receber, produtos acabados e estoques de suprimentos até o montante limite do valor da dívida.

Covenants. O Crédito Rotativo contém representações ordinárias e garantias, além de restrições financeiras decorrentes, que exigem uma razão mínima e fixa de índice de cobertura de encargos de não menos do que 1,00 a 1,00. Essa razão é aplicável somente se a disponibilidade de empréstimos apresentar - se abaixo do limite mínimo, que é 10% das obrigações totais ou US\$72 milhões, dos dois o maior. O Contrato de Crédito também contém covenants restritivas quanto a capacidade da JBS USA e de algumas de suas subsidiárias que, entre outras coisas, limitam:

- contrair dívidas adicionais;
- estabelecer penhor sobre propriedades, rendas ou ativos;
- contrair determinados empréstimos ou investimentos;
- vender ou alienar ativos;
- pagar dividendos e fazer outros pagamentos restritos;
- pagar antecipadamente ou cancelar determinadas dívidas;
- dissolver, consolidar, incorporar ou adquirir negócio ou ativos de outras empresas;
- participar de determinadas joint-ventures ou criar certas subsidiárias;
- entrar em novas áreas de negócio;
- realizar determinadas operações com coligadas e certas joint ventures autorizadas;
- concordar com restrições relativas à capacidade das subsidiárias realizarem dividendos;
- concordar em oferecer garantias reais sobre determinados bens sem contratos em prol de qualquer outro credor, e
- celebrar vendas/leaseback e arrendamentos operacionais.

O Crédito Rotativo contém cláusulas relativas à eventos de inadimplemento de praxe, incluindo a inobservância ou descumprimento das condições, covenants ou acordos arrolados no contrato de Crédito Rotativo, pagamento de inadimplências de outras dívidas, inadimplemento sobre outras dívidas se o efeito for o de permitir a aceleração, o ajuizamento de ações judiciais e quaisquer outras medidas legais cabíveis em face do credor ou suas subsidiárias, a não criação ou manutenção de uma garantia real por parte de qualquer documento de caução, além de certos acontecimentos relacionados à falência e insolvência ou questões ambientais. Caso ocorra inadimplemento, as partes poderão, entre outras medidas, rescindir suas obrigações, declarar que os empréstimos pendentes estão imediatamente vencidos e devidos juntamente com juros acumulados e honorários, além de fazer uso de instrumentos jurídicos de acordo com os documentos de caução relacionados ao Crédito Rotativo. Em 31 de março de 2012, a JBS USA encontrava-se em conformidade com todos os covenants.

Nota a Pagar – refere-se ao financiamento de um investimento de capital da JBS USA. A Nota incorre juros à taxa LIBOR adicionada de uma margem de 1,75% por ano, com pagamentos devidos no início de cada mês. A nota tem vencimento em 1 de agosto de 2013.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

Linha de crédito não garantida – A JBS Austrália contratou uma linha de crédito não garantida em dólares australianos (“A\$”) no valor de A\$120,0 milhões em 26 de fevereiro de 2008 para financiar as necessidades de capital de giro e as condições da Carta de Crédito. Esta linha foi encerrada em 1 de outubro de 2009; porém a JBS Australia prorrogou a porção das cartas de crédito desta linha de crédito. Em 5 de maio de 2010, a linha foi revisada com o fim de equalizar as condições das cartas de crédito correntes, atingindo um limite de A\$1,9 milhões e ficando sujeita a revisões anuais. Em 7 de março de 2011, a linha de crédito aumentou em A\$ 32.5 milhões.

Empréstimo rotativo de A\$250 milhões a pagar entre JBS USA e JBS Austrália – Em 4 de maio de 2010, a JBS USA emitiu uma nota promissória rotativa em mútuo a longo prazo para a JBS Austrália no valor de A\$250,0 milhões, com juros baseados na Bank Bill Swap Bid Rate (“BBSY”) de três meses acrescidos de 3% e com vencimento em 4 de maio de 2012, com o fim de financiar o capital de giro e outros propósitos corporativos em geral. Em 9 de novembro de 2010, a nota foi alterada para que o valor máximo de adiantamentos fosse para A\$350.0 milhões. Em 2 de fevereiro de 2011, a nota foi alterada para aumentar a quantidade máxima de adiantamentos a A\$400,0 milhões. Em 6 de julho de 2011, a nota foi alterada para reduzir a margem da taxa de juros de 3% sobre o BBSY para 2%. Em 7 de novembro de 2011, a nota foi alterada para estender a data de vencimento para 31 de dezembro de 2013 e para fazer a margem da taxa de juros igual ao Revolver Bill Rate Spread como definido no Crédito Rotativo em vigor no momento em que um adiantamento é feito. A margem da taxa de juros em vigor depois desta alteração é de 1,75%. Embora tenham sido eliminados com a consolidação, estes empréstimos foram expressos em dólares australianos, contudo, divulgados em dólares norte-americanos pela JBS USA. Por esse motivo, os contratos geram ganhos ou perdas na variação cambial dependendo das flutuações da taxa de câmbio no período entre o dólar australiano e o norte-americano. A taxa de juros média em 31 de março de 2012 era de 6,08%.

Empréstimo rotativo de A\$50 milhões a receber da JBS Austrália – Em 4 de maio de 2010, a JBS USA Holdings emitiu uma nota promissória rotativa em mútuo para a JBS Austrália no valor de A\$50,0 milhões com juros baseados na BBSY de três meses acrescidos de 3% e com vencimento em 4 de maio de 2012, com o fim de financiar o capital de giro e outros propósitos corporativos em geral. Embora tenham sido eliminados com a consolidação, estes empréstimos foram expressos em dólares australianos, contudo divulgados em dólares norte-americanos pela JBS USA Holdings. Por esse motivo, os contratos geram ganhos ou perdas na variação cambial dependendo das flutuações da taxa de câmbio no período entre o dólar australiano e o norte-americano. Não havia saldo pendente em 31 de dezembro de 2011 ou em 31 de março de 2012.

Empréstimo rotativo de US\$50 milhões a receber da JBS USA – Em 19 de abril de 2010, a JBS USA Holdings emitiu uma nota promissória rotativa em mútuo para a JBS USA com disponibilidade de empréstimo de até US\$50 milhões e com juros baseados na LIBOR de três meses acrescidos de uma margem fixa de 2,5%, com a finalidade de financiar o capital de giro e outros propósitos corporativos em geral. Esta nota venceu em 31 de março de 2012 e a JBS USA Holdings não tem a intenção de renová-la.

Empréstimo de US\$10 milhões a receber da Weddel Limited - Em 10 de maio de 2011, a JBS USA Holdings emitiu uma nota promissória rotativa em mútuo para a Weddel Limited (“Weddel”), uma subsidiária integral da JBS USA Holdings, com juros baseados na taxa prime dos Estados Unidos adicionada de uma margem de 2,0%, com vencimento em 10 de Maio de 2012. Os valores relacionados a esta nota são eliminados na consolidação.

Empréstimo de US\$50 milhões a receber da JBS Five Rivers - Em 27 de maio de 2010, a JBS USA emitiu um empréstimo de US\$50,0 milhões em mútuo para a JBS Five Rivers com juros baseados na LIBOR de três meses acrescidos de 225 basis points e com vencimento em 27 de maio de 2012. Os valores relacionados a este empréstimo são eliminados na consolidação. Em 22 de junho de 2011, o saldo de juros e principal foram integralmente pagos.

Nota de crédito rotativo de US\$2,0 bilhões para a JBS USA Holdings - Em 02 de junho de 2011, a JBS USA emitiu uma nota de crédito rotativo de US\$2,0 bilhões para a JBS USA Holdings. A nota incorre em uma taxa variável anual igual a LIBOR acrescida de 300 basis points. Em 25 de janeiro de 2012 a JBS USA Holdings alterou a nota de crédito rotativo com a JBS USA para aumentar o valor máximo para US\$3,0 bilhões. O saldo principal e os juros são devidos e pagáveis sob demanda da JBS USA a qualquer tempo após 30 de junho de 2015. A taxa de juros em 31 de março de 2012 era de 3,58%. Os valores relacionados a esta nota são eliminados na consolidação.

Contrato de Empréstimo Subordinado entre a PPC e a JBS USA Holdings - Em 23 de junho de 2011, a PPC firmou com a JBS USA Holdings o Contrato de Empréstimo Subordinado (o “Contrato de Empréstimo Subordinado”), no qual a última forneceu um compromisso de empréstimo de US\$100,0 milhões. Em 23 de junho de 2011, a JBS USA Holdings fez um empréstimo para a PPC com montante principal de US\$50,0 milhões. Adicionalmente, a JBS USA Holdings concordou em fazer um empréstimo adicional único de US\$50,0 milhões caso a disponibilidade da PPC sob o crédito rotativo de compromisso de empréstimo esteja, a qualquer momento, menor que US\$200,0 milhões. O saldo de empréstimos e o juros provisionados são eliminados na consolidação. Em concordância com a Oferta de Direitos da PPC, em 07 de março de 2012, os compromissos sob o Contrato de Empréstimo Subordinado foram terminados e o valor principal e os juros devidos foram integralmente pagos.

Cartas de Crédito da JBS USA - Em 26 de outubro de 2011 e 4 de novembro de 2011, a JBS USA concordou em fornecer cartas de crédito no valor de US\$ 40,0 milhões e US\$ 16,5 milhões, respectivamente, a uma companhia de seguros a serviço da PPC, a fim de permitir que a empresa de seguros devolva o dinheiro que detinha como garantia de possíveis compensações de trabalhadores, auto e reclamações gerais de responsabilidade da PPC. Como retorno destas cartas de crédito, a PPC está reembolsando JBS USA pelo custo que a PPC teria incorrido sob seu contrato de crédito rotativo.

Nota de US\$20 milhões – Em 15 de março de 2012 a Sampo firmou uma nota promissória rotativa no valor de US\$20,0 milhões com a JBS USA com juros baseados na taxa LIBOR de três meses acrescida de uma margem de 3,0%. O valor principal e dos juros são devidos e pagáveis sob demanda da Sampo a qualquer momento depois de 31 de março de 2012. Em 31 de março de 2012 a taxa de juros era de 3,5%. A nota promissória rotativa é eliminada na consolidação.

Notas 4,39% com vencimento em 2019 – Notas 4,39% com vencimento em 2019 – Em 20 de dezembro de 2010, as subsidiárias integrais da JBS USA Holdings, a JBS USA, LLC e a JBS Plainwell, Inc. emitiram as notas 4,39% com vencimento em 2019 e montante total correspondendo a US\$16,0 milhões, com o fim de financiar a construção de um armazém refrigerado. Os juros serão pagos trimestralmente, a partir de 1 de abril de 2011. O pagamento do principal, também trimestral, terá início em 1 de outubro de 2011.

Marshalltown NMTC – Em 10 de março de 2011, a Swift Pork realizou a transação Marshalltown NMTC para financiar a construção de um centro de distribuição. A Swift Pork fez um empréstimo de US\$9,8 milhões ao juro de 2,34% ao ano pagos mensalmente durante sete anos. Do total do empréstimo, US\$7,2 milhões (“Empréstimo A”) foi financiado indiretamente pela JBS USA por meio de um empréstimo alavancado e incluído em Depósitos Judiciais e Outros no Balanço Patrimonial Consolidado. O restante US\$2,6 milhões (“Empréstimo B”) foi financiado pela entidade de desenvolvimento da comunidade local. Ao final dos sete anos há a opção de dissolver a transação por uma opção de venda (put) com um preço de exercício de US\$1,0 mil ou uma opção de venda (call) com um preço de exercício que será calculado pelo valor justo de mercado. Se a opção de venda ou de compra não forem exercidas, então o Empréstimo A será amortizado nos 28 anos restantes, com principal de juros pagos mensalmente e um pagamento do principal restante em março de 2046. O Empréstimo B continuará a pagar somente os juros Loan B até 2046, data de vencimento do principal e dos juros.

Empréstimo com o Governo da Tasmânia – em 2 de Setembro de 2010, a JBS Austrália e a JBS Southern contraíram uma linha de crédito garantida com o Governo da Tasmânia (Departamento de Desenvolvimento e Reserva da Tasmânia, o “Departamento”) que concedeu cerca de A\$12,0 milhões para financiar investimentos na planta de processamento da JBS Austrália localizada em King Island, Tasmânia. Os recursos estarão disponíveis em três tranches de A\$3,6 milhões, A\$3,6 milhões e até A\$4,8 milhões. Os empréstimos serão pagos no dia 22 do mês seguinte ao 15º aniversário da liberação de cada tranche. Os recursos nas duas tranches foram sacados em 4 de outubro de 2010 e 8 de novembro de 2010, respectivamente. Cada empréstimo é livre de juros nos primeiros três anos, em seguida, com juros de custos de fundos do Governo para os anos quatro ao nove e com a taxa variável comercial do Governo para os anos 10 ao 15.

Cada empréstimo não acumula juros durante os três anos iniciais, após esse período passam a acumular juros a taxa de custo dos fundos do Departamento entre os anos quatro e nove, e então, acumulam juros a taxa comercial variável do Departamento para os anos 10 ao 15. Os juros são acumulados mensalmente após o período inicial de três anos e devido quando da notificação pelo Departamento ou em conjunto com o pagamento do principal. A dívida é garantida por certos ativos fixos da planta da Swift Austrália localizada em Rockhampton, Queensland e está sujeita aos padrões de covenants de dívidas.

Assunção de dívida para a construção do edifício corporativo – em outubro de 2010, a JBS USA Holdings adquiriu sua sede corporativa em Greeley, Colorado. A JBS USA pagou US\$9,2 milhões em dinheiro e assumiu US\$20,1 milhões em dívida hipotecária. A dívida é composta por duas hipotecas em montantes correspondentes a US\$3,1 milhões e US\$17,0 milhões. As hipotecas acumulam juros a taxas anuais de 5,75% e 8,35%, respectivamente, e são repagáveis mensalmente em parcelas sobre 10 e 14 anos, iniciando em 1 de novembro de 2010. Nas 13 primeiras semanas do ano fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2010, US\$0,6 milhões de despesas relativas a essa transação foram capitalizadas como parte da construção durante o período.

Linha de Crédito para a Sampco – Em 1 de abril de 2010, a JBS USA Holdings emitiu uma nota promissória rotativa em mútuo para a Sampco, Inc. (“Sampco”), uma subsidiária indireta integral da JBS S.A., no valor de US\$60,0 milhões com juros baseados na LIBOR de três meses acrescidos de uma margem fixa de 2,5% e com vencimento em 31 de março de 2012. Esse empréstimo é eliminado na consolidação.

Linha de Crédito para a JBS USA Trading – Em 1 de abril de 2010, a JBS USA Holdings emitiu uma nota promissória rotativa em mútuo para a JBS USA Trading, Inc. (“JBS USA Trading”), uma subsidiária indireta integral da JBS S.A., no valor de US\$15,0 milhões com juros baseados na LIBOR de três meses acrescidos de uma margem fixa de 2,5% e com vencimento em 31 de março de 2012. A nota foi alterada e reformulada em 15 de abril de 2010 com o fim de elevar o máximo de empréstimos para US\$25,0 milhões. Esse empréstimo é eliminado na consolidação. Durante as treze semanas terminadas em 31 de março de 2012, o valor principal e os juros devidos foram integralmente pagos.

Linha de Crédito para a Bertin USA – Em 15 de abril de 2010, a JBS USA Holdings emitiu uma nota promissória rotativa em mútuo para a Bertin USA, no valor de US\$11,0 milhões com juros baseados na LIBOR de três meses acrescidos de uma margem fixa de 2,5% e com vencimento em 31 de março de 2012. Esse empréstimo é eliminado na consolidação. Durante as treze semanas terminadas em 31 de março de 2012, o valor principal e os juros devidos foram integralmente pagos.

Notas 11,625% com vencimento em 2014 – As subsidiárias integrais da JBS USA Holdings, JBS USA e JBS USA Finance, Inc. emitiram Notas de crédito de 11,625% com vencimento em 2014 no valor de US\$700,0 milhões em 27 de abril de 2009. Essas notas são garantidas pelas JBS USA Holdings, JBS S.A., JBS Hungary Holdings Kft. e cada uma das subsidiárias restritas dos EUA que garantem o Crédito Rotativo (sujeito à determinadas exceções). Se determinadas condições forem cumpridas, a JBS S.A. pode ser liberada de suas garantias. Sobre as Notas, incidem juros de 11,625% ao ano a serem pagos a cada seis meses e com vencimento em 1 de maio e 1 de novembro de cada ano, a partir de 1 de novembro de 2009. O principal vence integralmente em 1 de maio de 2014. O desconto original de emissão de aproximadamente US\$48,7 milhões está sendo acrescido sobre a duração desse instrumento.

Covenants. A escritura para as Notas 11,625% com vencimento em 2014 contém covenants restritivas ordinárias quanto a capacidade da JBS USA e suas subsidiárias que, entre outras coisas, limitam:

- contrair dívidas adicionais;
- incorrer ônus;
- vender ou alienar ativos;
- pagar dividendos ou fazer certos pagamentos a nossos acionistas;
- permitir restrições sobre os dividendos ou outros pagamentos restritos por suas subsidiárias restritas;
- celebrar transações com partes relacionadas;
- celebrar vendas/leaseback, e
- passar por mudanças no controle sem realizar uma oferta de compra dos títulos.

Eventos de Inadimplemento. A escritura também contém eventos usuais relativos à inadimplência, incluindo a inobservância ou descumprimento das condições, covenants ou acordos incluídos na escritura, pagamento de inadimplências sobre outras dívidas se o efeito for o de permitir a aceleração, não pagamento de outras dívidas renunciadas ou estendidas dentro do período de carência aplicável, a apresentação de ordens judiciais contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos eventos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra um inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal agregado dos títulos então pendentes podem declarar que tal principal e juros acumulados sobre os títulos são imediatamente devidos. Em 31 de março de 2012, a JBS USA e a JBS USA Finance, Inc. estavam em conformidade com todos os covenants.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

Notas 7,25% com vencimento em 2021 - Em 27 de maio de 2011, a JBS USA e JBS USA Finance, Inc., emitiram as Notas 7,25% com vencimento em 2021 e valor principal de US\$650,0 milhões, primeiramente para a realização de um contrato de mútuo para a JBS USA Holdings, para futura transferência dos recursos para a JBS S.A. com o fim de financiar suas dívidas de curto e médio prazos. Tais Notas são garantidas pela JBS USA Holdings, pela JBS S.A., pela JBS Hungary Holdings Kft., e cada uma das subsidiárias americanas restritas que garantem o Crédito Rotativo (sujeito a certas exceções). Se determinadas condições forem cumpridas, a JBS S.A. pode ser liberada de suas garantias.

Os juros nestas Notas incorrem a uma taxa de 7,25% ao ano e devidos semestralmente em parcelas em 01 de junho e 01 de dezembro de cada ano, iniciando em 01 de dezembro de 2011. O valor principal dessas Notas deverá ser pago integralmente em 01 de junho de 2021. O desconto original de emissão de aproximadamente US\$11,3 milhões vem sendo acumulados ao longo da duração das Notas. Os covenants destas Notas incluem restrições contratuais de praxe e eventos de inadimplemento de praxe listados sob as notas com vencimento em 2014. Em 31 de março de 2012, a JBS USA estava em conformidade com todos os covenants.

Linha de Crédito de Empréstimo com vencimento em 2018 - Em 27 de maio de 2011, JBS USA contraiu um contrato de crédito que consistia em uma linha de crédito de US\$475,0 milhões, primeiramente para a realização de um contrato de mútuo com a JBS USA Holdings, para futura transferência para a Companhia, para financiar o repagamento das dívidas de curto e médio prazos da JBS S.A.. O empréstimo é garantido pela JBS USA Holdings, JBS S.A., JBS Hungary Holdings Kft., e cada uma das subsidiárias americanas restritas que garantem o Crédito Rotativo (sujeito a determinadas exceções). Os empréstimos sob este contrato podem ser tanto "ABR" (Taxa Base Alternativa) quanto Eurodollar, na escolha da JBS USA.

Juros em empréstimos Eurodollar são devidos ao final do período de juros associado enquanto que os juros em empréstimos ABR são devidos no último dia de cada trimestre. Iniciando em 20 de setembro de 2011 e continuando até seu vencimento, 0,25% do montante principal total de US\$475,0 milhões serão devidos no último dia útil de cada trimestre. O saldo principal em aberto será devido em 25 de maio de 2018. O desconto original de emissão de aproximadamente US\$2,4 milhões vem sendo majorado ao longo da duração do empréstimo. Os covenants dessa Nota incluem covenants restritivos e eventos usuais de inadimplência listados sob o Crédito Rotativo. Em 31 de março de 2012, a JBS USA estava em conformidade com todas os covenants.

Linha de Crédito de Empréstimo com vencimento em 2016 - Em 14 de junho de 2011, a JBS Five Rivers contraiu uma linha de crédito de empréstimo de US\$85,0 milhões com vencimento em 14 de junho de 2016. O repagamento do empréstimo deve ser feito em 20 parcelas trimestrais no montante de US\$1,4 milhões, no último dia útil de cada trimestre, com o saldo principal remanescente sendo devido no vencimento. Empréstimos sob esta linha incorrem em juros variáveis, com base na taxa LIBOR acrescida de 2,75%, ou com base na taxa prime acrescida de 1,5%. O fundos proveniente desta linha serão adiantados a J&F Oklahoma Holdings, Inc. ("J&F Oklahoma") sob a Nota de Recebível da J&F Oklahoma. A linha de crédito é garantida por certos ativos fixos, recebíveis e estoques da JBS Five Rivers e recebíveis e estoques da J&F Oklahoma. A J&F Oklahoma é garantidora do contrato da linha de crédito de empréstimo e a mesma pode vir a ser requerida para quitar o saldo em aberto e outras obrigações e custos sob a linha de crédito como parte de sua garantia, apesar de isso não ser provável no momento.

Covenants. O empréstimo de US\$85 milhões com vencimento em 2016 possui restrições que limitam a capacidade da JBS Five Rivers e suas subsidiárias de, entre outras coisas:

- contrair dívidas adicionais;
- criar ônus de propriedade, receita e ativos;
- realizar determinados empréstimos ou investimentos;
- vender ou alienar ativos;
- pagar determinados dividendos e fazer outros pagamentos restritos;
- dissolver, consolidar, fundir ou adquirir ativos e negócios de outras entidades;
- entrar em novas linhas de negócios;
- entrar em determinadas transações com afiliados;
- emitir, vender, transferir, ou alienar participações acionárias;
- entrar em determinadas operações de hedge;
- alocar mais do que uma certa quantidade de gado próprio em propriedades não pertencentes à JBS Five Rivers;
- entrar em determinadas joint ventures de engorda de bovinos que contenham restrições em penhores ou transferências de direitos no contrato da joint venture;
- fazer certos adiantamentos a clientes acima de determinados limites.

Eventos de inadimplemento. A Linha de Crédito de Empréstimo com vencimento em 2016 possui eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuais ou outras avenças previstos em referida escritura, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento perdoado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, a não criação ou manutenção de uma garantia real por parte de qualquer documento de caução, certos acontecimentos relacionados à falência e insolvência, alguns eventos relacionados com o Employee Retirement Income Security Act de 1974 ("ERISA"), e a não conformidade com os termos do Plano de Sucessão Executiva da J&F Oklahoma Holdings, Inc. Caso ocorra inadimplemento, as partes poderão, entre outras medidas, rescindir suas obrigações, declarar que os empréstimos pendentes estão imediatamente vencidos e devidos juntamente com juros acumulados e honorários, além de fazer uso de instrumentos jurídicos de acordo com os documentos de caução relacionados à Linha de Crédito de Empréstimo com vencimento em 2016.

Em 31 de março de 2011, a JBS Five Rivers estava em conformidade com todos os covenants.

Notas 8,25% com vencimento em 2020 - Em 30 de janeiro de 2012, a JBS USA e JBS USA Finance, Inc., emitiram as Notas 8,25% com vencimento em 2021 e valor principal de US\$700,0 milhões. Os fundos serão utilizados (i) para a realização de um contrato de mútuo para a JBS USA Holdings, para futura transferência dos recursos para a JBS S.A. com o fim de financiar suas dívidas de curto e médio prazos e (ii) para propósitos corporativos gerais. Tais Notas são garantidas pela JBS USA Holdings, pela JBS S.A., pela JBS Hungary Holdings Kft., e cada uma das subsidiárias americanas restritas que garantem o Crédito Rotativo (sujeito a certas exceções). Se determinadas condições forem cumpridas, a JBS S.A. pode ser liberada de suas garantias. Sobre as Notas, incidem juros de 8,25% ao ano a serem pagos a cada seis meses e com vencimento em 1 de fevereiro e 1 de agosto de cada ano, a partir de 1 de agosto de 2012. O principal vence integralmente em 1 de fevereiro de 2020. O desconto original de emissão de aproximadamente US\$10,0 milhões está sendo acrescido sobre a duração desse instrumento.

As notas contém restrições contratuais (covenants) e eventos de inadimplemento de praxe listados sob as Notas 11,625% com vencimento em 2014. Em 31 de março de 2012, a JBS USA estava em conformidade com todos os covenants.

Descrição do endividamento da PPC

Linha de Crédito EUA - PPC e algumas de suas subsidiárias celebraram uma linha de crédito ("Linha de Crédito EUA"), anteriormente denominada como Linha de Crédito de Saída, com o Banco ACB como agente administrativo e garantidor, e outros credores, os quais atualmente provêm um compromisso de crédito rotativo de US\$700,0 milhões e um compromisso de crédito de vencimento B ("Vencimentos B"). Esta linha de crédito também inclui uma cláusula que permite à PPC, a qualquer tempo, aumentar o limite do compromisso de crédito rotativo em até US\$100,0 milhões adicionais e aumentar o limite dos Vencimentos B em até US\$400,0 milhões adicionais, sendo que cada caso está sujeito a determinadas condições, incluindo um teto de US\$1,9 bilhões sobre todos os compromissos de crédito sob a Linha de Crédito EUA.

Em 13 de janeiro de 2011, a PPC aumentou o montante dos empréstimos rotativos de acordo com a Linha de Créditos de Saída para US\$700,0 milhões. Em 22 de abril de 2011 a PPC aumentou o valor do sub-limite para empréstimos de curto prazo de emergência sob a Linha de Crédito de Saída para US\$100,0 milhões. Os compromissos de empréstimos de Vencimentos A foram pagos em 15 de dezembro de 2010 com os rendimentos das notas seniores e sem garantia com vencimento em 2018. Os empréstimos rotativos e os compromissos de empréstimos de Vencimentos B vencem em 28 de dezembro de 2014.

Subseqüente ao final de cada ano fiscal, uma parte do fluxo de caixa da PPC deve ser utilizado para repagar o valor pendente dos compromissos de empréstimos de Vencimento B. Em abril de 2011, a PPC utilizou aproximadamente US\$46,3 milhões de seu fluxo de caixa para pagar o valor principal pendente dos compromissos de empréstimos de Vencimentos B. Em 2011 a PPC não teve excesso de fluxo de caixa para ser utilizado no repagamento do valor pendente dos compromissos de empréstimos de Vencimento B. Após a realização deste pré-pagamento e outros pré-pagamentos, os Vencimentos B devem ser pagos em 16 pagamentos trimestrais de aproximadamente US\$3,9 milhões, começando em 15 de abril de 2011, com o final dos pagamentos em 28 de dezembro de 2014. A Linha de Crédito EUA também requer a utilização dos rendimentos da venda de certos ativos e dívidas específicas ou emissões de ações e mediante a ocorrência de outros eventos para repagar os empréstimos pendentes de acordo com a Linha de Crédito EUA. Os recursos recebidos pela PPC provenientes da Oferta de Direitos não serão obrigatoriamente pagos aos credores sob a Linha de Crédito EUA como um pré-pagamento mandatário.

Os empréstimos da PPC sob a Linha de Crédito EUA estão sujeitos à base de empréstimo, que é formulada com base em certos estoques elegíveis, valores a receber elegíveis e caixa restrito, sob o controle do agente da Linha de Saída, o CoBank ACB. Em 31 de março de 2012, a base de empréstimo aplicável era de US\$671,0 milhões, o montante disponível de acordo com os compromissos de empréstimos rotativos era de US\$439,2 milhões.

A Linha de Crédito EUA contém uma série de restrições contratuais ("covenants") que restringem a capacidade de do PPC de, entre outras coisas, incorrer em endividamento adicional, criar ônus, pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos, vender certos ativos, participar de determinadas transações com a JBS USA Holdings e outras partes relacionadas, incorporar, consolidar e/ou vender ou alienar todos ou parte substancial dos ativos da PPC.

Em 23 de junho de 2011 e 16 de dezembro de 2011, a PPC alterou a Linha de Crédito de Saída, que, entre outras coisas: (i) suspendeu temporariamente a exigência da PPC de cumprir as restrições contratuais do índice de cobertura de despesas financeiras e da alavancagem financeira das dívidas com garantia até 24 de setembro de 2012; (ii) alterou o índice de cobertura e a alavancagem financeira das dívidas com garantia de modo que quando o teste destas restrições contratuais for retomada em 24 de setembro de 2012, a PPC possa calcular estas restrições financeiras com base em um número especificado de trimestres fiscais selecionados pela PPC; (iii) modificou a restrição contratual do tangível líquido consolidado para que a PPC mantenha tangível líquido consolidado de pelo menos US\$ 450,0 milhões mais 50,0% do lucro líquido acumulado (excluindo quaisquer perdas) da PPC de 16 de dezembro de 2011 até a data de cálculo e (iv) aumentou a alavancagem garantida máxima permitida, determinada para qualquer período de seus trimestres fiscais consecutivos, terminados no último dia de cada trimestre fiscal, para ser maior que 4,00:1,00 para períodos calculados a partir de 24 de setembro de 2012. A PPC está atualmente em conformidade com a restrição sobre a modificação do tangível líquido.

Todas as obrigações sobre a Linha de Crédito EUA são incondicionalmente garantidas por certas subsidiárias da PPC e seguradas por penhor em ordem de prioridade em (i) contas a receber e estoques da PPC, de suas subsidiárias nacionais e suas subsidiárias em Porto Rico, (ii) 100% dos juros sobre patrimônio líquido de suas subsidiárias nos EUA e em Porto Rico e 65% dos juros sobre patrimônio líquido nas subsidiárias diretas estrangeiras, (iii) substancialmente toda a propriedade pessoal e intangíveis da PPC, de suas subsidiárias em Porto Rico e suas subsidiárias garantidoras sobre a Linha de Crédito EUA e (iv) substancialmente todos os imóveis e ativos fixos da PPC e suas subsidiárias garantidoras sobre a Linha de Crédito EUA.

Notas seniores e sem garantias com vencimento em 2018 - PPC. Em 15 de dezembro de 2010, a PPC realizou a emissão de notas no valor principal de US\$500,0 milhões e juros de 7,875% ao ano com vencimento em 2018 ("Notas 2018"). As Notas 2018 são sem garantias, mas são garantidas por uma das subsidiárias da PPC. Os juros são pagos em 15 de dezembro e 15 de junho de cada ano, com início em 15 de junho de 2011. A escritura das Notas 2018 contém vários covenants que podem afetar adversamente a capacidade, entre outras coisas, de incorrer em endividamento adicional, criar ônus, pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos, vender certos ativos, celebrar certas transações com a JBS USA Holdings e outras partes relacionadas da PPC, incorporar, consolidar e/ou vender ou alienar todos ou parte substancial dos ativos destas. A PPC posteriormente trocou as notas para as notas substancialmente idênticas registradas sob o Securities Act de 1933.

Linha de Crédito México - Em 19 de outubro de 2011, Avícola Peregrino Orgulho de México, S. de RL de CV e determinadas subsidiárias (as "Partes Tomadoras de Empréstimo"), celebraram um contrato de crédito alterado e reformulado (o "Contrato de Crédito Alterado ING"), com o ING Bank (México), SA Institución de Banca Múltiple, ING Grupo Financiero, como credor e ING Capital, LLC, na qualidade de agente administrativo. O Contrato de Crédito México tem vencimento em 25 de setembro de 2014. Em 31 de março de 2012, o saldo de compromisso de crédito rotativo era de 557,4 milhões de Pesos Mexicanos, equivalentes a US\$43,7 milhões.

Os saldos em abertos da Linha de Crédito México incorrem juros a uma taxa anual igual a Taxa TIIE aplicável, adicionada da Margem Aplicável (conforme os termos definidos no contrato da Linha de Crédito México)

A Linha de Crédito México é garantida substancialmente por todos os ativos pertencentes às subsidiárias da PPC no México.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

16 Debêntures conversíveis
Capitalização das Debêntures

Em 17 de maio de 2011, o Conselho de Administração aprovou aumento de capital, dentro de limite autorizado, no montante de R\$ 3.479.600, mediante a emissão de até 494.261.363 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal ao preço de R\$ 7,04 (sete reais e quatro centavos) cada.

Em 3 de junho de 2011, em Assembleia Geral de Debenturistas, 99,94% dos debenturistas aprovaram a utilização dos créditos das debêntures para capitalização do aumento de capital em até R\$ 3.479.600, mediante a emissão privada de até 494.261.363 novas ações ordinárias, pelo preço de R\$ 7,04 (sete reais e quatro centavos) cada.

Durante o prazo legal, acionistas minoritários exerceram seu direito de preferência na subscrição de ações e subscreveram 5.410 ações pelo valor total de R\$ 38. O BNDESPAR, principal debenturista, subscreveu 493.967.305 ações pelo valor total de R\$ 3.477.530, mediante a capitalização de créditos das Debêntures por ele detidos.

Em 14 de julho de 2011, o aumento do capital social aprovado pela Reunião do Conselho de Administração foi homologado no montante de R\$ 3.477.568, mediante a emissão de 493.972.715 ações ordinárias, ao preço de R\$ 7,04 (sete reais e quatro centavos).

Em 14 de julho de 2011 foi reconhecido o aumento de capital, no montante de R\$ 3.477.568, reduzido pelos gastos com emissão das debêntures no valor de R\$ 17.388, com efeito líquido de R\$ 3.460.180.

A Companhia gerou um contas a pagar de R\$ 2.032 para os debenturistas que não exerceram a opção de capitalização de suas Debêntures, no prazo para resgate.

Em 31 de março de 2012 a Companhia possui um saldo remanescente a pagar para os debenturistas no montante de R\$ 1.283, que será quitado no decorrer do exercício de 2012.

17 Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	Controladora		Consolidado	
	31.03.12	31.12.11	31.03.12	31.12.11
Salários e encargos sociais	206.634	150.414	406.653	333.678
Provisões para férias, 13º salário e encargos	114.599	99.463	843.692	900.978
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro	-	-	10.193	211.528
Imposto de renda e contribuição social retido na fonte a recolher	627	757	1.356	1.616
ICMS / VAT / GST a recolher	12.034	11.826	25.734	23.799
PIS e COFINS a recolher	584	348	720	521
Parcelamento Lei 11.941/2009	-	-	272.640	271.762
Outros	95.087	85.055	304.668	318.621
	429.565	347.863	1.865.656	2.062.503
Passivo circulante	429.565	347.863	1.192.615	1.378.691
Passivo não circulante	-	-	673.041	683.812
	429.565	347.863	1.865.656	2.062.503

A subsidiária Vigor aderiu ao parcelamento de débitos previstos na Lei nº11.941, de 27 de maio de 2009, e fez a opção de liquidar valores correspondentes a multas e a juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos na Dívida Ativa da União, com a utilização de créditos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL próprios.

A prestação mínima proveniente do Parcelamento Excepcional (PAEX) de que trata os arts. 1º e 8º da MP nº303/06 será o equivalente a 85% do valor da prestação devida no mês de novembro/2009 e de R\$ 100,00 no caso dos demais débitos da pessoa jurídica, que vencerão no último dia útil de cada mês. O prazo do parcelamento ficou em 161 parcelas vincendas. A primeira prestação foi paga no mês em que foi formalizado o pedido de adesão, produzindo efeitos nos requerimentos formulados com o correspondente pagamento da primeira prestação em valor não inferior ao estipulado na Lei. O valor de cada prestação será acrescido de juros correspondentes à variação da taxa Selic. Computadas as prestações pagas durante a vigência do PAEX, os débitos que compõe os saldos remanescentes dos parcelamentos serão restabelecidos à data da solicitação do parcelamento, com os acréscimos legais devidos à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, computadas as reduções de juros, as multas e do encargo legal, assim como da liquidação de juros e multa com créditos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL.

18 Provisão para riscos processuais

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos oriundos do curso normal dos seus negócios, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos, em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, estão assim representadas:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.12	31.12.11	31.03.12	31.12.11
Trabalhistas	48.413	47.646	72.171	71.004
Cíveis	7.335	6.863	34.059	36.284
Fiscais e previdenciários	86.577	86.466	91.065	144.272
Total	142.325	140.975	197.295	251.560

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

Movimentação das provisões

	31.12.11	Adição	Baixas	Variação cambial	31.03.12
Controladora	140.975	1.350	-	-	142.325
Consolidado	251.560	2.085	(55.213)	(1.137)	197.295

Processos fiscais e previdenciários
a) ICMS

A Companhia sofreu diversas autuações pelo Fisco do Estado de São Paulo em virtude de aproveitamento de créditos de ICMS em compras de gado e transferência de carne de Estados que estabeleceram regime simplificado de apuração de ICMS que, segundo o Estado de São Paulo, deveriam ser aprovados pelo Confaz, e que são identificados como "Guerra Fiscal". Nessas situações, o Estado de São Paulo não admite os créditos de ICMS que foram outorgados no Estado de origem da mercadoria. O montante total envolvido nessas autuações é de aproximadamente R\$ 1.224.731 em 31 de março de 2012. A Companhia vem contestando administrativamente essas autuações e, além disso, propôs ações judiciais que têm como objetivo obrigar os Estados que concedem os incentivos a ressarcir-las, caso as autuações sejam mantidas.

A Administração acredita, com base em parecer de seus consultores legais, que irá prevalecer seus argumentos, razão pela qual não constituiu provisão, considerando a perda como remota.

A Companhia sofreu outras autuações pelo Fisco do Estado de Goiás, em virtude de divergências de interpretação da aplicação da Lei no tocante ao crédito de ICMS proveniente das exportações, no montante de R\$ 204.094. A Administração acredita, com base em parecer de seus consultores legais, que irá prevalecer seus argumentos nesses procedimentos, razão pela qual não constituiu provisão, considerando perda como remota.

b) INSS

Contribuições Sociais – Novo Funrural. Em janeiro de 2001 a Companhia impetrou Mandado de Segurança para suspender a exigibilidade da retenção e repasse do Novo Funrural. Foi prolatada sentença favorável a qual desobrigou a Companhia à retenção e ao recolhimento da contribuição devida. O processo aguarda decisão do Tribunal Regional Federal da Terceira Região. Para evitar o instituto da decadência e perder o direito de exigir a contribuição ao Novo Funrural, o INSS lançou notificações fiscais de lançamento de débito, referente ao período de janeiro de 1999 a dezembro de 2003, no montante de R\$ 69.200, e de 2003 até 2007, no montante de R\$ 289.105, cujo total dos autos de infração, ou NFLDS, somam o montante arbitrado de R\$ 358.305.

A Companhia apresentou defesa nesses processos administrativos informando que não recolhe o valor em virtude de sentença judicial favorável, por isto os citados processos encontram-se suspensos até decisão final do Mandado de Segurança.

Esta matéria foi objeto de uma decisão favorável ao contribuinte, proferida pelo Supremo Tribunal Federal - STF para uma empresa cuja atividade é similar à atividade da Companhia. Por esse motivo, e com base em pareceres de consultores legais, e juristas renomados, a Companhia entende que a legalidade e aplicabilidade dessa tributação fica bastante reduzida, razão pela qual a Administração não constitui provisão para esta contingência. Atualmente, a Companhia não está obrigada a proceder nenhum desconto, nem recolhimento. Caso algum desconto seja feito, por questões comerciais, a Companhia procede-o e deposita em Juízo, cumprindo determinação judicial. Baseada na opinião dos assessores jurídicos e fundamentada em jurisprudência, favorável do STF, em caso semelhante, a Administração acredita que prevalecerão seus fundamentos e nenhuma provisão foi registrada para essa contingência, considerando a probabilidade de perda como remota.

c) Outros processos fiscais e previdenciários

A Companhia é parte em outros 474 processos fiscais e previdenciários, em que as contingências individualmente não apresentam relevância no contexto da Companhia. Destacamos, que as consideradas com risco de perda provável estão devidamente provisionadas, totalizando R\$ 86.577 em 31 de março de 2012.

Processos trabalhistas

Em 31 de março de 2012, a Companhia era parte em 7.464 ações de natureza trabalhista e acidentes de trabalho, envolvendo o valor total em discussão de R\$ 849.067. Com base na avaliação de risco feita pelos consultores legais, a Companhia registrou provisões no montante de R\$ 48.413 relativas a tais processos para fazer frente a eventuais resultados adversos nos processos em que é parte, já incluídos os encargos previdenciários devidos pelo empregado e pela Companhia. Os pleitos, em sua maioria, estão relacionados a ações ingressadas por ex-empregados das plantas da Companhia e os principais pedidos dizem respeito ao pagamento de horas extras e de adicional de insalubridade.

Em 31 de março de 2012, a controlada S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor, incorporadora da Companhia Leco de Produtos Alimentícios e Laticínios Serrabella, era parte de reclamações trabalhistas movidas por ex-funcionários, que foram provisionadas pela mesma com base em uma estimativa de perda identificada pelos seus assessores jurídicos e aprovadas pela Administração, no montante de R\$ 2.132.

Processos cíveis
a) Imóvel em Araputanga

Em 2001 a Companhia, por sua antecessora, adquiriu da empresa Frigorífico Araputanga S.A. um imóvel e instalações industriais localizados em Araputanga/MT, através de Compromisso de Compra e Venda. Ratificando o negócio e dando quitação total e irrevogável do preço ajustado, foram lavradas as Escrituras Públicas de Compra e Venda.

O Frigorífico Araputanga S.A. era beneficiário de incentivos fiscais (projeto SUDAM) e o imóvel era garantia flutuante. Por isto se fazia necessária a anuência da SUDAM para o Registro das Escrituras. Em setembro de 2004, o Frigorífico Araputanga S.A. ajuizou Ação Declaratória no Foro da Comarca de Araputanga/MT, alegando que a Companhia não havia pago o preço, bem como não havia obtido a anuência da referida autarquia, requerendo a ineficácia do Contrato e a Anulação das Escrituras Públicas. Em decisão transitada em julgado o TJ/MT julgou a venda válida e eficaz. O processo foi remetido à Vara Federal de Cáceres, distribuído sob o nº 2005.36.01.001618-8, em razão do interesse da União na lide. A Companhia obteve a anuência da UGFIN, sucessora da SUDAM, conforme decisão da 5ª Turma do TRF da 1ª Região (Proc. nº 2006.01.00.024584-7), obtendo assim o efetivo registro da Escritura de Compra e Venda.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

Atualmente, o processo está aguardando a realização de nova perícia. O primeiro laudo pericial foi favorável à Companhia, que após avaliar os pagamentos realizados pela Agropecuária Friboi concluiu que os valores devidos foram efetivamente pagos. O agravo 2006.01.00.024584-7 foi julgado favoravelmente à Companhia, na medida em que o TRF da 1ª região declarou válidas as escrituras de compra e venda do imóvel objeto da discussão. Baseada na opinião de seus assessores legais e fundamentada em jurisprudência favorável do Supremo Tribunal Federal e da doutrina brasileira sobre essa espécie de processo, a Administração acredita que prevalecerão seus argumentos e nenhuma provisão foi registrada. A probabilidade de perda é considerada remota.

b) Indenização pelo uso da marca

Ainda decorrente do entrave em Araputanga/MT, a Vendedora distribuiu, na Comarca de Araputanga/MT, Ação de Indenização por uso indevido de marca registrada, sob a premissa da Friboi Ltda. estar utilizando a marca Frigoara sem a sua autorização. O valor exorbitante atribuído à causa deriva de um laudo de avaliação obtido pelo Frigorífico Araputanga S.A. que avalia a marca em R\$ 315.000, assim exige uma indenização por danos morais de R\$ 100.000 e ressarcimento no importe de R\$ 26.938. Em defesa, a Companhia preliminarmente alegou litispendência e continência, tendo em vista que os pedidos estão relacionados com o processo principal, em que se discute a propriedade do Frigorífico. No mérito, demonstrou que a marca foi utilizada somente por determinado período, com autorização contratual e atendendo pedido do Frigoara que necessitava comprovar à SUDAM que os investimentos estavam sendo devidamente utilizados e para conseguir a obtenção da Anuência ou do Certificado de Empreendimento Implantado.

Ainda em defesa, fora aduzido que, caso seja devido algum tipo de indenização, esta seria dimensionada com relação ao percentual de venda de produtos da marca, conforme disciplina o artigo 208 da Lei de Propriedade Intelectual. Quase a totalidade dos produtos fabricados era comercializada com a marca Friboi, já com a marca Frigoara era produzida somente carne moída em ínfima quantidade. Posto isto, a Companhia entende que o risco econômico é baixo, razão pela qual provisionou o valor de R\$ 600.

O Juiz da Comarca de Araputanga suspendeu o processo e posteriormente determinou sua remessa à Justiça Federal de Cáceres, onde foi distribuído em 17 de janeiro de 2007. Atualmente, o Juízo Federal de Cáceres intimou as partes a se manifestarem a respeito da redistribuição àquele Juízo e determinou a reunião do processo à Ação Declaratória em que se discute a propriedade do Frigorífico localizado em Araputanga/MT. Após, a União será intimada a manifestar sobre possível interesse na causa. Baseada na opinião de seus assessores legais e fundamentada em jurisprudência favorável do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e da doutrina brasileira sobre essa espécie de processo, a Administração acredita que prevalecerão seus argumentos.

c) Outros processos cíveis

A Companhia está envolvida em outros processos cíveis que na avaliação da Administração e dos seus assessores jurídicos, a expectativa de perda em 31 de março de 2012 é de R\$ 6.735 sendo que o montante está provisionado.

Outros processos

Em 31 de março de 2012 a Companhia possuía em andamento outros processos de natureza fiscal, no montante de aproximadamente R\$ 20.129, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é possível de perda, mas não provável, para os quais a Administração da Companhia entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda, em consonância ao IAS 37/CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

19 Débito com terceiros para investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31.03.12	31.12.11	31.03.12	31.12.11
Circulante	136.040	10.589	136.040	10.589
Não circulante	48.881	2.048	48.881	2.048
	184.921	12.637	184.921	12.637

Os Débitos com terceiros para investimento referem-se basicamente as aquisições de diversos imobilizados no Estado de Mato Grosso do Sul, um complexo industrial no Estado de Minas Gerais, quatro unidades frigoríficas no Estado de Rondônia e uma unidade frigorífica nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e São Paulo.

20 Imposto de renda e contribuição social - conciliação da taxa nominal e efetiva

São registrados com base no lucro tributável de acordo com a legislação e alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias. O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos foram registrados sobre as reservas de reavaliação constituídas pela Companhia e sobre as diferenças temporárias.

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro antes da tributação	239.579	129.495	241.604	172.160
Imposto de renda e contribuição social à taxa				
Expectativa de crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social - Nominal combinada de 34%	(81.457)	(44.028)	(82.145)	(58.534)
Ajuste para demonstração da taxa efetiva				
(Adições) exclusões, substancialmente equivalência patrimonial e ágio (tributos equivalentes de outros países)	(42.043)	61.501	(29.940)	(23.701)
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(123.500)	17.473	(112.085)	(82.235)
Taxa efetiva	-51,55%	13,49%	-46,39%	-47,77%

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

Notas Explicativas

A composição das despesas com imposto de renda e contribuição social apresentada nas demonstrações dos resultados da controladora e consolidadas nos trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011.

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Imposto de renda e contribuição social correntes	750	748	16.643	(194.595)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(124.250)	16.725	(128.728)	112.360
	(123.500)	17.473	(112.085)	(82.235)

Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos - Ativos e passivos

	Controladora		Consolidado	
	31.03.12	31.12.11	31.03.12	31.12.11
ATIVO				
. Sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias	407.119	356.459	1.119.242	1.148.817
PASSIVO				
. Sobre reserva de reavaliação e diferenças temporárias	820.417	646.257	1.916.840	1.827.189
Total Líquido	413.298	289.798	797.598	678.372

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro real ou prejuízo fiscal; e
- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro real ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

21 Patrimônio líquido
a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de março de 2012 é representado por 2.963.924.296 ações ordinárias em circulação, sem valor nominal.

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social em até mais 1.376.634.735 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Conforme estatuto social, o Conselho de Administração fixará o número, o preço, o prazo de integralização e as demais condições da emissão de ações.

A Companhia poderá outorgar opção de compra de ações a administradores, empregados ou pessoas naturais que lhe prestem serviços, ou a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços às empresas sob seu controle, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra.

b) Reservas de capital

Composta por ágio na emissão de ações, derivados do IPO no exercício de 2007.

c) Reserva de lucro
Legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício.

Para expansão

Constituída à base do saldo remanescente do lucro líquido após as destinações para constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que terá por finalidade financiar a aplicação em ativos operacionais.

d) Reserva de reavaliação

Referente à reavaliação de bens do ativo imobilizado anteriores à adoção do CPC/IFRS. A reserva de reavaliação é transferida para lucros acumulados na proporção da realização dos bens reavaliados que se dá por depreciação, alienação ou baixa.

e) Dividendos

De acordo com as disposições estatutárias da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da lei societária.

f) Ações em tesouraria

Em 31 de janeiro de 2012, o Conselho de Administração, conforme Estatuto Social da Companhia, aprovou o cancelamento das 97.519.895 ações em tesouraria, nos termos do Artigo 19, inciso XVI do Estatuto Social, sem redução do capital social.

O cancelamento das ações mantidas em tesouraria foi contabilizado como uma redução nas ações em tesouraria contra reserva integralizada (reserva de capital), pelo custo médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

A seguir demonstramos a movimentação das ações em tesouraria:

	Quantidade	R\$ mil
Saldo em 31 de dezembro de 2011	97.186.795	610.550
Recompra	333.100	2.028
Cancelamento	(97.519.895)	(612.578)
Saldo em 31 de março de 2012	-	-

g) Ajuste de avaliação patrimonial e ajuste acumulado de conversão

Conforme CPC 2/IAS 21 -Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, é registrado basicamente variação de instrumentos (diretas e reflexas) em moeda estrangeira e que são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (MEP).

De acordo com o CPC 37 / IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, por força da vigência do CPC 02 antes à data de adoção inicial, os adotantes pela primeira vez ao IFRS devem zerar os saldos de variação cambial de investimentos registrados no patrimônio líquido (sobre a rubrica de ajustes acumulados de conversão) transferindo-os para lucros ou prejuízos acumulados (sobre a rubrica de reserva de lucros), bem como divulgar a política de distribuição de resultados aplicável a tais saldos. Cabendo ressaltar que a Companhia não computa esses ajustes para distribuição de Resultados.

h) Transações de capital

De acordo com o IAS 37/CPC 36 – Demonstrações Consolidadas as mudanças na participação relativa da controladora sobre uma controlada que não resultem em perda de controle devem ser contabilizadas como transações de capital (ou seja, transações com sócios, na qualidade de proprietários). Qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação dos não controladores tenha sido ajustada e o valor justo da quantia recebida ou paga deve ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido atribuível aos proprietários da controladora, e não como resultado.

Portanto, se a controladora adquirir mais ações ou outros instrumentos patrimoniais de uma entidade que já controla, deve considerar os ganhos e perdas dessa variação de participação como redução ou aumento do seu patrimônio líquido (individual e consolidado).

22 Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
RECEITA OPERACIONAL BRUTA DE VENDAS				
Receitas de vendas de produtos				
Mercado interno	2.694.509	2.393.136	13.026.070	11.182.132
Mercado externo	1.026.815	1.136.648	3.605.703	4.085.468
	3.721.324	3.529.784	16.631.773	15.267.600
DEDUÇÕES DE VENDAS				
Devoluções e descontos	(137.882)	(156.509)	(303.212)	(311.232)
Impostos sobre as vendas	(233.063)	(201.268)	(317.481)	(283.628)
	(370.945)	(357.777)	(620.693)	(594.860)
RECEITA	3.350.379	3.172.007	16.011.080	14.672.740

23 Resultado por ação

Conforme requerido pelo IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, as tabelas a seguir reconciliam o prejuízo aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico.

Básico

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações do exercício, excluindo as ações mantidas como ações em tesouraria.

	Consolidado	
	2012	2011
Resultado atribuível aos acionistas	116.079	146.968
Média ponderada de ações do exercício - milhares	2.996.431	2.567.471
Média ponderada de ações em tesouraria - milhares	(32.507)	(83.484)
Média ponderada de ações em circulação - milhares	2.963.924	2.483.987
Resultado por lote de mil ações - Básico - R\$	39,16	59,17

Diluído

A Companhia não apresentou o resultado por ação - diluído conforme requerido pelo IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, devido ao fato de não haver potenciais ações ordinárias diluidoras visto que para as debêntures conversíveis (nota 17) não existe como efetuar o cálculo da quantidade de ações diluidoras por se tratar de projeções futuras de valores de cotação, e para receitas diferidas (nota 29,) através de análise histórica e existir expectativa de que o adiantamento seja honrado através de entrega futura, não caracteriza potenciais ações diluidoras.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

24 Conciliação do EBITDA

A Companhia apresenta abaixo a base de preparação e cálculo do EBITDA (lucro antes dos efeitos financeiros, imposto de renda, contribuição social, depreciação e amortização):

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Resultado antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	239.579	129.495	241.604	172.160
Resultado financeiro líquido	38.775	303.081	155.821	351.130
Depreciação e amortização	105.084	97.270	285.043	311.161
EBITDA	383.438	529.846	682.468	834.451
Resultado de equivalência patrimonial	130.962	(195.505)	-	-
Reestruturação, reorganização e doações	-	-	6.871	-
Ajuste no ganho de compra vantajosa	-	-	-	(3.400)
Indenização	-	-	7.129	4.879
EBITDA AJUSTADO	514.400	334.341	696.468	835.930

25 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Resultado de variações cambiais ativas e passivas	219.116	183.565	230.004	216.014
Resultado financeiro com derivativos	(119.322)	(223.215)	(109.911)	(235.239)
Juros Passivos	(255.987)	(312.553)	(432.880)	(374.386)
Juros Ativos	124.746	72.628	173.403	77.580
Impostos, contribuições, tarifas e outros	(7.328)	(23.506)	(16.437)	(35.099)
	(38.775)	(303.081)	(155.821)	(351.130)

26 Outras receitas e despesas

Outras despesas em 31 de março de 2012 no montante de R\$ (12.185) referem-se basicamente à:

- i) JBS Argentina no montante de (R\$ 7.129), referente à gastos com indenizações devido à suspensão temporária das operações nas plantas de Berazategui (Consignaciones Rurales), Colonia Caroya (Col-Car) e San Jose;
- ii) na JBS USA no montante de (R\$ 6.871) gastos de reorganização e reestruturação;
- iii) Outras receitas no montante de R\$ 1.815 referente, basicamente, resultado na venda de ativos imobilizados e aluguel.

27 Custos de transação na emissão de títulos e valores mobiliários

De acordo com os requerimentos estabelecidos pelo IAS 39/CPC 38 – Instrumentos financeiros – Reconhecimento e Mensuração, os custos relativos às transações na emissão de títulos e valores mobiliários deverão ser contabilizados reduzindo os passivos a que se relacionam.

Durante os exercícios de 2009 e 2010, a Companhia realizou, respectivamente, operações de emissão de Bonds e de Oferta Pública de Ações - OPA. No entanto, para a efetivação destas operações a Companhia incorreu em custos de transações, ou seja, custos incorridos diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente para a realização dessas transações.

a) Oferta Pública de Ações - OPA (Follow-on)

No exercício de 2010, a Companhia incorreu em R\$ 37.477 relativo aos custos de transação do processo de captação de recursos por intermédio da Oferta Pública, cuja contabilização está mantida de forma destacada em conta redutora do patrimônio líquido, deduzido os eventuais efeitos.

b) Oferta de Títulos de Dívida (Bonds)

Durante o exercício de 2010, a Companhia incorreu em R\$ 17.789 relativos aos custos de transação dos processos de captação de recursos, por intermédio das emissões de Ofertas de Títulos de Dívida (Bonds) nos montantes de US\$ 700.000 e US\$ 200.000 realizados em Julho e Setembro de 2010, respectivamente, cuja contabilização está mantida de forma destacada em conta redutora do passivo. Em 31 de março de 2012, em virtude da amortização acumulada do saldo, por meio do fluxo de pagamento da dívida, a Companhia apresenta um montante residual de R\$ 14.164 de custo de transação atrelado à dívida que continuará sendo amortizado de acordo com o período de pagamento.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

28 Benefícios a empregados**Planos JBS USA**

A JBS USA patrocina dois planos qualificados de aposentadoria ("plano 401(k)"), cobrindo os empregados da JBS USA, ambos sindicalizados, e não sindicalizados, excluindo os empregados da PPC e Bertin USA. Nos termos do plano 401(k), os empregados elegíveis poderiam optar por reduzir sua contribuição atual, até o menor de 75% da sua remuneração anual ou o limite estatutariamente fixado anualmente e têm o valor de tal redução contribuída aos planos 401 (k). Os planos 401 (k) oferecem contribuições adicionais para aquelas que são iguais pela JBS USA, com base em condições específicas contidas no plano 401 (k). O administrador do plano 401(k), sob a direção de cada participante, investe os ativos do plano 401 (k) em opções de investimento ditada pelos participantes. Os planos 401 (k) estão qualificados pela seção 401 do código interno de receita dos Estados Unidos (Internal Revenue Code).

As despesas da JBS USA, relacionadas com o plano 401 (k) totalizaram aproximadamente US\$ 1.500 e US\$ 1.400 para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011 respectivamente.

Uma das unidades da JBS USA participa de um plano de pensão multi-empregador. A JBS USA contribui para este plano, e as despesas que foram incluídas no custo dos produtos vendidos na Demonstração do resultado Consolidado, foram de US\$ 105 e US\$ 111 para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011 respectivamente. A JBS USA também faz contribuições, totalizando US\$ 17 e US\$ 16 para os trimestres findos em de 31 de março de 2012 e 2011, a um plano de pensão multi-empregador relacionado com ex-funcionários na fábrica antiga de Nampa, Idaho.

Uma das subsidiárias da JBS USA participa do plano suplementar executivo. Não há despesas reconhecidas na Companhia para esse plano durante os trimestres findos em 31 de Março de 2012 e 2011.

Os funcionários da JBS Austrália não participam do plano 401(k) da JBS USA. Sob a lei australiana, a JBS Austrália contribui com um percentual da remuneração do empregado para um fundo de Superannuation. Essa contribuição se aproxima a 9% da remuneração do empregado, conforme previsto na Austrália pelo "Superannuation Act de 1997". Como os fundos são administrados por terceiros, uma vez que esta contribuição seja feita para o fundo de aposentadoria, a JBS Austrália não tem nenhuma obrigação de pagamento de participantes ou de supervisão do fundo. As despesas da JBS USA referente às contribuições para este fundo totalizavam US\$ 7.900 e US\$ 7.100 nos trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011 respectivamente.

Planos Pilgrim's Pride - PPC

A PPC patrocina programas que oferecem benefícios de aposentadoria para a maioria de seus empregados. Estes programas incluem planos de pensão qualificados e não qualificados, um plano de aposentadoria de benefício definido com seguro de vida, plano de economia com contribuição definida e plano de pensão definido. Sob todos os planos de aposentadoria, as despesas de PPC foram de US\$ 2.100 e US\$ 2.300 nos trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011 respectivamente.

Os planos de pensão e de aposentadoria tem um ano fiscal que coincide com o da PPC. Divulgações importantes para as demonstrações financeiras estão incluídas abaixo:

Planos de benefício definido

- PPC plano de aposentadoria para empregados sindicalizados ("Plano Union"),
- PPC plano de aposentadoria para funcionários sindicalizados El Dorado (" Plano El Dorado"), e
- PPC Plano de pensão dos empregados de Legacy Gold Kist ("Plano GK Pension").

O plano Union abrange determinados locais ou grupos na PPC. O Plano El Dorado foi desmembrado do Plano da União em 1 de janeiro de 2008 e abrange certos locais elegíveis ou grupos na PPC. Este Plano foi iniciado em 2010. O Plano GK Pension cobre certos funcionários elegíveis dos EUA que foram empregados em locais que PPC adquiriu a empresa Gold Kist, Inc. ("Gold Kist") em 2007. A participação no Plano GK Pension foi paralisada a partir de 8 de fevereiro de 2007, para todos os participantes, com exceção dos participantes rescindidos que estão ou podem tornar-se permanentemente ou totalmente desabilitados. O plano foi paralisado a partir de 31 de março de 2007.

Planos de aposentadoria de benefício definido não-qualificado

- Antiga Gold Kist Inc - aposentadoria executiva adicional (Plano "SERP"), e
- Antiga Gold Kist Inc. plano de aposentadoria de diretoria ("Plano Directors Emeriti").

A PPC assumiu o patrocínio do Plano SERP e do Plano Directors Emeriti através da aquisição da empresa Gold Kist, em 2007. O Plano de SERP proporciona remuneração adicional para alguns ex-executivos da Gold Kist, baseado em acordos individuais. Os benefícios do Plano SERP foram paralisados a partir de 8 de fevereiro de 2007. O Plano Directors Emeriti prevê benefícios a ex-diretores da empresa Gold Kist.

Planos de benefício definido, seguro de vida pós-aposentadoria

- Gold Kist Inc. plano de seguro de vida ("Insurance Plan").

A PPC assumiu as obrigações de assistência médica e seguro de vida pós-aposentadoria, incluindo o Plano de Insurance, através da aquisição da Gold Kist, em 2007. Em janeiro de 2001, a Gold Kist começou a reduzir substancialmente os seus planos para os empregados ativos. Em 1 de julho de 2003, a Gold Kist encerrou a cobertura médica para os aposentados com 65 anos ou mais, e somente os funcionários aposentados no grupo fechado entre as idades de 55 e 65 poderiam continuar a sua cobertura com taxas de custo média do plano de assistência médica para os empregados ativos. Estes aposentados terão todos 65 anos em 2012 e a cobertura do plano de aposentadoria médica terminará então.

Plano de contribuição definida

PPC atualmente patrocina dois planos de pensão definidos:

- PPC plano de aposentadoria (Plano "RS"), Seção 401(k) e
- To-Ricos plano de aposentadoria ("To-Ricos Plan"), Seção 1165 (e) plano de salário definido

PPC também mantém três planos pós aposentadoria para empregados elegíveis do México como requerido pela lei mexicana e que abrange principalmente benefícios por desligamento. A divulgação das obrigações do plano mexicano não é considerada material.

No âmbito do Plano RS, os funcionários elegíveis EUA podem voluntariamente contribuir com um percentual de sua remuneração.

PPC corresponde com até 30,0% dos primeiros 2,14% a 6,0% do salário com base no salário diferido e níveis de compensação de até US\$ 245. O Plano de To-Ricos é mantido por certos funcionários elegíveis porto-riquenhos. No âmbito do Plano To-Ricos., os funcionários elegíveis podem voluntariamente contribuir com um percentual de sua remuneração e há várias disposições correspondentes da empresa.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

Alguns planos de aposentadoria que a PPC patrocina investe em uma variedade de instrumentos financeiros. Em resposta à turbulência nos mercados financeiros globais, a PPC tem analisado essas carteiras de investimentos e, com o melhor do seu conhecimento, nenhum desses seus investimentos, incluindo os fundos do mercado comercial papers e títulos municipais, foram rebaixados por causa do cenário global, e nem a PPC, nem qualquer fundo em que a PPC participa é mantida uma quantidade significativa de investimento, taxa de leilão, obrigações de dívida garantidas, derivativos, investimentos em fundos de hedge, fundos de investimentos ou de títulos preferenciais perpétuos. Alguns fundos de aposentadoria em que a PPC participa e mantém uma quantidade significativa de títulos lastreados em hipotecas. No entanto, nenhuma das hipotecas são consideradas "subprime".

O quadro seguinte apresenta os componentes do custo do benefício periódico líquido para os planos:

	31 de Março de 2012		31 de Março de 2011	
	Pensão	Outros benefícios	Pensão	Outros benefícios
Custo de serviço	21	-	87	-
Juros	3.587	42	4.110	57
Retorno estimado em planos ativos	(2.537)	-	(3.095)	-
Amortização de prejuízo	612	-	7	-
Custo de benefício periódico	1.683	42	1.109	57

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2012, a PPC contribuiu US\$ 1.400 para seus planos de benefícios definidos.

Planos Bertin USA

A Bertin USA patrocina um plano de pensão definido e planos de aposentadoria ("plano 401(k)"), abrangendo os empregados sindicalizados da JBS USA durante o trimestre findo em 31 de março de 2012. A plano 401 (k) da Bertin, prevê contribuições adicionais pelo Bertin USA com base em condições específicas contidas no Plano Bertin 401 (k). O administrador do Plano Bertin 401 (k), sob a direção de cada participante, investe os ativos dos Plano Bertin 401 (k) em investimentos designados pelos participantes. As despesas da Bertin USA no Plano Bertin 401 (k) e totalizaram cerca de US\$ 28 e US\$ 103 para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011 respectivamente.

Bertin USA tem um benefício definido e um plano de previdência complementar que abrange aposentados com certas idades e requerimentos de função. A política de financiamento é atender as necessidades de financiamento ERISA e acumular ativos do plano, que irá, ao longo do tempo, aproximar o valor presente dos benefícios projetado a pagar. Os ativos do plano são investidos apenas em um contrato anual do grupo. Esses planos foram paralisados a partir de 31 de dezembro de 1995.

A Bertin USA também fornece assistência médica e seguro de vida para alguns aposentados e ex-funcionários com base em obrigações contratuais incorridas pela JBS USA Trading ("JBS USA Trading"), formalmente conhecida como SB Holdings, Inc., fazendo negócios como The Tupman Thurlow Co., Inc. A Bertin USA reconheceu a obrigação do plano de pensão com a compra das ações ordinárias da JBS USA Trading. Os pagamentos de aposentadoria são amortizados em parcelas mensais.

Para os trimestres findos em 31 de Março de 2012 e 2011, custos de serviços, juros, retorno estimado no plano de ativo e custo do benefício líquido periódico era considerado imaterial.

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2012, a Bertin USA financiou US\$ 74 para seus planos de benefícios definidos

29 Receita Diferida

Em 22 de outubro de 2008, a JBS USA recebeu um adiantamento de cliente no montante de US\$ 175 milhões para garantir um direito exclusivo de recolher um subproduto de todas as fábricas da JBS USA. Este acordo foi formalizado em 27 fevereiro de 2008. O adiantamento do cliente foi registrado como receita diferida na JBS USA e consta sobre a rubrica de "outros passivos" nas demonstrações contábeis consolidadas. Como o sub-produto é entregue ao cliente durante o prazo do contrato, a receita diferida é reconhecida como receita de vendas conforme ocorre o faturamento.

Para proporcionar segurança ao cliente caso a JBS USA não honre seu compromisso, o contrato prevê juros de pagamento de três meses LIBOR mais 200 pontos. A taxa de juros em 31 de março de 2012 foi de 2,5%. No caso de descumprimento do contrato, o contrato de fornecimento prevê a conversão da dívida em ações ordinárias da JBS USA baseado em uma fórmula estipulada no Acordo de Fornecimento. Apenas com a finalidade de prover informações adicionais, caso a JBS USA Holdings não tivesse cumprido o contrato de fornecimento em 31 de março de 2012, o direito de conversões seria de 36,91% das ações, ou 36,91 ações.

O contrato de fornecimento contém covenants afirmativas e negativas, que exige que a empresa, dentre outras coisas: manter a quota de mercado definido; manter certos níveis líquidos de tangíveis, e respeitar em todos os aspectos relevantes do contrato de fornecimento. A JBS USA estava em conformidade com todas as cláusulas em 31 de março de 2012. O saldo não amortizado em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 foi de aproximadamente US\$ 101.8 milhões (R\$ 185.490) e US\$ 107.5 milhões (R\$ 201.649) e outras receitas diferidas US\$4.6 milhões (R\$ 8.382) e US\$3.4 milhões (R\$ 6.378) respectivamente.

30 Segmentos operacionais

De acordo com IFRS 8/CPC 22 - Informações por segmento, a administração definiu os segmentos operacionais reportáveis do Grupo, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, analisados pela Diretoria Executiva, os quais são segmentados sob óptica de produto comercializado, e também, sob a perspectiva geográfica.

As modalidades dos produtos comercializados contemplam carne bovina, carne de frango e carne suína. Geograficamente, a Administração considera o desempenho operacional de suas unidades dos Estados Unidos da América (incluindo Austrália) e América do Sul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai).

O segmento de carne bovina explora o ramo de abatedouro e frigorificação de bovinos, industrialização de carnes, conservas, gorduras, rações e produtos derivados, com quarenta e três unidades industriais localizadas no Brasil, Estados Unidos da América, Itália, Austrália, Argentina, Uruguai, Paraguai, sendo estes três últimos analisados de modo consolidado, assim como Estados Unidos da América e Austrália.

A carne de frango é representada pelos produtos "in natura", refrigerados inteiros ou em pedaços, cujas unidades produtivas estão situadas nos Estados Unidos da América e México, atendendo cadeias de restaurantes, processadores de alimentos, distribuidores, supermercados, atacadistas, e outros distribuidores de varejo, além de exportação para a Europa oriental (incluindo a Rússia), extremo oriente (incluindo a China), México e outros mercados mundiais.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

O segmento de carne suína abate, processa, embala e entrega carnes "in natura" possuindo uma unidade produtiva nos Estados Unidos da América atendendo os mercados interno e externo. Os produtos preparados pela JBS USA também incluem carnes resfriadas em cortes com padrões industriais específicos.

Devido ao volume percentual representativo dos segmentos operacionais supracitados, os demais segmentos e atividades em que a Companhia atua não se tornam relevantes, sendo estes apresentados como "Outros". Adicionalmente, todas as eliminações de operações entre segmentos serão eliminadas dentro do Grupo.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas que aquelas descritas no resumo de políticas contábeis significativas. A Companhia avalia o seu desempenho por segmento, com base no lucro ou prejuízo das operações antes dos tributos sobre o lucro, não incluindo ganhos e perdas não recorrentes, depreciação e ganhos e perda de câmbio – (EBITDA).

Não há receitas provenientes das transações com um único cliente externo que representam 10% ou mais das receitas totais.

As informações consolidadas por segmento operacional de negócios, analisadas pela Diretoria Executiva correspondente para os períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011, são as seguintes:

Receitas líquidas apresentadas por linha de produto:

	2012	2011
Receitas líquidas totais do segmento		
Carne Bovina	10.236.987	9.241.609
Carne Suína	1.512.211	1.394.941
Carne de Frango	3.325.302	3.140.128
Outros	936.580	896.062
Total	16.011.080	14.672.740

Depreciação apresentada por linha de produto:

	2012	2011
Depreciação e amortização		
Carne Bovina	137.182	139.888
Carne Suína	14.356	12.247
Carne de Frango	92.664	134.681
Outros	40.841	24.345
Total	285.043	311.161

EBITDA apresentado por linha de produto:

	2012	2011
EBITDA		
Carne Bovina	349.852	673.507
Carne Suína	93.188	175.549
Carne de Frango	172.019	(97.541)
Outros	81.409	84.415
Total	696.468	835.930

Total de ativos por segmento:

	2012	2011
Total de ativos	31.03.12	31.12.11
Carne Bovina	31.677.783	32.394.892
Carne Suína	1.075.356	1.169.460
Carne de Frango	6.859.439	6.987.619
Outros	7.632.491	6.858.913
Total	47.245.069	47.410.884

Receitas apresentadas por área geográfica:

	2012	2011
Receitas líquidas		
Estados Unidos da América (incluindo Austrália)	11.839.311	10.707.469
América do Sul	3.827.400	3.604.158
Outros	344.369	361.113
Total	16.011.080	14.672.740

Depreciação apresentada por área geográfica:

	2012	2011
Depreciação e amortização		
Estados Unidos da América (incluindo Austrália)	166.868	200.928
América do Sul	116.554	108.866
Outros	1.621	1.367
Total	285.043	311.161

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

EBITDA apresentado por área geográfica:

	2012	2011
EBITDA		
Estados Unidos da América (incluindo Austrália)	182.531	529.375
América do Sul	508.559	308.322
Outros	5.378	(1.767)
Total	696.468	835.930

Total de ativos por área geográfica:

	31.03.12	31.12.11
Total de ativos		
Estados Unidos da América (incluindo Austrália)	14.616.044	14.684.699
América do Sul	31.038.742	31.138.791
Outros	1.590.283	1.587.394
Total	47.245.069	47.410.884

31 Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a Demonstração do Resultado Consolidado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da Demonstração Consolidado por natureza para os períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011:

Classificação por natureza	2012	2011
Depreciação e amortização	(285.043)	(311.161)
Despesas com pessoal	(1.737.958)	(1.299.134)
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(13.544.323)	(12.650.281)
Impostos, taxas e contribuições	(738.380)	(769.446)
Remuneração de capitais de terceiros	(785.893)	(1.183.960)
Outras receitas e despesas	1.322.121	1.713.402
	(15.769.476)	(14.500.580)

Classificação por função	2012	2011
Custo dos produtos vendidos	(14.357.175)	(12.984.313)
Despesas com vendas	(816.404)	(737.451)
Despesas gerais e administrativas	(427.891)	(418.917)
Resultado financeiro líquido	(155.821)	(351.130)
Outras receitas e despesas operacionais	(12.185)	(8.769)
	(15.769.476)	(14.500.580)

32 Cobertura de seguros

Em 31 de março de 2012 o limite máximo individual de cobertura era R\$ 200.000. Esta cobertura engloba todos os tipos de sinistros.

Para a controlada indireta JBS Argentina, localizada na República Argentina, a cobertura de seguro tem as mesmas características acima descritas, porém com o limite máximo de indenização para 31 de março de 2012 de US\$ 32 milhões (equivalente a R\$ 58.307).

Para a controlada JBS USA, localizada nos Estados Unidos da América, a cobertura de seguro tem as mesmas características acima descritas, porém com o limite máximo de indenização para 31 de março de 2012 de US\$ 200 milhões (equivalente a R\$ 364.420).

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria anual, conseqüentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes.

33 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Em sua rotina operacional, a Companhia e suas controladas geram exposições diversas a risco de mercado, crédito e liquidez. Tais exposições são controladas de maneira integrada pela Diretoria de Controle de Riscos (Risk Management), seguindo diretrizes traçadas na Política de Gestão de Riscos definida pelo Comitê de Gestão de Riscos e Diretoria Executiva.

A Diretoria de Controle de Riscos é responsável por mapear os fatores de risco que possam levar a resultados financeiros prejudiciais nas diversas áreas da Companhia e também por propor estratégias para mitigar estas exposições. Suas propostas são submetidas à avaliação do Comitê de Gestão de Riscos que, ao aprová-las, supervisiona a implementação das novas soluções, observando limitações de alçada e as diretrizes da Política de Gestão de Riscos.

a) Risco de mercado

Em particular, as exposições a risco de mercado são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados a variações cambiais, de taxas de juros e preços de commodities que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros, fluxos de caixa futuros e investimentos líquidos em operações no exterior. Nestes casos, a Companhia e suas controladas empregam instrumentos financeiros de proteção, inclusive derivativos, desde que aprovados pelo Comitê de Gestão de Riscos.

É função da Diretoria de Controle de Riscos garantir que as demais áreas operacionais da Companhia estejam dentro dos limites de exposição definidos pela Administração da Companhia, financeiramente protegidas contra oscilações de preços, centralizando as exposições e aplicando a Política de Gestão de Riscos da Companhia.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

A Diretoria de Controle de Riscos utiliza sistemas de informação proprietários e de terceiros, específicos para o gerenciamento de posições e riscos de mercado, efetuando análises de cenários de estresse e de Valor em Risco (VaR) para medir a exposição total e também o risco específico do fluxo de caixa com a bolsa de valores.

a.1) Risco de taxa de juros

O risco de taxas de juros refere-se ao potencial de perdas econômicas que a Companhia e suas controladas podem incorrer devido a variações adversas neste fator de risco, ocasionadas por motivos diversos, como crises econômicas, alterações de políticas monetárias soberanas ou oscilações de mercado. A Companhia possui ativos e principalmente passivos expostos a este risco, em operações atreladas a indexadores como CDI (Certificado de Depósito Interbancário), TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), UMBNDES (Unidade Monetária do BNDES), LIBOR (London Interbank Offer Rate) e EURIBOR (Euro Interbank Offer Rate), entre outros. A Política de Gestão de Riscos não traz diretrizes mandatórias quanto à proporção entre exposições a taxas pré ou pós-fixadas, entretanto a Diretoria de Controle de Riscos monitora constantemente as condições de mercado e pode propor ao Comitê de Gestão de Riscos estratégias envolvendo os indexadores a fim de reduzir a exposição global da Companhia.

O risco de exposição a taxas de juros da Companhia e suas controladas em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 está a seguir apresentado:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.12	31.12.11	31.03.12	31.12.11
Exposição líquida de passivos e ativos à taxa CDI:				
NCE / Compror / Outros	3.335.451	4.067.586	3.342.477	4.074.507
CDB-DI	(1.873.336)	(2.035.784)	(2.118.508)	(2.262.399)
Fundos de investimentos, LCA-DI e Títulos Públicos	(51.564)	(93.604)	(575.841)	(777.876)
Total	1.410.551	1.938.198	648.128	1.034.232
Exposição de passivos à taxa LIBOR/EURIBOR:				
Capital de giro - Euros	-	-	60.366	30.376
Capital de giro - Dólares Americanos	-	-	152.285	165.649
Pré-pagamento	1.449.519	1.719.774	1.460.588	1.731.125
Outros	10.533	10.859	562.715	359.463
Total	1.460.052	1.730.633	2.235.954	2.286.613
Exposição de passivos à taxa TJLP:				
FINAME / FINEM	200.798	213.707	202.580	214.175
BNDES Automático	155.201	187.211	155.201	187.211
EXIM - fomento à exportação	251.779	309.259	319.048	309.259
Total	607.778	710.177	676.829	710.645

Análise de sensibilidade

As operações da Companhia estão expostas a variações de taxas de juros pré e pós-fixadas, sendo que as taxas pós-fixadas estão representadas por TJLP, CDI, Libor e Euribor. A Administração considera que a exposição às flutuações das taxas de juros não acarreta impacto relevante, de forma que, preferencialmente, não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar este tipo de risco, exceto em função de situações específicas que possam se apresentar.

Com o objetivo de prover informações de como se comportariam os riscos de taxa de juros a que a Companhia está exposta em 31 de março de 2012, a seguir estão apresentadas possíveis alterações, de 25% e 50%, nas variáveis relevantes de risco, em relação às do cenário provável. A Administração julga que as cotações de fechamento utilizadas na mensuração de seus ativos e passivos financeiros, na data base destas demonstrações contábeis, representam um cenário provável e os efeitos já estão reconhecidos no resultado. Os resultados líquidos apresentados estão projetados para o período de um ano:

Exposição	Risco	Efeito no resultado - Controladora		
		Cenário (I) provável	Cenário (II) Deterioração de 25%	Cenário (III) Deterioração de 50%
Contratos indexados à CDI	Aumento da taxa CDI	-	(33.572)	(67.143)
Contratos indexados à Libor / Euribor	Aumento da taxa Libor / Euribor	-	(5.380)	(10.761)
Contratos indexados à TJLP	Aumento da taxa TJLP	-	(9.116)	(18.233)
		-	(48.068)	(96.137)

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

Exposição	Risco	Efeito no resultado - Consolidado		
		Cenário (I) provável	Cenário (II) Deterioração de 25%	Cenário (III) Deterioração de 50%
Contratos indexados à CDI	Aumento da taxa CDI	-	(15.425)	(30.851)
Contratos indexados à Libor / Euribor	Aumento da taxa Libor / Euribor	-	(8.239)	(16.479)
Contratos indexados à TJLP	Aumento da taxa TJLP	-	(10.152)	(20.305)
		-	(33.816)	(67.635)
Premissas:				
Taxa CDI	Aumento da taxa	9,52%	11,90%	14,28%
Taxa Libor / Euribor	Aumento da taxa	1,47%	1,84%	2,21%
Taxa TJLP	Aumento da taxa	6,00%	7,50%	9,00%

a.2) Risco de variação cambial

O risco de variação cambial refere-se ao potencial de perdas econômicas que a Companhia pode incorrer devido a variações adversas neste fator de risco, ocasionadas por motivos diversos, como crises econômicas, alterações de políticas monetárias soberanas ou oscilações de mercado. A Companhia possui ativos e passivos expostos a este risco, porém a Política de Gestão de Riscos é clara ao não entender que a simples existência de exposições contrárias promova naturalmente proteção econômica, pois devem ser apreciadas outras questões pertinentes, como descasamentos de prazo e a volatilidade do mercado.

Com o objetivo de proteger o valor de ativos e passivos financeiros, possíveis fluxos de caixa futuros relativos as estimativas de exportação e investimentos líquidos em operações no exterior, indexados em moedas estrangeiras, a Diretoria de Controle de Riscos emprega instrumentos de proteção aprovados pelo Comitê de Gestão de Riscos, como contratos futuros, NDFs (Non-Deliverable Forwards), contratos de opcionalidade e contratos de troca de indexador (Swaps); visando a proteção de empréstimos, investimentos, despesas e receitas com juros, estimativas de exportação, custos de matéria prima e fluxos diversos sempre que estes estejam denominados em moeda diferente da moeda funcional da Companhia. As principais exposições a este risco são indexadas ao Dólar Norte-Americano (US\$), Dólar Australiano (AUD), Euro (€) e Libra Esterlina (£).

A seguir são apresentados os ativos e passivos, da Companhia expostos a riscos de variação cambial na Controladora, uma vez que as empresas controladas possuem exposições à variação cambial em montantes não relevantes, nos exercícios findos em 31 de março de 2012 e em 31 de dezembro de 2011:

EXPOSIÇÃO	Controladora	
	31.03.12	31.12.11
Caixa e equivalentes - US\$	991.436	932.153
Contas a receber - US\$ / € / £	1.050.180	1.030.323
Estoques - US\$	72.482	74.003
Pedidos de venda - US\$ / € / £	501.965	461.710
Fornecedores - US\$	(50.878)	(37.290)
Importações a pagar - US\$	(10.604)	(14.307)
Subtotal	2.554.580	2.446.592
FINANCEIRO		
Empréstimos e financiamentos - US\$	(6.466.066)	(6.855.440)
Subtotal	(6.466.066)	(6.855.440)
DERIVATIVOS		
Contratos futuros - US\$	2.514.864	2.263.870
NDF's (Non deliverable forwards)	1.366.575	-
Swap (Ativo em US\$)	201.213	177.079
Swap (Passivo em US\$)	(234.136)	-
Subtotal	3.848.516	2.440.949
TOTAL DA EXPOSIÇÃO	(62.971)	(1.967.899)

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

a.2.1) Composição dos saldos de instrumentos financeiros de futuro de moeda estrangeira da Companhia
31 de março de 2012
Contratos futuros - BM&F

Objeto de proteção	Instrumento	Natureza	Quantidade	Nocional	Valor de mercado
Dólar	Futuro	Compra	26.250	2.410.820	(6.412)
				2.410.820	(6.412)

Contratos futuros - Bolsa de Chicago

Objeto de proteção	Instrumento	Natureza	Quantidade	Nocional	Valor de mercado
USD/Libra	Futuro	Compra	229	45.035	(1.146)
USD/Euro	Futuro	Compra	352	59.009	(848)
				104.044	(1.994)

31 de dezembro de 2011
Contratos futuros - BM&F

Objeto de proteção	Instrumento	Natureza	Quantidade	Nocional	Valor de mercado
Dólar	Futuro	Compra	22.500	2.115.037	(9.399)
				2.115.037	(9.399)

Contratos futuros - Bolsa de Chicago

Objeto de proteção	Instrumento	Natureza	Quantidade	Nocional	Valor de mercado
USD/Libra	Futuro	Compra	229	41.517	(96)
USD/Euro	Futuro	Compra	352	107.316	284
				148.833	188

a.2.2) Composição dos saldos de instrumentos financeiros de swap da Companhia

Os instrumentos financeiros de swap são derivativos contratados para cobertura da exposição cambial líquida dos ativos e passivos financeiros consolidados da Companhia e suas controladas, e são classificados na categoria ativo ou passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado. Foram contratados junto ao Banco Credit Suisse e Citibank.

Swap (Ativo em US\$)

Data início Swap	Nocional - US\$	Data vencimento Swap	Valor justo (Ponta ativa) - R\$	Valor justo (Ponta passiva) - R\$	Posição de Swap em 31.03.2012
			(a)	(a)	(b)
14/2/2011	55.556	14/5/2013	103.836	107.027	(3.191)
13/12/2010	28.282	10/12/2012	21.496	21.795	(298)
4/2/2011	117.375	4/2/2015	93.115	96.160	(3.045)
			201.213	Total	(6.534)

Swap (Passivo em US\$) - (b)

Data início Swap	Nocional - R\$	Data vencimento Swap	Valor justo (Ponta ativa) - R\$	Valor justo (Ponta passiva) - R\$	Posição de Swap em 31.03.2012
					(a)
26/1/2012	9.180	23/8/2012	9.033	9.307	(274)
26/1/2012	9.043	25/2/2013	8.897	9.211	(314)
26/1/2012	8.906	23/8/2013	8.763	9.085	(322)
26/1/2012	8.750	24/2/2014	8.608	8.951	(343)
26/1/2012	8.580	25/8/2014	8.441	8.807	(366)
26/1/2012	8.404	23/2/2015	8.269	8.647	(378)
26/1/2012	8.212	24/8/2015	8.080	8.462	(382)
26/1/2012	8.015	23/2/2016	7.886	8.286	(400)
26/1/2012	7.842	23/8/2016	7.716	8.109	(393)
26/1/2012	157.204	23/3/2017	154.673	162.866	(8.193)
			234.136	Total	(11.365)

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

- (a) O resultado de swap refere-se a diferença da ponta ativa e ponta passiva a valor justo
 (b) A operação foi efetuada na BM&F Bovespa e possui como contra parte a S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor.

a.2.3) NDF's (Non deliverable forwards)

Data operação	Data de vencimento	Nocional - US\$	Nocional - R\$	Posição em 31.03.2012	Posição em 31.12.2011
27/3/2012	2/5/2012	750.000	1.366.575	3.540	-

A Companhia se posiciona comprada em taxas futuras de câmbio por meio das NDF's (contrato a termo de moeda sem entrega física) no mercado de balcão brasileiro. O prazo de exposição é de 2 meses em média e a operação é realizada com objetivo de proteção cambial.

Análise de sensibilidade

Com o objetivo de prover informações de como se comportariam os riscos de mercado a que a Companhia está exposta em 31 de março de 2012, a seguir estão apresentadas possíveis alterações, de 25% e 50%, nas variáveis relevantes de risco, em relação às do cenário provável. A Administração julga que as cotações de fechamento utilizadas na mensuração de seus ativos e passivos financeiros, na data base destas demonstrações contábeis, representam um cenário provável e os efeitos já estão reconhecidos no resultado. Seguem os resultados líquidos entre o resultado das exposições e os respectivos derivativos:

Risco de câmbio
Efeito no resultado - Controladora

Exposição	Risco	Efeito no resultado - Controladora		
		Cenário (I) provável	Cenário (II) Deterioração de 25%	Cenário (III) Deterioração de 50%
Financeira	Depreciação do R\$	-	(1.616.517)	(3.233.033)
Operacional	Depreciação do R\$	-	638.645	1.277.290
Derivativos de proteção cambial	Apreciação do R\$	(22.765)	629.212	1.258.424
		(22.765)	(348.660)	(697.320)
Premissa	Câmbio	1,8221	2,2776	2,7332

a.3) Risco de preços de commodities

A Companhia e suas controladas atuam globalmente em diversos ramos do agronegócio (toda a cadeia de proteína animal, biodiesel, lácteos, entre outros), e no curso normal de suas operações está exposta a variações de preços de commodities diversas, como boi gordo, boi magro, porco, milho, complexo soja e energia, principalmente nos mercados norte-americano, australiano e brasileiro. Os mercados de commodities têm como característica fundamental a alta volatilidade, devido a fatores externos diversos como clima, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias, custos de armazenamento, entre outros. A Diretoria de Controle de Riscos é responsável por mapear as exposições a preços de commodities da Companhia e suas controladas e propor ao Comitê de Gestão de Riscos estratégias para mitigar tais exposições. Observando a Política de Gestão de Riscos e as limitações de alçada, o Comitê supervisiona a execução de tais estratégias e acompanha seus resultados.

Parte significativa dos insumos da Companhia e suas controladas são ativos biológicos sensíveis à estocagem. Para garantir o fluxo contínuo destes insumos, são utilizados contratos de compra a termo com os fornecedores. Para mitigar os riscos de variação nos preços provenientes deste tipo de operação e também de outras exposições como estoques e pedidos de vendas futuras, a Companhia e suas controladas empregam o uso de instrumentos de proteção financeira adequados a cada situação, notadamente os contratos de futuros de commodities.

a.3.1) Composição dos instrumentos financeiros derivativos de commodities

As posições de derivativos de commodities são como segue:

EXPOSIÇÃO	Consolidado	
	31.03.12	31.12.11
OPERACIONAL		
Contratos firmes - R\$	4.219.544	3.821.547
TOTAL	4.219.544	3.821.547

b) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas estão potencialmente sujeitas a riscos de créditos relacionados às suas contas a receber de clientes, aplicações financeiras e contratos de proteção. No caso de contas a receber de clientes, a Política de Gestão de Riscos entende que a pulverização da carteira contribui significativamente com a redução do risco de crédito, mas também estabelece parâmetros para a concessão de crédito observando limites proporcionais, índices financeiros e operacionais, amparados por consultas a órgãos de monitoramento de crédito.

A Diretoria de Controle de Riscos acompanha as operações que têm como contraparte instituições financeiras (aplicações e contratos de proteção), monitorando limites de exposição definidos pelo Comitê de Gestão de Riscos baseados em classificações de risco (ratings) de agências internacionais especializadas.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.03.12	31.12.11	31.03.12	31.12.11
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.177.231	3.612.867	5.150.828	5.288.194
Contas a receber de clientes	5	1.840.663	1.883.093	4.431.010	4.679.846
Créditos com empresas ligadas	9	611.629	88.505	498.069	552.197
		5.629.523	5.584.465	10.079.907	10.520.237
Perda por redução do valor recuperável do contas a receber					
		Controladora		Consolidado	
		31.03.12	31.12.11	31.03.12	31.12.11
Duplicatas a vencer		1.732.251	1.729.425	3.877.236	3.939.255
Duplicatas vencidas:					
De 1 a 30 dias		87.433	120.142	412.045	569.126
De 31 a 60 dias		13.203	23.297	53.141	91.406
De 61 a 90 dias		9.007	20.755	29.706	44.389
Acima de 90 dias		107.927	102.656	195.089	185.589
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa - PECLD		(109.158)	(113.182)	(136.207)	(149.919)
		108.412	153.668	553.774	740.591
		1.840.663	1.883.093	4.431.010	4.679.846

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da gestão de capital de giro da Companhia e controladas e da amortização dos encargos financeiros e principalmente dos instrumentos de dívida. É o risco que a Companhia e suas controladas poderão ter em cumprir as suas obrigações financeiras vincendas.

A Companhia e suas controladas administram seu capital tendo como base parâmetros de otimização da estrutura de capital com foco nas métricas de liquidez e alavancagem que possibilitem a um retorno aos acionistas, no médio prazo, condizente com os riscos assumidos na operação.

A Administração da liquidez da Companhia é feita levando em consideração, principalmente, o indicador de liquidez imediata modificado, representado pelo nível de disponibilidades mais investimentos financeiros divididos pela dívida de curto prazo. É mantido também o foco na gestão da alavancagem geral da Companhia e suas controladas com o acompanhamento da relação da dívida líquida sobre "EBITDA" em níveis que considerados administráveis para a continuidade das operações.

Com base na análise desses indicadores, é definida a gestão de capital de giro de forma a manter a alavancagem natural da Companhia e suas controladas em níveis iguais ou inferiores ao índice de alavancagem que a Administração considera como adequado.

Os índices de liquidez e alavancagem consolidados estão demonstrados abaixo:

	Consolidado	
	31.03.12	31.12.11
Caixa e equivalentes de caixa	5.150.828	5.288.194
Empréstimos e financiamentos no CP	5.632.534	5.339.433
Indicador de liquidez modificado	0,91	0,99
Indicador de alavancagem	4,3x	4,0x

Para o cálculo da alavancagem é utilizada a cotação do dólar e do euro do último dia do trimestre. O referido critério tem por finalidade equiparar a dívida líquida e o EBITDA à mesma taxa cambial.

O quadro abaixo apresenta o valor justo dos passivos financeiros da Companhia de acordo com os respectivos vencimentos:

Controladora	Consolidado				
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor justo
Em 31 de março de 2012					
Fornecedores	838.313	-	-	-	838.313
Empréstimos e financiamentos	4.840.659	455.665	3.480.300	1.660.482	10.437.106
(Ativos) Passivos financeiros derivativos	8.994	2.419	2.369	8.983	22.765
TOTAL	5.687.966	458.084	3.482.669	1.669.465	11.298.184
Em 31 de dezembro de 2011					
Fornecedores	666.375	-	-	-	666.375
Empréstimos e financiamentos	4.574.702	1.883.106	3.503.629	1.708.458	11.669.895
(Ativos) Passivos financeiros derivativos	16.984	2.045	793	-	19.822
TOTAL	5.258.061	1.885.151	3.504.422	1.708.458	12.356.092

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

Consolidado
Em 31 de março de 2012

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor justo
Fornecedores	3.193.850	-	-	-	3.193.850
Empréstimos e financiamentos	5.632.534	473.688	6.551.167	6.028.703	18.686.092
(Ativos) Passivos financeiros derivativos	115.482	2.419	2.369	8.983	129.252
TOTAL	8.941.866	476.107	6.553.536	6.037.686	22.009.194

Em 31 de dezembro de 2011

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor justo
Fornecedores	3.323.886	-	-	-	3.323.886
Empréstimos e financiamentos	5.339.433	1.949.326	6.689.943	4.893.492	18.872.194
(Ativos) Passivos financeiros derivativos	18.498	2.045	793	-	21.336
TOTAL	8.681.817	1.951.371	6.690.736	4.893.492	22.217.416

d) Valores estimados de mercado

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações contábeis pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas e estão contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros não derivativos e derivativos foram estimados com base em informações disponíveis no mercado.

e) Margens dadas em garantia

A Companhia possui títulos dados em garantia para as operações de derivativos junto à bolsas de mercadorias e futuros cujo saldo em 31 de março de 2012 é de R\$ 280.946 (R\$ 268.331 em 31 de dezembro de 2011). Essa garantia é superior à necessidade apresentada para essas operações.

f) Instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme quadros abaixo:

Notas	Controladora		Consolidado		
	31.03.12	31.12.11	31.03.12	31.12.11	
Ativos					
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.177.231	3.612.867	5.150.828	5.288.194
Empréstimos e recebíveis					
Contas a receber de clientes	5	1.840.663	1.883.093	4.431.010	4.679.846
Créditos com empresas ligadas	9	611.629	88.505	498.069	552.197
Total		5.629.523	5.584.465	10.079.907	10.520.237
Passivos					
Passivos pelo custo amortizado					
Empréstimos e financiamentos	14/15	10.437.106	11.669.895	18.686.092	18.872.194
Fornecedores	13	838.313	666.375	3.193.850	3.323.886
Valor justo por meio do resultado					
Derivativos a pagar		22.765	19.822	129.252	21.336
Total		11.298.184	12.356.092	22.009.194	22.217.416

Durante o exercício não houve nenhuma reclassificação entre as categorias, valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e passivos pelo custo amortizado, apresentadas no quadro acima.

g) Valor justo de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações contábeis pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas e estão contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação. Os derivativos de mercado futuro têm os valores justos calculados com base nos ajustes diários das variações das cotações de mercado das bolsas de mercadorias e futuros que atuam como contraparte. O swap é obtido calculando-se de forma independente as pontas ativa e passiva, trazendo-as ao seu valor presente. As cotações futuras utilizadas para o cálculo da curva deste contrato foram extraídas da base de dados da Bloomberg.

De acordo com o CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Evidenciação, a Companhia e suas controladas classificam a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, conforme os seguintes níveis:

Nível 1 - Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos ou indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos;

Nível 3 - Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos neste nível de mensuração.

Conforme observado acima, os valores justos dos instrumentos financeiros, à exceção daqueles vencíveis no curto prazo, instrumentos de patrimônio sem mercado ativo e contratos com características discricionárias em que o valor justo não pode ser mensurado confiavelmente, estão apresentados por níveis hierárquicos de mensuração, abaixo:

Hierarquia de valor justo

		Valor contábil em 31 de março de 2012		
		Controladora		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes				
Caixa e equivalentes de caixa		3.177.231	-	-
Passivos circulantes				
Instrumentos financeiros derivativos		(6.412)	(16.353)	-
		Consolidado		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes				
Caixa e equivalentes de caixa		5.150.828	-	-
Passivos circulantes				
Instrumentos financeiros derivativos		(112.899)	(16.353)	-
		Valor contábil em 31 de dezembro de 2011		
		Controladora		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes				
Caixa e equivalentes de caixa		3.612.867	-	-
Passivos circulantes				
Instrumentos financeiros derivativos		(9.211)	(10.611)	-
		Consolidado		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes				
Caixa e equivalentes de caixa		5.288.194	-	-
Passivos circulantes				
Instrumentos financeiros derivativos		(10.725)	(10.611)	-

Valor justo versus valor contábil

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Controladora	Nota	31 de março de 2012		31 de dezembro de 2011	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e bancos	4	1.252.331	1.252.331	1.483.479	1.483.479
Aplicações financeiras	4	1.924.900	1.924.900	2.129.388	2.129.388
Contas a receber de clientes	5	1.840.663	1.840.663	1.883.093	1.883.093
Créditos com empresas ligadas	9	611.629	611.629	88.505	88.505
Ativos financeiros totais		5.629.523	5.629.523	5.584.465	5.584.465
Fornecedores	13	838.313	838.313	666.375	666.375
Empréstimos e financiamentos	14/15	10.437.106	10.437.106	11.669.895	11.669.895
Debêntures	17	1.283	1.283	1.283	1.283
Derivativos		22.765	22.765	19.822	19.822
Passivos financeiros totais		11.299.467	11.299.467	12.357.375	12.357.375
		(5.669.944)	(5.669.944)	(6.772.910)	(6.772.910)
Consolidado	Nota	31 de março de 2012		31 de dezembro de 2011	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e bancos	4	2.456.479	2.456.479	2.247.919	2.247.919
Aplicações financeiras	4	2.694.349	2.694.349	3.040.275	3.040.275
Contas a receber de clientes	5	4.431.010	4.431.010	4.679.846	4.679.846
Créditos com empresas ligadas	9	498.069	498.069	552.197	552.197
Ativos financeiros totais		10.079.907	10.079.907	10.520.237	10.520.237
Fornecedores	13	3.193.850	3.193.850	3.323.886	3.323.886
Empréstimos e financiamentos	14/15	18.686.092	18.686.092	18.872.194	18.872.194
Debêntures	17	1.283	1.283	1.283	1.283
Derivativos		129.252	129.252	21.336	21.336
Passivos financeiros totais		22.010.477	22.010.477	22.218.699	22.218.699
		(11.930.570)	(11.930.570)	(11.698.462)	(11.698.462)

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

Os empréstimos e financiamentos, apresentados no quadro acima, incluem os valores de capital de giro em Reais e capital de giro em moeda estrangeira (bonds), conforme demonstrados detalhadamente na nota explicativa nº 14. Na opinião da Administração os empréstimos e financiamentos, os quais estão mensurados pelos respectivos valores de custos amortizados, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores justos. Esses empréstimos e financiamentos estão atualizados monetariamente com bases nos índices e juros contratados até a data de fechamento das Demonstrações Financeiras, portanto o saldo devedor está reconhecido por um montante próximo ao seu valor justo. Como não existe mercado ativo para tais instrumentos, as diferenças que poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente seriam em montantes não representativos.

	Controladora		Consolidado	
	31.03.12	31.03.2011	31.03.12	31.03.2011
Ganhos (perdas) por categoria de instrumento financeiro				
<i>Valor justo por meio do resultado</i>	(66.088)	(199.156)	(25.306)	(178.186)
<i>Empréstimos e recebíveis</i>	44.942	55.625	(18.944)	40.040
<i>Passivos pelo custo amortizado</i>	(17.629)	(159.550)	(111.571)	(212.984)
Total	(38.775)	(303.081)	(155.821)	(351.130)

34 Fatos relevantes
JBS ajusta produção na Argentina

No dia 6 de janeiro de 2012 a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que estaria ajustando suas atividades na Argentina à realidade macroeconômica do país. Por conta disso, os trabalhos da unidade localizada em Venado Tuerto (Província de Santa Fé), suspensos desde dezembro de 2011, seriam paralisados.

A decisão de encerrar as atividades em Venado Tuerto decorre da necessidade da Companhia se manter competitiva na Argentina. Nos últimos anos, a Companhia realizou uma série de investimentos, inclusive no posicionamento da marca Swift, e mantém o interesse em continuar operando no país.

A suspensão em Venado Tuerto não representará prejuízos aos contratos firmados pela Companhia, que serão atendidos por outras unidades do Grupo. Dessa forma, será possível cumprir todos os compromissos assumidos com seus clientes.

Com a suspensão das atividades em Venado Tuerto, a Companhia segue com suas operações em Rosario, Pilar e parcialmente em Pontevedra.

JBS conclui emissão de títulos de dívida nos EUA

No dia 25 de janeiro de 2012 a Companhia comunicou a seus acionistas e ao mercado em geral, como parte do processo de balanceamento da dívida, que as suas subsidiárias JBS USA e JBS USA Finance precificaram a oferta de Títulos de Dívida ("Notas"), conforme intenção do comunicado ao mercado em 18 de janeiro de 2012. O montante foi ajustado de US\$ 400 milhões para US\$ 700 milhões, com um cupom de 8,25%, taxa efetiva de 8,5% e vencimento em 8 anos.

A Companhia optou por expandir o montante inicialmente previsto de US\$ 400 milhões para US\$ 700 milhões devido à forte demanda, que superou US\$ 3,7 bilhões, em um claro sinal de confiança do mercado. Com esta emissão, a Companhia completa o processo de rebalanceamento de sua dívida iniciado em maio de 2011. Os recursos serão utilizados para liquidação de débitos de mais curto prazo e que possuem custo financeiro mais elevado.

Oferta Pública Voluntária de Permuta de Ações

No dia 9 de fevereiro de 2012 a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que foram apresentados à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") os (i) pedido de registro perante a CVM de uma oferta pública voluntária, dirigida a todos os acionistas da Companhia, para aquisição de ações ordinárias de emissão da própria Companhia, mediante a permuta por ações de emissão de sua subsidiária integral Vigor Alimentos S.A. ("Vigor S.A"), única acionista da S.A. Fábrica de Alimentos Vigor ("Vigor"), nos termos da Instrução CVM nº 361, de 5 de março de 2002 ("Instrução CVM 361") ("Oferta"), bem como (ii) pedido de registro da Abertura de Capital da Vigor S.A, conforme definido abaixo. A Companhia informou que:

i) O pedido de registro da Oferta foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 31 de janeiro de 2012.

ii) A Oferta é voluntária e foi estruturada de forma a garantir a todos os acionistas da Companhia o direito de obter, proporcionalmente, na Vigor S.A., como nova companhia aberta, a mesma participação que detêm na Companhia, ou então, preservar o número de ações que possuem. A Vigor S.A. concentrará as atividades no setor de consumo e seus papéis serão admitidos e negociados no Novo Mercado, segmento de mais elevado padrão de governança corporativa da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"). A Administração da Companhia considera que, por ser a Vigor S.A sua subsidiária integral e não uma sociedade independente, o mercado não consegue perceber seu real valor no escopo de ativos da Companhia. Além disso, a indústria de laticios costuma ter múltiplos de negociação superiores aos da indústria de processamento de carnes. Por esses motivos, a Companhia entende que a realização da Oferta trará valor à totalidade de seus acionistas.

iii) A Oferta estará sujeita a certas condições que serão previstas no Edital da Oferta a ser publicado após a concessão do registro da Oferta pela CVM ("Edital"), como o consentimento de credores detentores de títulos de dívida emitidos pela (i) JBS USA e JBS USA Finance, com vencimento em maio de 2014, (ii) pela JBS e JBS Finance, com vencimento em agosto de 2016, e (iii) pela Bertin S.A. (sociedade incorporada pela Companhia), com vencimento em outubro de 2016. Essas condições também envolvem outros financiamentos e linhas de crédito, nos casos aplicáveis e nos termos do Edital. A Oferta também está sujeita à análise e aprovação, pela CVM, de determinados pedidos de dispensa de cumprimento de certos dispositivos regulamentares previstos na Instrução CVM 361 e na Instrução CVM nº 10, de 14 de fevereiro de 1980.

iv) Nova reunião do Conselho de Administração da Companhia será realizada para definir o valor a ser atribuído à Vigor S.A e suas ações, assim como às ações de emissão da Companhia, e, conseqüentemente, definir a relação de permuta da Oferta, antes da publicação do Edital.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

v) O Conselho de Administração da Companhia também decidiu aprovar o voto favorável na assembleia geral da Vigor S.A. ocorrida em 9 de fevereiro de 2012, na qual foram aprovados: (a) a abertura do capital da Vigor S.A.; (b) o pedido de registro de companhia aberta da Vigor S.A. perante a CVM e a BM&FBOVESPA; (c) a adesão, pela Vigor S.A., ao segmento de listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA; (d) a reforma e consolidação do Estatuto Social da Vigor S.A. em atendimento às exigências de companhia aberta e às regras do segmento de Novo Mercado da BM&FBOVESPA; (e) a eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Vigor S.A.; (f) a aprovação da Política de Divulgação de Informações Relevantes e Política de Negociação com Valores Mobiliários da Vigor S.A. e o Código de Conduta Ética; e (g) a participação da Vigor S.A. na Oferta (todas as deliberações, em conjunto, "Abertura de Capital da Vigor S.A").

vi) Tendo em vista os itens acima e em cumprimento da legislação aplicável para esta operação, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o encerramento do Programa de Recompra de Ações renovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 22 de junho de 2011 ("Programa"). Por meio do Programa foram adquiridas 97.519.895 (noventa e sete milhões, quinhentas e dezenove mil e oitocentas e noventa e cinco) ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações em Tesouraria").

vii) Em razão do encerramento do Programa e da iminente realização da Oferta, o Conselho de Administração da Companhia também aprovou o cancelamento da totalidade das Ações em Tesouraria, nos termos do Artigo 19, inciso XVI do Estatuto Social da Companhia, sem redução do valor do capital social. O cancelamento das Ações em Tesouraria deverá ser submetido à deliberação da primeira Assembleia Geral da Companhia que se realizará após a presente data, para alteração do Artigo 5º do Estatuto Social, para referendar e consignar o número de ações representativas do capital social da Companhia após o cancelamento das Ações em Tesouraria.

A Administração da Companhia acredita que a Oferta se dará no interesse da Companhia e de seus acionistas. O mercado será mantido informado sobre todo o processo de registro da Oferta e da Abertura de Capital da Vigor S.A. junto à CVM e BM&FBOVESPA.

Após a aprovação dos órgãos competentes, a Vigor S.A. terá uma estrutura corporativa própria e independente. O novo Conselho de Administração será composto por sete membros, dos quais cinco independentes, sendo eles Vicente Falconi Campos, professor emérito da Universidade Federal de Minas Gerais, a consultora Betânia Tanure, professora da PUC Minas, Evandro Guimarães, executivo da indústria de comunicação, Cristiana Arcangeli, empresária do segmento de cosméticos, Sérgio Carvalho Mandin Fonseca, sócio proprietário de empresa de consultoria em estratégia e gestão comercial, além de Joesley Mendonça Batista e Wesley Mendonça Batista, sendo este último, o presidente do Conselho de Administração da Vigor S.A., e Gilberto Xandó, o presidente e CEO da Vigor S.A.

Cópia dos documentos apresentados à CVM, como o Laudo de Avaliação da Vigor S.A. e as minutas do Edital e do Formulário de Habilitação estão disponíveis no site da Companhia e da CVM.

Arrendamento de Quatro Unidades Frigoríficas

No dia 17 de fevereiro de 2012 a Companhia comunicou a seus acionistas e ao mercado em geral que arrendou quatro unidades frigoríficas que eram operadas pela Guaporé Carnes. Três das fábricas estão instaladas no norte do Estado de Mato Grosso (Confresa, Juína e Colíder) e uma em Rondônia (São Miguel do Guaporé). Juntas, as quatro plantas possuem capacidade diária de abate ao redor de 3.000 cabeças.

Com isso, a Companhia acredita que as sinergias e os benefícios operacionais deste negócio geram valor para toda a cadeia produtiva.

JBS conclui subscrição de ações na Pilgrim's Pride

No dia 7 de março de 2012 a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que a Pilgrim's Pride Corporation (PPC), companhia listada na New York Stock Exchange e controlada pela Companhia por meio de sua subsidiária JBS USA, concluiu a captação de US\$ 200 milhões, conforme previsto em comunicado ao mercado de 8 de dezembro do ano passado. A taxa de subscrição apurada pela PPC foi de 94% e as novas ações serão emitidas e disponíveis a partir de 9 de março de 2012, data da reunião anual de acionistas.

Conforme informado, a Companhia exerceu plenamente seu direito de subscrição, assumindo, inclusive, a participação daqueles acionistas que optaram por não acompanhar o aumento de capital. Dessa forma, a participação da Companhia, através da sua subsidiária JBS USA, na PPC passou a ser de 68% em relação aos 67,3% detidos anteriormente à emissão.

Os US\$ 200 milhões captados pela PPC serão utilizados para melhorar sua estrutura de capital, reforçar seu caixa e financiar eventuais necessidades operacionais. "Estamos satisfeitos com a taxa de participação dos acionistas. Registramos uma demanda adicional de 60%, o que sinaliza uma confiança do mercado nas estratégias que vem sendo executadas pela companhia", afirma Bill Lovette, CEO da PPC.

JBS adquire ações da Pilgrim's Pride

No dia 14 de março de 2012 a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que adquiriu, por meio de sua subsidiária JBS USA, 18.924.438 ações da PPC. As ações eram de propriedade de Lonnie "Bo" Pilgrim, entre outros e representam a totalidade das ações remanescentes do antigo fundador e controlador da PPC.

Conforme informado, o acordo foi celebrado dia 12 de março de 2012, pelo valor de US\$ 107,2 milhões, representando um valor de aproximadamente US\$ 5,69 por ação. Com a operação, a Companhia, através de sua subsidiária JBS USA, eleva de 68% para 75,3% sua participação no capital da PPC.

35 Eventos subsequentes

Concessão pela CVM do registro de companhia aberta da Vigor

No dia 3 de abril de 2012 a Companhia e a Vigor Alimentos S.A. ("Vigor S.A."), comunicaram aos seus acionistas e ao mercado em geral sobre o registro da Vigor S.A. como emissora de valores mobiliários categoria "A" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), concedido em 2 de abril de 2012, no termos da Instrução CVM n.º 480/09.

A concessão, pela CVM, do registro de companhia aberta da Vigor era uma das etapas necessárias à realização, pela JBS, da Oferta Pública Voluntária de Permuta de Ações Ordinárias de Emissão da JBS por Ações Ordinárias de Emissão da Vigor, cujo pedido de registro se encontra ainda sob análise da CVM e a qual visa a tornar Vigor S.A. uma companhia com estrutura corporativa própria e independente da Companhia, conforme informado em Fato Relevante divulgado em 9 de fevereiro de 2012 pela Companhia.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

JBS e Vigor - Oferta Pública Voluntária

No dia 9 de abril de 2012 a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, no âmbito do pedido de registro da Oferta Pública Voluntária de Permuta de Ações Ordinárias de Emissão da JBS por Ações Ordinárias de Emissão da Vigor S.A. ("Oferta" e "Vigor", respectivamente) atualmente em análise pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), o seu Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 5 de abril de 2012, decidiu aprovar que a Oferta visará a aquisição de até 149.714.346 (cento e quarenta e nove milhões, setecentas e catorze mil, trezentas e quarenta e seis) ações ordinárias de sua própria emissão ("Ações JBS Objeto da Oferta") por meio da permuta de até a totalidade das ações ordinárias de emissão da Vigor de que é titular.

A quantidade de Ações JBS Objeto da Oferta foi obtida atribuindo para cada Ação JBS Objeto da Oferta o valor de R\$ 7,96 (sete reais e noventa e seis centavos) fixado com base na média ponderada pelo volume do preço de fechamento das ações da JBS nos últimos 20 (vinte) pregões encerrados em 04 de abril de 2012 da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Mercadorias, Valores e Futuros ("BM&FBOVESPA") e atribuindo para a Vigor S.A. o valor de R\$ 1.191.726.194,16 (um bilhão, cento e noventa e um milhões, setecentos e vinte e seis mil, cento e noventa e quatro reais e dezesseis centavos), com base no valor do ponto médio encontrado no laudo de avaliação da Vigor S.A., elaborado pelo Banco Bradesco BBI S.A., nos termos da Instrução CVM nº 361, de 5 de março de 2002.

A Companhia informou, ainda, que para fins de habilitação para participação na Oferta e no seu respectivo leilão, será considerado acionista da JBS aquele que detiver em custódia, tanto no escriturador das ações quanto na Central Depositária BM&FBOVESPA, ações de emissão da JBS até o término do dia anterior à publicação do edital da Oferta.

As regras acima, bem como as demais aplicáveis sobre a habilitação do acionista da Companhia para participação na Oferta estão descritas na minuta do edital da Oferta. Nova minuta do edital da Oferta contemplando as deliberações tomadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 5 de abril de 2012 foi protocolada nessa data na CVM e na BM&FBOVESPA e está disponível no website da Companhia e da CVM. A versão definitiva do edital da Oferta será devidamente publicada após concedido o registro da Oferta pela CVM.

A JBS S.A. anunciou o recebimento dos consentimentos requeridos nas solicitações de consentimento para cada uma das Notas 2014 da JBS USA, Notas 2016 da JBS S.A. e Notas 2016 da Bertin

Em 03 de maio de 2012, a Companhia comunicou que recebeu os consentimentos necessários para implementar algumas alterações nas escrituras (indentures) que regem cada uma das séries das Notas 2014 da JBS USA, as Notas 2016 da JBS S.A. e as Notas 2016 da Bertin. Foram alteradas as restrições contratuais (covenants) de pagamentos restritos (restricted payments) e de transações com afiliadas (transactions with affiliates).

Os custos estimados relacionados com os consentimentos acima descrito são de aproximadamente R\$ 12.700 (US\$7.000).

JBS passa a operar plantas da Frangosul no Brasil

No dia 4 de maio de 2012 a Companhia comunicou a seus acionistas e ao mercado em geral que deu mais um importante passo para se consolidar como a maior produtora e processadora de carnes do mundo. A Companhia, segunda maior operadora global no segmento de aves, passará a operar no mercado de frango do Brasil, após ter assinado um acordo para alugar os ativos da Frangosul pelo prazo de dez anos, empresa controlada pelo grupo francês Doux.

Pelo acordo firmado, a Companhia não assumirá nenhuma pendência, encargo, constrição, penhora e impedimentos de qualquer outra natureza. Trata-se de um contrato de locação de ativos, pelos quais a Companhia fará sua operação. A Companhia contratará todos os atuais funcionários da Frangosul e dará continuidade a todos os contratos com os integrados e terceiros prestadores de serviço.

Com a operação brasileira de frango, a Companhia eleva em mais de 15% sua capacidade de produção no mundo, que passa a ser de aproximadamente 9 milhões de aves por dia. No Brasil, as operações estão distribuídas em importantes Estados produtores de grãos e de frango e se agregam às unidades existente em 12 Estados americanos, no México e em Porto Rico, onde a Companhia já possui um dos maiores parques fabris do mundo nesse segmento.

Esses ativos permitirão que a Companhia atue de forma consistente no mercado de frango brasileiro, podendo, inclusive, transferir tecnologia e conhecimento entre suas unidades. Brasil e Estados Unidos são os dois maiores players globais do segmento de aves. Juntos, representam 30% do consumo mundial, 36% da produção global e 70% de toda carne de frango exportada no mundo. Esses indicadores demonstram a competitividade dos dois países, a penetração comercial que já possuem nos mais variados mercados e a força de seus respectivos mercados internos.

O aluguel dos ativos da Frangosul é mais um sinal de confiança da Companhia no agronegócio brasileiro. Com a operação, a Companhia passará a ter aproximadamente 60 mil colaboradores no país e garantirá a manutenção de cerca de 6 mil empregos diretos nas plantas da Frangosul e também assegurará a permanência de 1.500 produtores integrados que fazem parte da cadeia de produção. Dessa forma, 20 mil empregos diretos e indiretos serão preservados.

Para abrigar os ativos, a Companhia criará uma nova divisão de negócios em sua estrutura que será denominada JBS Aves Brasil. A nova unidade terá como presidente e CEO James Cleary, executivo de 47 anos de idade e larga experiência no setor de carnes no Brasil. Irlandês, com formação em finanças, James imigrou para o Brasil no início da década de 90 para dirigir uma empresa que atuava na produção e comercialização de produtos de alto valor agregado à base de carne.

A Companhia considera estratégico estar com plataformas de produção de frango localizadas nas regiões mais competitivas do mundo, assim como já faz na carne bovina. A Companhia acredita que, dessa forma, trará mais valor a seus acionistas por meio da ampliação de seus negócios pelo mundo.

JBS vende unidade de San José, na Argentina

Em 9 de maio a Companhia comunicou a seus acionistas e ao mercado em geral que acertou a venda de forma definitiva de uma das suas unidades instaladas na Argentina, localizada em San José, na província de Entre Rios. O negócio foi fechado com um consórcio formado por um grupo de cooperativas locais e o governo da província local, que assumirá toda a operação e gestão do ativo.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

A operação foi concluída por um valor equivalente a US\$ 16,5 milhões sendo US\$15 milhões a vista e o saldo em até um ano. A unidade de San José foi adquirida pela JBS em 2006 e estava com as atividades interrompidas desde 2009.

A Companhia vem se esforçando em viabilizar suas operações na Argentina buscando atender seus clientes no mercado interno e externo da melhor maneira dentro das regras fixadas pelas autoridades locais.

DIRETORIA EXECUTIVAWesley Mendonça Batista
Diretor PresidenteEliseo Santiago Perez Fernandez
Diretor de Administração e ControleJeremiah Alphonsus O'Callaghan
Diretor de Relação com InvestidoresFrancisco de Assis e Silva
Diretor Executivo de Relações Institucionais

Wanderley Higino da Silva
Técnico Contábil CRC: 1SP123638/O-8

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃOJoesley Mendonça Batista
Presidente do ConselhoWesley Mendonça Batista
Vice-Presidente

José Batista Sobrinho

José Batista Júnior

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

Natalino Bertin

Carlos Alberto Caser

Valere Batista Mendonça Ramos

Vanessa Mendonça Batista

Peter Dvorsak

Guilherme Rodolfo Laager

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2012.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as disposições legais e compreenderam: a) análise das demonstrações contábeis elaboradas periodicamente pela Companhia; b) acompanhamento dos trabalhos realizados pelos auditores externos; c) indagações sobre atos e transações relevantes efetuadas pelos administradores.

Com base nos nossos exames, nas informações e esclarecimentos recebidos e considerando o Parecer dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal é de parecer que o relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis acima mencionadas refletem adequadamente as informações nelas contidas e estão em condições de serem apreciadas pela Assembléia Geral Ordinária.

São Paulo, 14 Maio de 2012.

Divino Aparecido dos Santos

Florisvaldo Caetano de Oliveira

Demétrius Nichele Macei

John Shojiro Suzuki

Alexandre Aparecido Barros

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da Companhia declaram para os fins do disposto 1º, do artigo 25, incisos V e VI da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis do trimestre findo em 31 de março 2012;e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis do trimestre findo em 31 de março 2012.

São Paulo, 14 de Maio de 2012.

Wesley Mendonça Batista
Diretor Presidente

Jeremiah Alphonsus O'Callaghan
Diretor de Relação com Investidores

Eliseo Santiago Perez Fernandez
Diretor de Administração e Controle

Francisco de Assis e Silva
Diretor Executivo de Relações Institucionais

* * * * *